



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 456, DE 4 DE JUNHO DE 2025

Aprova *ad referendum* a criação e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará, ofertado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 20 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União, em 20 de abril de 2022, Edição 75-A, Seção 2, página 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, e em conformidade aos autos do Processo nº 23204.010331/2022-81, proveniente da Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovada *ad referendum* a criação e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto de Ciências da Educação - Iced, da Ufopa, ofertado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, de acordo com o Anexo que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 4 de junho de 2025, com publicação na página dos Conselhos Superiores no [Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH](#).

ALDENIZE RUELA

XAVIER:67350020244

Assinado de forma digital por ALDENIZE
RUELA XAVIER:67350020244

Dados: 2025.06.04 15:35:09 -03'00'

ALDENIZE RUELA XAVIER
Presidente do Consepe

ANEXO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
PROJETO DE GEOGRAFIA DO PRONERA**

**CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/UFOPA –
PRONERA/INCRA**

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:

Prof. Dr. Ivan Gomes da Silva Viana
(Coordenador Geral)
Profa. Dra. Maria Júlia Veiga da Silva
(Coordenadora Pedagógica)
Prof. Dr. Gilber Valério Cordovil
Profa. Dra. Isis do Mar Marques Martins
Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros
Profa. Dra. Mizant Couto de Andrade Santana
Prof. Dr. Rafael Zilio Fernandes

**Santarém/PA
2025**

SUMÁRIO

I – INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	5
1 MANTENEDORA	5
1.1 DADOS DA MANTENEDORA.....	5
2 MANTIDA.....	5
2.1 IDENTIFICAÇÃO	5
2.2 ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO	5
2.3 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA	5
2.4 DIRIGENTES ATUAIS	5
2.5 BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	6
2.6 MISSÃO INSTITUCIONAL	7
2.7 VISÃO INSTITUCIONAL	7
II - INFORMAÇÕES DO CURSO.....	7
1 DADOS GERAIS DO CURSO	8
1.1 RESPONSÁVEL PELO PROJETO:.....	8
1.2 ENTIDADES PARTICIPANTES:.....	8
1.3 LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA.....	8
2 JUSTIFICATIVA	10
3 OBJETIVOS DO CURSO.....	16
3.1 OBJETIVO GERAL	16
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
4 METAS	17
4.1. METAS POR ETAPA	18
4.2 NÚMERO DE VAGAS	19
5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO.....	19
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	19
6.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	20
7 PROPOSTA TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	20
7.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS QUE FUNDAMENTAL A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO PROJETO.....	20
7.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS	27
7.3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO DOS(AS) EDUCADORES (AS) NO TEMPO COMUNIDADE.....	28
7.3.1 Instrumentos pedagógicos do Tempo Comunidade.....	29
7.3.2 Avaliação geral e participativa de todo o processo formativo.....	31
7.3.3 Acompanhamento Pedagógico.....	32

7.3.3.1 Instrumentos Para Acompanhamento Pedagógicos.....	32
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	32
8.1 CONTEÚDOS CURRICULARES	32
8.2 ESTRUTURA CURRICULAR E REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	35
8.3 EMENTÁRIOS E BIBLIOGRAFIAS	38
8.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	91
8.5 ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	93
8.6 TEMPO COMUNIDADE	96
8.6.1 <i>Análise Situacional</i>	97
8.6.2 <i>Análise Estratégica</i>	97
8.6.3 <i>Intervenção na comunidade</i>	97
8.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	98
8.8 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS	100
8.9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	101
9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	102
10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO	103
10.1 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	105
10.2 DA AVALIAÇÃO SUBSTITUTIVA	107
10.3 DOS INDICADORES.....	108
10.4 DA SEGUNDA CHAMADA.....	108
10.5 DA REVISÃO DE NOTA	109
11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	110
11.1 AVALIAÇÃO DO CURSO.....	111
12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	112
13 POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE.....	118
14 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	122
15 APOIO AO DISCENTE	124
15.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	124
16 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	126
16.1 APOIO A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	126
16.2 PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	127
III - RECURSOS HUMANOS	127
1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO	127
1.1 DIREÇÃO DO INSTITUTO	128

1.2 COORDENAÇÃO DO PROGRAMA/COORDENAÇÃO DO CURSO	128
1.3. APOIO TÉCNICO PARA ATUAR PELO PRONERA	129
1.4. MONITORES DO CURSO PELO PRONERA	129
1.5 TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO ICED	130
1.6 SECRETARIA EXECUTIVA DO ICED	130
2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA.....	130
2.1 SECRETARIA ACADÊMICA.....	130
2.2 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	131
2.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	131
3 DOCENTES	132
3.1 TITULAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, PERCENTUAL DE DOUTORES E MESTRES.....	132
3.2 POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA.....	138
3.3 CRITÉRIOS DE ADMISSÃO	139
3.4 APOIO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	140
3.5 INCENTIVO A FORMAÇÃO/ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS DOCENTES	140
3.6 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	141
3.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	142
3.8 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	143
4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	144
IV - INFRAESTRUTURA	144
1 INSTALAÇÕES GERAIS.....	144
2 SALAS DE AULA.....	144
3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL .	145
4 SALA COLETIVA DE PROFESSORES	145
5 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO	145
6 AUDITÓRIOS	146
7 BIBLIOTECA	146
8 LABORATÓRIOS	147
8.1 POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS	147
8.2 DADOS DOS LABORATÓRIOS	147
9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	149
10 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA.....	150
11 IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS	151
12 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO	153

BIBLIOGRAFIA.....	155
ANEXO I - PORTARIA DA COMISSÃO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO ÂMBITO DO PRONERA.....	160
ANEXO II – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC, NO ÂMBITO DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA.....	153
ANEXO III – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC, NO ÂMBITO DO CONSELHO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED)	155
ANEXO IV: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 18 DE NOVEMBRO DE 2019 – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	160
ANEXO V: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 18 NOVEMBRO DE 2019 – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA.....	167
ANEXO VI: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 18 NOVEMBRO DE 2019 – REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA.....	171

I – INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1 MANTENEDORA

1.1 DADOS DA MANTENEDORA

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, s/n Bloco L, Ed. Sede e Anexos						
Bairro:	Zona Cívico-Administrativa	Cidade:	Brasília	CEP:	70.047.903	UF:	DF
Fone:	(61) 2022-7828/7822/7823/7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

2 MANTIDA

2.1 IDENTIFICAÇÃO

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ:	11.118.393/0001-59						
End.:	Rua Vera Paz s/n						
Bairro:	Salé	Cidade:	Santarém	CEP:	68135-110	UF:	PA
Telefone:	(93) 2101-6771						
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br						
Site:	http://www.ufopa.edu.br/ufopa/						

2.2 ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO

Dados de Credenciamento:	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009.
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

2.3 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA

Cargo	Reitora						
Nome:	Aldenize Ruela Xavier						
Bairro:	Salé	Cidade:	Santarém	CEP:	Santarém	UF:	PA
Telefone:	(93) 2101-6506						
E-mail:	executiva.reitoria@ufopa.edu.br						

2.4 DIRIGENTES ATUAIS

Reitora: Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora: Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação: Carla Marina Costa Paxiuba

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão: Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitoria de Planejamento Institucional: Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitoria de Administração: Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil: Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas: Fabriciana Vieira Guimarães

Direção do Instituto de Ciências da Educação: Ivan Gomes da Silva Viana

Coordenação do Curso de Geografia: Maria Júlia Veiga da Silva

2.5 BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

A Universidade Federal do Oeste do Pará foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede num dos pontos mais estratégicos da Amazônia, no município de Santarém, a terceira maior cidade paraense, conhecida por suas belezas naturais, com destaque para o encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas. A criação da Ufopa faz parte do programa de expansão das universidades federais, e é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica.

A Ufopa surgiu da incorporação do campus de Santarém da Universidade Federal do Pará e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), as quais mantinham atividades na região oeste paraense. A Ufopa assimilou também outras unidades da UFPA e da Ufra para a formação dos Campuses de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, a Ufopa mantém suas atividades em duas unidades: a Rondon, localizado no bairro Caranazal (antigas instalações da UFPA), e a unidade Tapajós, localizado no bairro Salé (antigas instalações da Ufra).

A proposta acadêmica da Ufopa está estruturada em um sistema inovador, pautado pela flexibilidade curricular, interdisciplinaridade e formação em ciclos, constituídos de um sistema integrado de educação continuada. De acordo com o projeto pedagógico institucional, a universidade organiza-se em institutos temáticos e em um Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII), destinados a produzir ensino, pesquisa e extensão com forte apelo amazônico. Organizados em programas, os institutos são responsáveis pela oferta de 44 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação

lato e stricto sensu.

2.6 MISSÃO INSTITUCIONAL

A missão institucional busca exercer a função orientadora e delimitadora da ação organizacional da Ufopa, onde são comunicados os valores, crenças, expectativas, conceitos e recursos, atribuindo um sentido a tudo o que as pessoas ligadas à universidade fazem no dia a dia. Verifica-se que a missão é a determinação do motivo central do planejamento, da “sua razão de ser”, correspondendo a um horizonte dentro do qual a organização atua ou poderá atuar. Na Ufopa, os gestores mobilizaram-se para validar um entendimento único de sua missão, definindo com clareza o norte que a Universidade deve seguir.

A Missão da Ufopa é: “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e o desenvolvimento na Amazônia”. (Ufopa, 2024)

2.7 VISÃO INSTITUCIONAL

A Visão da UFOPA é: “Ser reconhecida pela excelência na produção dialógica dos saberes científicos, tecnológicos, interdisciplinares e interculturais, apoiando o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a redução das desigualdades por meio da formação para a cidadania na Amazônia.” (Ufopa, 2024, p. 24). A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Ela deve ser clara e estar em permanente demonstração para a comunidade, transmitindo a essência da organização em termos de seus propósitos, provendo a estrutura que regula as suas relações institucionais, além dos objetivos gerais de desempenho.

É a descrição de um estado de futuro ambicioso, mas factível, que deve ser instigante e provocar nos servidores um desejo concreto de somar forças na busca desse sonho datado, exprimindo uma conquista estratégica de grande valor para a organização. É um lema motivacional, com objetivo de criar uma imagem que desafie e mobilize todas as pessoas envolvidas na construção dessa conquista. Seu enunciado deve ser claro, envolvente, fácil de memorizar, compatível com os valores da organização. Cabe agora à liderança da Ufopa a responsabilidade de proporcionar significado prático à visão estabelecida.

II - INFORMAÇÕES DO CURSO

1 DADOS GERAIS DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Geografia proposto pelo Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal Oeste do Pará visa através deste convênio contribuir para a formação de até 40 discentes, jovens e adultos das áreas de reforma agrária do estado do Pará.

O curso de Licenciatura em Geografia busca construir no educando uma reflexão crítica sobre o papel da educação como território simbólico, destacando a experiência brasileira de educação do campo como elemento de intervenção na questão agrária.

1.1 RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Coordenadora Geral: Profa. Dra. Maria Júlia Veiga da Silva (Ufopa)

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/3304751833198016>

Telefone: (93) 991058889 / (91) 981629628

E-mail: maria.jvs@ufopa.edu.br / mjvsilva2000@yahoo.com.br

1.2 ENTIDADES PARTICIPANTES:

a) Universidade Federal do Oeste do Pará – Instituto de Ciências da Educação (Iced).

Rua Vera Paz, s/nº – Salé. CEP 68035-110, Santarém – Pará, Brasil. Telefone: (93) 2101-4910.

b) Superintendência Regional do INCRA (SR - 030)

Endereço: Av. Pres. Vargas – Caranazal, CEP: 68005-110. Santarém, Pará.
Fones: (93) 35431118

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR- STM)

Endereço: Av. Cuiabá, SN – Bairro da Matinha. Santarém, Pará. CNPJ: 0483858000120

1.3 LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Universidade Federal Oeste do Pará (Ufopa), sediada no município de Santarém.

1.4 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PARCEIROS

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)

- a) Identificar, em conjunto com os demais parceiros, as áreas de Povos do Campo, das Florestas e das Águas (PCFA) e Reforma Agrária que participarão do projeto;
- b) Quantificar e qualificar a demanda educacional nas áreas de PCFA e Reforma Agrária;
- c) Elaborar e executar os projetos educacionais com a participação dos parceiros;
- d) Selecionar, capacitar e habilitar os (as) educadores (as) e coordenadores (as) locais a utilizar metodologias pedagógicas adequadas às diretrizes do Programa;
- e) Selecionar os candidatos, utilizando os meios e instrumentos estabelecidos pela instituição;
- f) Acompanhar o desempenho dos alunos mediante proposição de novas estratégias quando necessárias;
- g) Buscar, em conjunto com os demais parceiros, os governos estaduais e municipais e o INCRA, a infraestrutura necessária ao funcionamento do Programa nas áreas de Reforma Agrária.

Superintendência Regional do Incra (SR – 030)

- a) Divulgar, articular, implementar e acompanhar o Projeto no âmbito da Superintendência;
- b) Articular em conjunto com os demais parceiros a infraestrutura necessária ao bom funcionamento das salas de aula;
- c) Monitorar e avaliar a execução do projeto juntamente com os parceiros;
- d) Acompanhar a aplicação dos recursos de acordo com o plano de trabalho e do Projeto;
- e) Emitir declaração que comprove que os candidatos ao curso são assentados ou filhos de assentados de projetos de reforma agrária.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR- STM)

- a) Colaborar com a execução do projeto educacional;
- b) Mobilizar os interessados em participar do processo seletivo entre os moradores das áreas de Reforma Agrária;
- c) Articular em conjunto com os demais parceiros a infraestrutura necessária ao bom funcionamento das salas de aula;
- d) Acompanhar o trabalho dos educandos (as) bem como assegurá-los da frequência nas atividades não presenciais do tempo-comunidade;
- e) Monitorar, em conjunto com os parceiros, todo o processo pedagógico desenvolvido pelos (as) educandos (as) e coordenadores quanto à adequação curricular, metodológica, formas de participação e avaliação do projeto.

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO					
NOMINAÇÃO DO CURSO:	Curso de Licenciatura em Geografia				
MODALIDADE:	Presencial				
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
NÚMERO DE VAGAS ANUAIS:	40				40
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral				
DURAÇÃO DO CURSO	Carga Horária	Tempo Mínimo	Tempo Máximo		
	3.515	8 semestres	8 semestres		

2 JUSTIFICATIVA

Existem poucas informações sistematizadas sobre a realidade educacional das áreas rurais no território do Baixo Amazonas, estado do Pará, recorte espacial onde o curso será ofertado. No entanto, essa realidade não difere da situação de outros estados da federação quanto à educação que é ofertada nas áreas rurais do Brasil.

No documento **Panorama da educação no campo**, INEP (2007a) aponta que:

As escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infraestrutura bastante distinta daquelas observadas nas escolas urbanas. Em termos dos recursos disponíveis, a situação das escolas da área rural ainda é bastante precária. (INEP, 2007a, p. 29).

No que se refere à realidade da educação do campo em áreas de reforma agrária no Brasil, o documento *Sinopse estatística da Pesquisa Nacional da Educação na*

Reforma Agrária 2004 (INEP, 2007b) afirma que:

Com relação à escolaridade da população residente em assentamentos, o quadro constatado é preocupante: 27% dos assentados nunca frequentaram a escola e 39% completaram somente as séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, são analfabetos funcionais. Da população que frequenta a escola, 48% está matriculada nas séries iniciais do ensino fundamental (INEP, 2007b, p. 59).

Ainda segundo o documento elaborado pelo INEP (2007b)

A questão educacional é vista pelas famílias assentadas como de grande importância para a comunidade. Entre as necessidades prioritárias foram apontadas a construção, ampliação ou melhoria das instalações físicas (38%) e a oferta de outros níveis ou modalidades de ensino (21%) (INEP, 2007b, p. 60).

A realidade detectada na pesquisa da *Sinopse estatística da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária 2004* do INEP (2007b) nas áreas da reforma agrária no estado do Pará aponta para uma realidade bastante preocupante com relação à execução da educação em área de reforma agrária no estado.

Nesta pesquisa, 76,4% dos entrevistados em áreas de reforma agrária no estado do Pará responderam que “o campo só vai se desenvolver se as pessoas que aqui vivem tiverem acesso a todos os níveis de ensino” (INEP, 2007b, p. 94). Ainda na mesma pesquisa, 85,4% no estado do Pará afirmaram que “as pessoas que têm estudo têm mais consciência dos seus direitos que aqueles que não têm estudo” (INEP, 2007b, p. 94)

A realidade educacional dos municípios que compõem o território do Baixo Amazonas paraense (área de abrangência do projeto), no que diz respeito à matrícula de estudantes no ensino médio nestes municípios, indicam a existência de um potencial quantitativo de estudantes já formados nestes municípios, que tem como locais de suas moradias assentamentos da reforma agrária no território em questão. Cabe destacar que, em muitos casos, não existem escolas de ensino médio, dessa forma muitos destes beneficiários da reforma agrária tem que continuar seus estudos em escolas fora dos assentamentos, no geral nas sedes dos municípios dos assentamentos onde residem. O quadro seguinte indica o número de matrículas de ensino médio nos municípios do território do Baixo Amazonas paraense.

Quadro 01 - Matrículas no ensino médio em municípios do Baixo Amazonas em 2015

Municípios	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Alenquer	-	2.681	-	-	2.681
Almeirim	-	1.517	-	233	1.750
Belterra	-	790	-	-	790
Curuá	-	874	-	-	874
Faro	-	253	-	-	253
Juruti	-	2.524	-	179	2.703
Mojuí dos Campos	-	656	-	-	656
Monte Alegre	-	-	-	-	-
Óbidos	-	2.354	-	-	2.354
Oriximiná	-	2.923	-	220	3.143
Praíha	-	1.522	-	-	1.522
Santarém	284	17.192	-	1.240	18.716
Terra Santa	-	922	-	-	922

Fonte: MEC/INEP/SEDUC.

De acordo com os dados expostos através do quadro apresentado logo acima, o número de matrículas no ensino médio nos municípios do território do Baixo Amazonas indica um potencial de possíveis públicos para o curso proposto.

O curso de licenciatura em Geografia existente na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) tem suas origens no curso de Geografia aprovado pela resolução nº 3.752 de 16 de setembro de 2008 pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

O curso de licenciatura em Geografia no âmbito do Pronex proposto possibilita a formação de docentes para atuarem nos sistemas de ensino público e privado dos níveis fundamental e médio. Cabe destacar que estes profissionais serão formados a partir da pedagogia da alternância, onde a formação teórica e empírica são elementos fundamentais desta pedagogia aplicada na educação do campo.

A execução deste curso voltado para os beneficiários da reforma agrária nos municípios do território do Baixo Amazonas paraense contribuirá para a formação crítica deste profissional e atuação nos locais onde está inserido(a).

Nesse sentido, este curso abordará conteúdos científicos com ênfase na ciência geográfica no que se refere às escalas global, nacional, regional e local, onde a realidade socio-territorial do educando deve ser um ponto a ser observado, onde a Pedagogia da Alternância será a metodologia que norteará o processo ensino-aprendizagem.

O curso de licenciatura em Geografia proposto é uma estratégia para o fortalecimento da educação do campo em áreas da reforma agrária nos municípios do Baixo Amazonas, estado do Pará.

Este curso abordará temas científicos e empíricos tendo como referência a realidade socio-territorial dos educandos nas áreas de reforma agrária do território paraense em destaque.

Dentre os enfoques que esse curso se propõe a desenvolver, enfatizamos: a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007).

A execução deste curso é de fundamental importância para as populações de áreas de reforma agrária dos municípios do território do Baixo Amazonas paraense, uma vez que, trata-se de um território de grandes dimensões territoriais e baixos indicadores de educação, onde esta realidade é agravada quando verificamos o contexto das áreas de reforma agrária. Sua viabilização contribuirá para a formação dos beneficiários da Política Nacional de Reforma Agrária no Brasil.

Quanto à identificação dos municípios, regiões e áreas a serem atendidas pelo curso, os dados da reforma agrária do INCRA (Jan/2015) indicam que os municípios do Oeste do Pará (Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa, Trairão) sob jurisdição da Superintendência Regional do INCRA (SR 30) apresentam uma grande demanda por educação do campo. Vários municípios apresentam números consideráveis de projetos de assentamentos em seus territórios.

Conforme DEA/Incra (2015), o panorama dos municípios com a maior quantidade de assentamentos federais no Oeste do Pará estava da seguinte forma: Santarém (23), Monte Alegre (23), Oriximiná (14), Óbidos (13), Alenquer (12), Aveiro (11), Prainha (11) e Juruti (10). Já a maior quantidade de famílias assentadas estava localizada nos municípios de: Santarém (17.424), Aveiro (5.570), Juruti (5.074), Monte Alegre (3.784), Óbidos (3.508), Oriximiná (3.114), Alenquer (2.421), Rurópolis (1.894) e Trairão (1.212), conforme podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 02 - Dados da Reforma Agrária nos Municípios do Oeste do Pará, em janeiro de 2015.

Município	Número de Famílias Assentadas – Reforma Agrária	Número de Projetos – Reforma Agrária	Área Reformada – Reforma Agrária (em hectares)
Alenquer	2538	12	376.978.00
Almeirim	0	0	0.00
Aveiro	5.470	11	2.310.701.00
Belterra	847	4	33, 325.00
Curuá	1247	4	84.114.00
Faro	502	2	458.559.00
Itaituba	1.132	7	148.873.00
Jacareacanga	541	2	62.477.00
Juruti	5.074	10	384.948.00
Mojú dos Campos	-	-	-
Monte Alegre	3.784	23	656.442.00
Novo Progresso	943	4	130.442.00
Óbidos	3.508	13	252.944.00
Oriximiná	3.114	14	335.245.00
Prainha	1.855	11	414.985.00
Rurópolis	1.894	6	210.290.00
Santarém	17.424	23	1.484.963.00
Terra Santa	478	2	35.537.00
Trairão	1.212	8	134.837.00

Fonte: DEA/INCRA (Jan/2015).

A área na qual o presente projeto pretende atuar, isto é, os municípios que compõem a SR-30, inclui os municípios que compõem o território da cidadania do Baixo Amazonas, constituído pelos municípios de: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

Informações do Banco de Dados do Incra (31/12/2017) sobre a presença de assentamentos no território do Baixo Amazonas indicam que somente o município de Almeirim não possuía projetos de assentamentos federais em seu território. O município de Mojuí dos Campos, por ter sido criado em 2013, também não apresentava dados em sua base de informações.

Os municípios a serem atendidos terão uma convergência entre áreas de reforma agrária do território do Baixo Amazonas e os Campus da Ufopa: Santarém, Juruti, Oriximiná, Monte Alegre, Óbidos e Alenquer.

A cidade de Santarém, onde funciona o curso regular de Licenciatura em

Geografia/Ufopa, é ponto estratégico na região Norte, apresentando uma população estimada de 308.339 habitantes (IBGE, 2021), sendo a terceira maior do estado do Pará, e localizada geograficamente entre as duas maiores da região (Manaus e Belém).

Inicialmente a área de abrangência da Ufopa era composta por 19 (dezenove) municípios (Lei Estadual nº 6.268/1999). Com a ascensão do Distrito de Mojuí dos Campos à categoria de município, desmembrado do Município de Santarém, e com a posse de seu primeiro Prefeito em 1º de janeiro de 2013, a área da Ufopa passou a ser composta de 20 (vinte) municípios. A população total destes municípios é de 952.588 habitantes (IBGE, 2014) e corresponde a 12% da população do Estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), correspondendo a 41% da área total do Estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 habitantes/km², sendo o Município de Santarém o de maior densidade demográfica com 12,87 habitantes/km².

Fazem parte dessa área de abrangência da Universidade Federal do Oeste do Pará, os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa); os municípios do território da BR-163 (Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão); e o Município de Placas (pertencente a região da Transamazônica). A região Oeste do Pará possui um IDH médio de 0,7 e nela encontram-se aproximadamente 20 comunidades quilombolas e 32 terras indígenas, representando cerca de 42% da população habitando na área rural.

A região Oeste do Pará é atualmente foco de muitos interesses e ações de diferentes atores nas escalas local, regional, nacional e global. A região possui inúmeras características que a diferencia das demais regiões do país, tanto no que diz respeito a aspectos socioeconômicos e demográficos como ambientais e geográficos. Dentre essas particularidades destacam-se a baixa densidade demográfica e distribuição desigual da população e da renda, hábitos de consumo e cultura diversificados, tudo associado a uma gigantesca biodiversidade.

Vários são os problemas relacionados à região e envolvem diferentes setores que vão desde a dificuldade de circulação de pessoas e mercadorias devido as grandes distâncias e uma rede de transporte deficiente até modificações ambientais que comprometem a saúde e a qualidade de vida da população destes lócus.

O presente curso visa à formação de profissionais licenciados em Geografia com habilidades e competências para atuarem na docência de ensino fundamental e médio com formação teórica e empírica em áreas de reforma agrária no Brasil.

3 OBJETIVOS DO CURSO

3.1 OBJETIVO GERAL

O presente curso tem como objetivo a formação de até 40 profissionais licenciados em Geografia, voltada para fortalecer a educação das populações do campo, da floresta e das águas nas áreas de reforma agrária.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Reforçar a educação das populações do campo, da floresta e das águas nas áreas de reforma agrária como um direito constitucional;
- b) Estimular a integração entre os movimentos socio-territoriais rurais e a universidade no que diz respeito as múltiplas experiências de educação do campo;
- c) Contribuir para a formação dos futuros profissionais licenciados em Geografia uma formação abrangente em termos teóricos e empíricos das múltiplas realidades do espaço agrário brasileiro;
- d) Formar licenciados em Geografia para compreender a produção do espaço geográfico e suas especificidades da realidade do campo brasileiro;
- e) Promover articulações entre tempo Universidade e tempo comunidade nos grandes temas geradores no sentido da associação entre teoria e prática com ênfase na realidade socioespacial do educando;
- f) Estimular a transversalidade dos conhecimentos teóricos e empíricos que contemplem a diversidade em diferentes aspectos como: sociais, territoriais, econômicos, políticos, culturais, de gênero, de etnias, entre outras;
- g) Formar profissionais licenciados em geografia voltados para a atuação na prática do exercício docente em áreas de reforma agrária;
- h) Formar licenciados em Geografia para a compreensão do espaço geográfico nas suas múltiplas escalas (local, regional, nacional e internacional);
- i) Habilitar licenciados em geografia capacitados para o exercício da prática docente com formação teórica e prática que dialogue com a educação do campo em áreas de reforma agrária.
- j) Fortalecer a pedagogia da alternância como prática educativa e a educação do campo como concepção pedagógica;

- k) Promover a formação com ênfase na relação pedagógica complementar entre atividades tempo-escola e atividades tempo-comunidade;
- l) Formar profissionais com educação voltada para a compreensão da realidade regional e local;
- m) Contribuir/fomentar o debate em torno da questão agrária na sub-região do Baixo Amazonas e na região Amazônica como um todo.

4 METAS

A implantação do Curso de Licenciatura em Geografia visa suprir parcialmente uma lacuna quanto aos estudos geográficos e formação de licenciados para contribuir para o processo de avanço científico e de posicionamento da Universidade no que tange à discussão das questões de ordem social e geográfica presentes em âmbito local, e regional. As intensas transformações que se processaram no espaço geográfico do estado do Pará e na Amazônia nos últimos sessenta anos estão a exigir da Ufopa um posicionamento e uma atuação sistemática, expressa na forma de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão. O Curso de Licenciatura em Geografia favorecerá esse posicionamento e a participação mais efetiva da Universidade nos fóruns nacionais e internacionais que discutem essas transformações e suas implicações para o espaço e a sociedade paraense e amazônica.

O Curso tem por objetivo formar licenciados em Geografia com habilidades e competências para atuarem na área específica e educacional, produzindo novos conhecimentos no campo da educação básica tendo como foco principal de análise a realidade local e regional. A elaboração deste Projeto Pedagógico fundamentou-se nos princípios curriculares de desenvolvimento do trabalho pedagógico como eixo da formação do educando, na inter-relação entre teoria e prática e na concepção da pesquisa como forma de conhecimento e intervenção na realidade escolar.

A efetivação de sua práxis pedagógica dar-se-á por meio de um processo ensino-aprendizagem fundamentado no princípio da flexibilidade curricular e na transposição do ambiente de sala de aula; num processo constante de integração e fomento de projetos de pesquisa e extensão que venham a contribuir para o fortalecimento e ampliação do campo de atuação social e educacional da Ufopa no contexto estadual e regional.

O Curso de Licenciatura em Geografia constitui-se, portanto, num curso que alia qualidade de ensino e intervenção na realidade do educando beneficiário da reforma agrária no estado do Pará.

O curso tem como finalidade oferecer uma formação teórica e empírica tendo como referência a pedagogia da alternância, referência na educação do campo em áreas de reforma agrária no Brasil.

4.1. METAS POR ETAPA

O Curso de Licenciatura em Geografia no âmbito do Pronera compõe-se de oito etapas básicas formadas pelos grupos de disciplinas, composto de oito períodos referentes ao tempo universidade e oito períodos referentes ao tempo comunidade. O projeto contempla três metas básicas:

- a) A seleção de candidato(a)s através de processo seletivo;
- b) O desenvolvimento do curso em oito etapas, as quais concomitantemente serão realizadas oito reuniões de planejamento pedagógico e avaliação; elaboração ou sistematização de material didático-pedagógico; reuniões de acompanhamento político-pedagógico nos polos do curso, acompanhamento dos discentes através de visitas periódicas de monitores e docentes; viagens para eventos com vistas ao intercâmbio e a troca de experiências com outros projetos de Geografia em áreas de Reforma Agrária.
- c) A formação dos discentes matriculados no curso (40 discentes) habilitando-os para o exercício da licenciatura plena em Geografia.

Desta forma, no Curso de Licenciatura em Geografia, teremos as seguintes metas e as respectivas atividades.

META 1: Realização de processo seletivo para seleção dos estudantes das áreas de reforma agrária indicados pelo movimento social.

META 2: Planejamento pedagógico que consistirá em reuniões da coordenação pedagógica do curso e professores para planejar a operacionalização das etapas do projeto e/ou do curso com vistas à viabilização do bom andamento do curso e sua avaliação constante.

META 3: Elaboração de material didático-pedagógico que consistirá na produção de cadernos de textos das disciplinas adequados às temáticas a serem abordadas e a aplicabilidade definida na reunião pedagógica.

META 4: Acompanhamento didático-pedagógico que se efetivará em visitas de avaliação e acompanhamento dos alunos nas suas comunidades pela

coordenação político pedagógica, coordenação técnico-pedagógica, bolsistas e docentes.

META 5: Realização de evento acadêmico que consiste na promoção de seminários e similares que propiciem a qualificação teórico-prática dos estudantes em âmbito extra-classe.

META 6: Seminários de avaliação com objetivo de desenvolver atividades que garantam o envolvimento de todos os parceiros em todas as etapas do processo de construção do curso.

META 7: Formar 40 estudantes que se materializa na certificação de 40 licenciados em geografia para atuarem nos diversos ramos de atividades da docência em Geografia.

META FINAL: Formar 40 profissionais licenciados em Geografia.

4.2 NÚMERO DE VAGAS

Serão ofertadas 40 vagas no presente curso para beneficiários da reforma agrária.

5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

A forma de ingresso no curso ocorrerá mediante processo seletivo especial para beneficiários da reforma agrária no estado do Pará, assim como em outros estados do Brasil.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso de licenciatura em Geografia no âmbito do Pronera ofertado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) aborda os principais pontos para uma boa formação acadêmica com amplos debates de caráter teórico e prático.

A parte prática será tratada pelas disciplinas, através de trabalhos de campo, excursões, seminários, pesquisas, trabalhos de extensão etc., assim como da prática de ensino em campo, em sala de aula dos diversos níveis de ensino básico.

Ademais, o curso prima no processo de formação discente, pela articulação das categorias conceituais da geografia na elaboração do conhecimento geográfico. Este processo acontece a partir de uma prática crítico-reflexivo que norteia a abordagem de sala de aula, em que os componentes curriculares ganham uma dimensão investigativa, na qual, as relações entre teoria e prática são a premissa do perfil do egresso deste curso.

Portanto, o egresso do curso de Licenciatura em Geografia no âmbito do Pronera

desta instituição, terá condições de exercer a docência em geografia, transpondo para a educação básica a base real do ensino de geografia, articulando os conceitos geográficos com a abordagem pedagógica contemporânea, reconhecendo o processo de ensino-aprendizagem como histórico que necessita ser reelaborado continuamente.

Assim entendido, o Licenciado em Geografia no âmbito do Pronera, deve apresentar uma leitura crítica dos problemas educacionais brasileiros e do papel do educador, para a construção de uma sociedade cidadã.

6.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O curso de Licenciatura em Geografia no âmbito do Pronera se propõe a formar profissionais de nível superior com as competências e habilidades de:

- a. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
- b. Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- c. Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- d. Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- e. Atuar em diversos espaços geográficos, essencialmente na Amazônia;
- f. Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
- g. Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;
- h. Dominar os conteúdos básicos que são objetos de aprendizagens nos níveis fundamental, médio e superior.

7 PROPOSTA TEÓRICA E METODOLÓGICA

7.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS QUE FUNDAMENTAL A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO PROJETO

Contemplar a diversidade que permeia a sociedade brasileira, exige uma concepção flexível, libertária e abrangente de educação. Desse modo, visando corresponder às demandas específicas dos sujeitos que vivem no campo brasileiro em consonância com uma visão qualificada de educação, aposta-se nas formulações teórico-

metodológicas clássicas e recentes de autores que não se limitam a expor os problemas concernentes à educação brasileira como um todo e à educação no/do/para o campo em particular, mas avançam numa postura militante.

Opta-se pelas orientações metodológicas da Pedagogia da Alternância, conforme proposto pelo INCRA. De acordo com as experiências de leitura, os princípios que norteiam esta concepção de educação e a sua própria gênese, está diretamente conectada com a educação do campo, constituindo-se metodologia adequada para contemplar conhecimento científico articulado ao conhecimento empírico, à vivência e ao modo de vida da comunidade onde o educando está inserido. Nawroski (2012), por exemplo, evidencia que a pedagogia da alternância é originária da França e surgiu entre camponeses que buscavam uma estratégia de escolarização que permitisse a permanência do educando junto à família e à propriedade rural. Portanto, por meio da pedagogia da alternância o educando tem a oportunidade de frequentar ambientes escolares, fora de sua comunidade sem necessitar afastar-se do campo e de seus familiares de forma permanente. Jesus (2011) expressa muito bem esta característica fundamental da pedagogia da alternância.

A alternância ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos. A escola é espaço da reflexão teórica e de aprofundamentos das questões relevantes de interesses dos alunos e das famílias. O tempo de permanência do aluno no espaço familiar e na comunidade é o momento para confrontar a teoria com a prática, pesquisar, realizar experimentação de novas práticas, troca de experiências, trabalho e indagações. Ou seja, desse ponto de vista, a formação na alternância é contínua. (JESUS, 2011, p. 10).

Saviani (2012) expressa o papel da escola desde o seu surgimento como tendo um forte caráter de dominação e controle social pelas classes dominantes. Destaca-se, ainda, que a escola baseada em pressupostos conservadores esteve relacionada à atividade intelectual e desvinculada do mundo do trabalho, o qual desenvolvia-se fundamentalmente no campo, alternando-se para a cidade em determinados contextos históricos. Este autor considera da seguinte forma o papel original da escola:

Efetivamente, a escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; cabia-lhe preparar os futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), pelo domínio da arte da palavra e conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. (SAVIANI, 2012, p. 24).

A historicidade da educação brasileira tem evidenciado que desde o processo inicial de colonização regressa a um passado em que o acesso à educação estava restrito

a pequenos grupos, o que significava uma segregação para o acesso ao conhecimento. Isso começa a ter certo movimento de alteração quando por volta da terceira década do século XX, instaura-se uma transformação no pensamento elitista e governamentista, no qual o discurso se alicerça em dizer que o papel da escola era o de tentar superar todos os atrasos sociais e econômicos de uma nação.

Teoricamente tinha-se um pensamento que a implantação das escolas públicas forneceria acesso a uma educação de qualidade à população, ou seja, acreditava-se que bastaria construir escolas para que todos os cidadãos tivessem o princípio da igualdade garantido, pois neste contexto histórico o Estado brasileiro detinha um percentual altíssimo de analfabetismo.

A contextualização do processo educacional na prática não ocorria como planejado. Teoricamente as condições de ensino estavam determinadas e eram consideradas igualitárias devendo prevalecer apenas os dons individuais, pois se assim ocorresse o fracasso escolar, a responsabilidade não seria da escola, mas do próprio indivíduo que não teria tido competência ou não teria se esforçado o suficiente para ser aprovado.

De acordo com Souza (2008), a educação do campo procura expressar a particularidade que o trabalho camponês assume na atualidade e demarcar que a educação rural, isto é, aquela que se realiza no campo, a partir de paradigmas, princípios teóricos e metodológicos generalizantes, não correspondem às especificidades que os sujeitos do campo apresentam. Nesse sentido, Arroyo (2004) considera que a tentativa de transpor uma concepção teórica e metodológica de educação da cidade para o campo, tem relação com uma visão deturpada sobre a vida no campo. Assim, Arroyo (2004) considera essa questão da seguinte forma:

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado. Como se os valores, a cultura, o modo de vida, o homem e mulher do campo fossem uma espécie em extinção. Uma experiência humana sem mais sentido, a ser superada pela experiência urbano-industrial moderna. Daí que as políticas educacionais, os currículos são pensados para a cidade, para a produção industrial urbana, e apenas se lembram do campo quando se lembram de situações “anormais”, das minorias, e recomendam adaptar as propostas, a escola, os currículos, os calendários a essas “anormalidades”. Não reconhecem a especificidade do campo [...] (ARROYO, 2004, p.79-80).

Regatando o histórico da educação do campo no Brasil, Molina; Antunes-Rocha (2014), esclarecem que em 1920 surge um movimento denominado ruralismo pedagógico, o qual objetivava defender a escola e a cultura rural. Nesse momento havia um acalorado embate sobre a relação campo-cidade. Apesar das diferenças de concepção sobre educação no campo, conquistas importantes ocorreram a partir desse momento. Entretanto, conforme destacam os autores supracitados, os avanços foram muito poucos, face às mudanças econômicas e estruturais que ocorriam no país.

O pouco esforço, por parte do Estado em ampliar o acesso à educação aos trabalhadores em geral e em especial aos trabalhadores do campo, fez com que se chegasse a diagnósticos alarmantes. Foi então que, a partir do final dos anos 70, do século XX, a escola rural volta a ocupar lugar nas agendas acadêmicas. Os índices de analfabetismo “surpreenderam” os técnicos e pesquisadores quando da avaliação das políticas de desenvolvimento rural (MOLINA & ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 223). A partir de 1980, a educação rural deixa de ser uma questão acadêmica - formal e passa compor as bandeiras de luta dos movimentos sociais como um direito irrefutável, conforme aponta Molina & Antunes-Rocha (2014, p. 224): “A escola rural volta à pauta acadêmica e das políticas públicas no início dos anos 80 do século XX, com a emergência dos movimentos sociais e sindicais camponeses que, em seus processos de luta por terra, demandam entre outros direitos o acesso à escolarização”. Portanto, é com o espírito de mudança social que se propõe que o curso de Licenciatura em Geografia – Pronera possa contribuir para ampliar o repertório dos sujeitos do campo de Santarém e região.

Considerando as observações de Saviani (2012), de Molina & Antunes-Rocha (2014) e de Arroyo (2004), assim como outras formulações teóricas provenientes de sua longa militância na educação brasileira e educação do campo, propõe-se desenvolver, no contexto do curso de Geografia da Ufopa, para atender demandas do campo de Santarém e região, concepções teórico-metodológicas de educação que valorize os conhecimentos prévios do aluno a partir do qual se possa chegar aos conceitos científicos que compõem o repertório do conhecimento geográfico. Nesse sentido, as concepções freirianas de educação possibilitam importantes reflexões para a proposta pedagógica aqui presente.

Correspondendo à proposta pedagógica evidenciada pelo Pronera, adota-se a pedagogia da alternância como norteadora das práticas pedagógicas do curso de Licenciatura em Geografia pela perspectiva da educação do campo. Evidencia-se que tal concepção teórico-metodológica possibilita ao educando constante processo de reflexão

entre os conhecimentos teórico-conceituais adquiridos na Universidade e/ou Escola e aqueles adquiridos por meio de suas práticas de vida.

Aproximando a discussão dos pressupostos teóricos-metodológicos para a Licenciatura em Geografia especificamente, evidencia-se que a concepção de construção do conhecimento da pedagogia da alternância permite a efetivação, com algumas adaptações, da proposta socioconstrutivista de Cavalcanti (2012), delineada como transposição didática. Por meio dessa orientação metodológica, parte-se do conhecimento prévio do aluno para se chegar aos conceitos científicos da Geografia, num exercício constante de confrontação das teorias e conceitos abstraídos da realidade e conformados como generalizações e os conhecimentos e demandas dos discentes.

Desse modo, a estrutura acadêmica prevê a formação científica com componentes curriculares de base, buscando a interatividade dos conteúdos ao contexto amazônico. A área atendida pelo curso de Licenciatura em Geografia voltado a contextualização da educação do campo propõe uma diversidade social, econômica, cultural e educacional, em função das particularidades de ocupação e desenvolvimento na região.

A proposta acadêmica da Ufopa em oferecer um curso de graduação destinado ao Pronera tem como base epistemológica pressupostos teóricos que norteiam a questão educacional, no geral, no Brasil, bem como a Educação do campo. Mediante a essa proposta de delineamento de curso, elaborou-se uma estrutura alicerçada em um sistema inovador pautado pela flexibilidade curricular, interdisciplinaridade e formação em ciclos, constituídos de um sistema integrado de educação continuada.

Quanto o contexto educacional, o Estado do Pará apresenta, de forma geral, um déficit no que se refere à formação de professores licenciados nas diferentes áreas de ensino e, por conseguinte, na Geografia e, mais especificamente, na ênfase para uma educação do campo. Dessa maneira o real desenvolvimento dessa porção do Estado somente poderá ser alcançado mediante uma alteração drástica no nível de qualificação do corpo docente e no avanço da pesquisa. Em se tratando particularmente da formação de professores em Geografia, é necessário qualificar profissionais atuantes nesta área para que o desenvolvimento seja norteado para uma maior consciência crítica dos problemas sociais, políticos e econômicos regionais.

Sendo o município de Santarém um centro regional, que polariza o desenvolvimento de todo o Oeste do Estado, percebe-se a necessidade de ofertar o curso de Licenciatura em Geografia numa perspectiva de educação do campo por meio do

Pronera, evidenciando assim, a importância do mesmo ser gerido pela Ufopa, especificamente pelo curso de Geografia do Instituto de Ciências da Educação - Iced, por ser a maior instituição de ensino superior regional, pública, multicampi, e ter entre seus princípios norteadores o comprometimento com o desenvolvimento da região Oeste Paraense.

Quanto à extensão da área atendida pelo curso de Licenciatura em Geografia pela perspectiva da educação do campo, não compreende apenas o município de Santarém, mas também os demais municípios do território do Baixo Amazonas, o que totaliza uma população de 678.542 habitantes, segundo o censo demográfico do IBGE (2010)

Evidencia-se, ainda, que Santarém é caracterizada por um processo de urbanização “desordenado”, elevado índice de analfabetismo e baixa escolaridade, o que vem cada vez mais justificar a urgente necessidade de expansão das atividades e do papel da Universidade nessa região, se materializando com a implantação de novos cursos e continuação de oferta dos existentes, por conseguinte o que se refere nesse projeto pedagógico, que é o curso de Licenciatura em Geografia pela perspectiva da educação do campo, contribuindo para que, por meio da pedagogia da alternância, o educando possa ter a oportunidade de elevar seu nível de escolaridade sem precisar buscá-lo na cidade, fixando moradia definitiva na mesma e expondo-se a todo tipo de mazela que a cidade possa lhe oferecer.

A análise das especificidades regionais do Estado do Pará e as dificuldades de mobilidade territorial interna, fortalece a proposta do curso Geografia pela perspectiva da educação do campo, conforme propõe o Pronera, pois incide sobre a Ufopa uma responsabilidade sobre a formação docente e a educação básica com compromisso de elevar esses índices. Assim, este projeto defende uma formação de professor com um currículo abrangente, voltado para uma prática pedagógica que permita o exercício da ciência no tratamento das categorias específicas da Geografia com ênfase em desenvolvimento territorial sustentável.

Neste contexto, o curso visa atender a demanda de área de ocupação tradicional, que não sofreu grandes transformações trazidas pelo processo de “modernização” do território paraense.

É nesse panorama que a Universidade Federal do Oeste do Pará, vem oferecer a sociedade o Curso de Licenciatura em Geografia pela perspectiva da educação do campo, adotando como princípio metodológico para o processo de ensino aprendizagem a

pedagogia da alternância, que amparada num significativo conteúdo crítico, o profissional da educação atuante neste ramo de conhecimento pode contribuir definitivamente para a edificação de uma nova realidade, materializando um ensino crítico da ciência geográfica, constituindo-se em um elemento difusor de uma postura mais consciente do “homem” frente a sua realidade.

O projeto compõe-se de 08 semestres, estruturados a partir do desenvolvimento da grade curricular do curso que norteará a realização das metas e atividades do projeto como um todo. Essas etapas serão compostas de Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Isto significa que parte da carga horária de cada componente curricular será destinada ao Tempo Comunidade, sendo que durante o Tempo Universidade os educandos serão orientados pelos professores dos respectivos componentes curriculares, considerando as inquietações expostas pelos educandos durante as aulas teórico-conceituais e metodológicas que expressem problemáticas geográficas relevantes do ponto de vista da ação social para a cidadania plena.

Os professores responsáveis pelos componentes curriculares de cada etapa do curso deverão estabelecer diálogo constante e efetivo entre si e com a coordenação pedagógica do curso, objetivando construir uma prática interdisciplinar com o fim último de propor atividades para o Tempo Comunidade que contemple os conteúdos teórico-conceituais e metodológicos dos componentes curriculares. Isso em consonância com os anseios das comunidades dos educandos.

A carga horária dos componentes é dividida em teoria (TEO), prática (PR) e tempo comunidade (COM) (sobre esta divisão observar quadro 04). Os componentes curriculares denominados de Prática Integradas de Extensão I a VIII e tempo comunidade serão desenvolvidos ao final de cada semestre letivo, envolvendo a articulação do cotidiano das comunidades às quais os discentes fazem parte, considerando os conceitos e temáticas trabalhadas nas disciplinas do respectivo semestre. A escolha dos locais para a execução dos componentes considerará a distribuição espacial dos locais de residência dos alunos, bem como as condições logísticas de deslocamento destes. Nesse sentido, preferencialmente, será escolhida uma comunidade para aplicação de cada prática de extensão/tempo comunidade, porém não será descartada a possibilidade de aplicação em duas ou mais comunidades.

O presente curso tem como pressuposto metodológico a ***Pedagogia da Alternância*** cujos objetivos segue abaixo:

- a) Favorecer às educandas e aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, propiciando o seu crescimento pessoal e o seu compromisso com a transformação do meio;
- b) Cooperar no resgate e na valorização da cultura regional, visando à participação e integração de todos os setores da comunidade educativa e instituições no combate ao êxodo rural e suas consequências;
- c) Incentivar processos produtivos sustentáveis como fonte de renda, aprimorando as atividades da agricultura familiar e permitindo que a pequena propriedade seja viável economicamente;
- d) Contribuir na organização das comunidades do campo, capacitando lideranças multiplicadoras das técnicas sustentáveis de produção e de serviços comunitários.

7.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Correspondendo à proposta metodológica da prática pedagógica sugerida pelo Pronera, o curso de Geografia da UFOPA adota a pedagogia da alternância como princípio norteador das atividades de ensino-aprendizagem. Tal metodologia se operacionaliza por meio de duas etapas complementares que devem ser aplicadas no processo ensino-aprendizagem. Essas etapas são o ***Tempo Universidade e o Tempo Comunidade***, onde o Tempo Universidade se dará durante o período em que os discentes estarão assistindo as aulas teóricas nas dependências da Ufopa, sob a regência de professores e professoras com formação acadêmica na área de geografia (geografia humana, geografia física e ensino de geografia), em pedagogia e em áreas correlatas, quando o for o caso; já o Tempo Comunidade, se refere a etapa em que os discentes se encontrarão em suas comunidades, junto às suas famílias e às atividades do campo, desenvolvendo as tarefas propostas durante as aulas teóricas. Ao final, haverá a culminância que deverá ocorrer nas comunidades-polos que serão definidas para cada semestre de formação, após termos conhecimento sobre a realidade das discentes e dos discentes selecionados(as) para composição da turma.

Nessa proposta, a cada etapa do curso, até 30% da carga horária de cada componente curricular será reservada para o desenvolvimento de atividades pelos discentes em suas respectivas comunidades, considerando-se o conhecimento acadêmico

apropriado pelos mesmos durante o tempo Universidade, isto é, durante as aulas teórico-conceituais na Universidade na qual os alunos terão a oportunidade de compartilhar saberes e refletir sobre tais conhecimentos, vivências e experiências seguindo princípios acadêmicos. A etapa do tempo Comunidade será acompanhada pelo(a) respectivo(a) professor(a)-orientador(a), assim como pelos monitores e coordenador(a) pedagógico(a).

Para garantir a convergência da proposição de atividade interdisciplinar para o tempo comunidade, a cada início de etapa do curso será ofertado um seminário de formação aos professores que irão atuar no tempo universidade no respectivo semestre do curso, onde se definirá uma temática relevante para a comunidade dos educandos a ser desenvolvida durante o tempo comunidade e orientada e embasada durante o tempo universidade.

As atividades desenvolvidas pelo discente durante o Tempo Comunidade e seus respectivos resultados serão socializadas entre os discentes, o(a) professor(a) orientador(a) e coordenador(a) pedagógico(a) na forma de seminários de socialização a ocorrer em Comunidades-polos a serem definidas após a matrícula dos(as) alunos(as) no curso.

7.3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO DOS(AS) EDUCADORES (AS) NO TEMPO COMUNIDADE

A metodologia da Pedagogia da Alternância tem como objetivo principal alternar o processo do Tempo universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). Por ser uma estratégia de ensino-aprendizagem que alicerça e caracteriza a educação do campo, configura-se entre os principais instrumentos de luta e resistência que os povos do Campo encontraram para ter uma Educação do Campo de qualidade e que leve em consideração as suas territorialidades e espacialidades no próprio lugar em que vivem.

A Amazônia, por apresentar uma sociodiversidade e um expressivo grau de organização dos movimentos sociais e demais organizações frente às imposições da expansão das relações capitalistas de produção, processo esse em que foi construído historicamente, visou construir uma proposta pedagógica a partir das especificidades e singularidades dos sujeitos do campo.

Busca-se dá visibilidade as diferentes formas de lutas e de resistências; promover o respeito para com as geografias/histórias de vidas, dos lugares e familiares dos povos do campo; reivindicar os direitos humanos, agrários e territoriais dos trabalhadores e trabalhadores do campo que são diariamente criminalizados, subjugados e excluídos do

direito a terra e ao território, no momento em que há a incorporação de novas estruturas de poder hegemônicas vigentes, que visa, sobretudo, a reprodução ampliada do capital e não promove um desenvolvimento territorial equitativo para as comunidades do campo que habitam no espaço amazônico.

Partindo dessa premissa, a Pedagogia da Alternância no contexto da abordagem da Educação do Campo na Amazônia brasileira, destaca-se como uma metodologia de organização do ensino e um dispositivo pedagógico que promove articulação entre o Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Será orientado por um Plano de Formação, agregando os componentes do dispositivo pedagógico e assegura a permanência da prática da alternância. As partes integrantes do projeto educativo são constituídas pelos objetivos e as etapas, no qual articula os tempos, as atividades e os conteúdos do campo socioprofissional, com aqueles do programa.

Em conformidade com o Art. 1º, § 1º da Resolução 01 do Conselho Nacional de Educação do ano de 2023, que define a Pedagogia da Alternância como “uma forma de organização da educação e dos processos formativos que objetivam atender as comunidades do campo, do cerrado, dos rios, das florestas, de outros biomas e de comunidades urbanas específicas.” (BRASIL, 2023). Ainda na mesma resolução, em seu artigo 2º observa-se o seguinte texto:

Art. 2º A organização e o funcionamento das escolas e universidades que se utilizarem da Pedagogia da Alternância devem respeitar as singularidades das comunidades atendidas quanto às especificidades da atividade laboral, sistemas produtivos, modos de vida, culturas, tradições, saberes e biodiversidade. (BRASIL, 2023)

A metodologia da Pedagogia da Alternância concilia trabalho com educação formal, sem precisar se distanciar do seu próprio ambiente em que vivem para se ter acesso a uma formação equitativa. No contexto da região amazônica, as turmas serão compostas por estudantes de diferentes lugares, em que possam promover o compartilhamento de vivências e experiências de suas respectivas áreas de Assentamentos e Flonas.

7.3.1 Instrumentos pedagógicos do Tempo Comunidade

a) Atividade de Formação teórico-metodológica (Estudo para a formação social e Pedagógica) – É o momento em que o estudante possa estabelecer a relação preexistente entre os conhecimentos científicos com as suas vivências e experiências de sua vida pessoal e social por meio dos componentes curriculares

do curso. Essa abordagem epistemológica na Geografia propicia uma compreensão dos múltiplos processos socioespaciais e socio-territoriais dos fenômenos que se manifestam no espaço agrário da região amazônica na sua totalidade. Essa concepção objetiva ainda estimular a curiosidade do fazer científico e permite com que o discente possa fazer uma leitura do mundo a partir do lugar onde vivem e estabelecem seus laços afetivos e relações socioculturais; Confrontar, comparar e questionar as diferentes realidades geográficas a partir das experiências e vivências nas comunidades, devendo com que essas pautas pluralísticas sejam diversificadas nas múltiplas realidades dos lugares e sejam inclusas no Plano de Ensino de cada componente curricular.

b) Atividade Participativa (conhecimento da comunidade) – É o momento de aproximação dos discentes, docentes e monitores com as comunidades do campo, levando em consideração conhecer e acompanhar a história do lugar e de vida dos sujeitos, a dinâmica agrária e territorial, a produção econômica, o meio físico, atividades sociais e culturais e múltiplos processos espaciais cristalizados e dinamizados nas comunidades do campo. Essa atividade de alternância permite uma formação global do estudante que trabalha e vive no campo e que esse próprio discente possa deixar sua contribuição para as comunidades de onde é oriundo.

c) Atividades de Estudos, Pesquisa e Trabalho – é uma Pesquisa Participante¹ e/ou um Estudo de Caso² sobre uma realidade e um tema específico (Plano de Formação). A partir de uma problemática e realidade levantada *in loco* junto aos moradores e lideranças comunitárias e representações sociais, se utilizará alguns instrumentais metodológicos que possibilite a articulação entre os saberes acadêmicos (conhecimentos científicos no tempo universidade) com os saberes populares (conhecimentos comunitários no tempo comunidade). Ao se permitir uma melhor aproximação da universidade (tempo universidade) com as comunidades do campo selecionadas, permite melhor conhecer diretamente as dinâmicas territoriais e agrárias sob a ótica dos próprios sujeitos que experienciam, habitam e trabalham no espaço agrário. Para a consolidação e

¹ De acordo com Demo (2004) é a inter-relação entre teoria e prática, um desafio que requer do ser humano conhecimento e participação que são desenvolvidas por meio da ação, para assim, intervir juntos na realidade.

² Para Yin (2001) essa metodologia corresponde a uma investigação que analisa um fenômeno contemporâneo em que pretende conhecer o contexto em que o fenômeno ocorre.

resultado dessa atividade, busca-se que os discentes com o auxílio de orientações dos docentes possam construir materiais (arcabouço técnico-científico) e que estas produções científicas possam subsidiar e dar viabilidade aos processos de lutas e resistências dos sujeitos das áreas de Reforma Agrária e que sirvam como referenciais para a própria comunidade de origem dos estudantes, bem como de outras comunidades.

d) Atividades de Intervenção e/ou extensão – Serão realizadas palestras, oficinas, seminários e debates sobre diferentes temas sugeridos e de acordo com as demandas apontadas pelas lideranças de movimentos sociais, objetivando sistematizar ideias, fatos e experiências que auxiliam na construção de conhecimentos científicos e saberes populares (conhecimentos tradicionais amazônicos) estabelecidos entre universidade (escola) e a comunidade. Dessa forma, a proposição dessa atividade no contexto da Educação do Campo visa contribuir fundamentalmente com a formação espacial, territorial, social e cidadã dos sujeitos do campo das áreas de Reforma Agrária, bem como também visa estabelecer um desenvolvimento territorial e sustentável para os povos do campo.

7.3.2 Avaliação geral e participativa de todo o processo formativo

Durante as semanas de alternância ou mesmo durante a estada na propriedade com o acompanhamento dos técnicos e monitores, são desenvolvidas atividades de avaliação com objetivo de acompanhar e mensurar o desenvolvimento dos discentes e o conhecimento por eles construído a partir dos temas geradores e das experiências produtivas.

Experimentações, produções textuais, exposição e argumentação, debates e soluções de questões propostas em esquemas ou formulários constituem-se como instrumentos e meios de avaliação da formação desenvolvida na Comunidade.

Os Instrumentos Pedagógicos da Pedagogia da Alternância extraem da realidade concreta, elementos significativos que motivam a relação ensino- aprendizagem. Esses elementos passam por um processo de reflexão nas áreas do conhecimento, possibilitando ao formando perceber as contradições existentes dentro do seu próprio meio. Neste momento, o indivíduo toma dimensão entre o real e o ideal, sendo essa a realidade projetada.

7.3.3 Acompanhamento Pedagógico

7.3.3.1 Instrumentos Para Acompanhamento Pedagógicos

Serão adotados vários instrumentos para o acompanhamento pedagógico dos discentes, dentre eles:

Caderno da Realidade – é a sistematização da reflexão e da ação provocada pelo curso. É o registro ordenado em caderno próprio, das experiências educativas elaboradas no tempo-escola e no tempo-comunidade, que foram construídas pelo educando/a.

Caderno de Acompanhamento – é o instrumento de conexão entre o curso e a família. Neste caderno ficam registradas, pelo educando/a, mensalmente, as principais aprendizagens do tempo-universidade e no tempo-comunidade.

Projeto Pessoal – a partir da formação vivenciada no curso, o estudante deverá sistematizar um projeto para orientação de sua vida presente e futura. É a sistematização do sonho dentro das possibilidades reais em que está vivendo em sua comunidade, em sua propriedade familiar e com os recursos naturais disponíveis.

Projeto Profissional – ao término do curso, o estudante deverá apresentar um Projeto Profissional que demonstre o conhecimento técnico, as habilidades de elaboração de texto, bem como a sua pré-disposição em iniciar um trabalho que favoreça economicamente a sua permanência ou não no campo, com a perspectiva de uma vida melhor.

Folha de Observação – são interrogações relacionadas com os temas das disciplinas, formuladas pelos professores, respondidas e sistematizadas pelos estudantes. O uso da folha de observação tem o objetivo de complementar, ampliar e aprofundar os conhecimentos que foram insuficientemente refletidos durante a disciplina. Este instrumento deverá ser socializado no início de cada semestre. A partir do que for socializado da folha de observação dos discentes, serão propostos espaços de debate extraclasse com a participação de palestrantes, tanto da área acadêmica, quanto da mobilização social, valorizando as capacidades organizativas e experiências das lideranças dos movimentos sociais do campo.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 CONTEÚDOS CURRICULARES

A organização curricular do curso de Licenciatura em Geografia atende às Diretrizes Curriculares Nacionais identificadas na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estando disposta por Núcleos, a saber:

I - Núcleo I: Estudos de Formação Geral (EFG) – A esse núcleo de formação do curso de Licenciatura está reservada uma carga horária de 940 (novecentos e quarenta) horas, sendo composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar, contemplando conhecimentos referentes aos aspectos históricos e filosóficos da educação, da diversidade de sujeitos e culturas, os princípios éticos, dentre outros. Está subdividido em três subitens, sendo eles:

a) **Métodos, fundamentos, princípios e práticas pedagógicas** – que soma 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) horas distribuída em oito componentes curriculares. Esse subitem do núcleo de formação geral, centra-se nas disciplinas didático-pedagógicas que complementam a formação específica do educando e que visam o desenvolvimento do instrumental teórico-metodológico para o exercício da docência em Geografia em contato com a comunidade. Além disso, visa desenvolver nos discentes a capacidade de desenvolver trabalhos acadêmicos e documentos necessários à prática docente. A compreensão da educação inclusiva, politicamente posicionada e amparada no conhecimento dos fundamentos históricos e filosóficos da educação; prepara o licenciando para uma atuação que visa a equidade e a construção de ambientes adequados para a promoção da justiça social e ambiental; além das abordagens sobre a educação para as relações étnico raciais; a formação para o atendimento às pessoas com necessidades específicas.

b) **Formação complementar** – Apresenta carga horária de 205h de atividades complementares. Desse núcleo fazem parte as atividades culturais, artísticas, acadêmicas, projetos de pesquisas, entre outras atividades que estejam previstas no PPC. Com um conjunto de atividades diversificadas, este núcleo garante a flexibilidade na formação do licenciado e sua integração à vida acadêmica que se desenvolve fora do ambiente da sala de aula

c) **Disciplinas optativas** – perfazendo uma carga horária de 180 horas, esse item do núcleo I de formação propicia a diversificação do currículo ao oferecer a

oportunidade do licenciando em geografia cursar disciplinas internas e externas ao curso, assim como nos demais institutos da Universidade.

- d) **II - Grupo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE):** constituído por uma carga horária de 1.815 (um mil, oitocentos e quinze) horas, distribuída em 27 disciplinas. É composto por disciplinas que fundamentam a ciência geográfica, é o núcleo que fornece suporte teórico-prático para formação do licenciado, instrumentalizando-o para o exercício profissional da docência com a necessária qualidade teórica e prática, proporcionando subsídios no campo da pesquisa científica e do ensino e estabelecendo a inter-relação entre ambos, além de permitir a articulação do conhecimento teórico com a vivência e experiência dos educandos na resolução de problemáticas que afetam a comunidade.

III - Núcleo III: Atividades Acadêmicas de extensão (AAE) – Esse núcleo de formação visa articular a Universidade com a comunidade, em especial a comunidade escolar da educação básica. Constitui-se de carga horária de 360 horas, distribuída em quatro componentes curriculares de 45 horas cada, somando 180 horas e mais 180 horas que será cumprida pelas discentes na forma de atividades de extensão conforme Resolução específica da Ufopa que versa sobre a curricularização da extensão.

IV – Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado (ECS) – Esse núcleo de formação constitui-se de sete componentes curriculares (Estágio Docente I, Estágio Docente II, Estágio Docente III, Estágio Docente em Geografia IV, Estágio Docente em Geografia V, Estágio Docente VI e Estágio Docente VII) apresentando carga horária de 400h, sendo 160h teóricas e 240h práticas, correspondendo ao estágio nas escolas-campo e ao tempo com a comunidade. Este núcleo de formação é de suma importância na formação do profissional geógrafo para exercício da docência, haja vista, possibilitar a transposição didática dos conteúdos teóricos discutidos ao longo do curso às práticas experienciáveis no dia a dia do ambiente escolar e sala de aula, inserindo os graduandos progressivamente na profissão docente.

Com isso, o curso de Licenciatura em Geografia está estruturado com uma carga horária total de 3.515 (três mil quinhentas e quinze) horas, distribuídas em quatro núcleos de formação, conforme elencado a seguir:

Quadro 03: Demonstrativo da carga horária dos núcleos de formação

NÚCLEO	CARGA HORÁRIA
NÚCLEO I – Estudos de Formação Geral	940h
NÚCLEO II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional	1.815
NÚCLEO III – Atividades acadêmicas de extensão	360
NÚCLEO IV – Estágio Curricular Supervisionado	400
TOTAL	3.515h*

8.2 ESTRUTURA CURRICULAR E REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.

Quadro 04 - Disciplinas com carga horária em horas (h) ofertadas por semestres

DISCIPLINAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	RESPONSABILIDADE DE OFERTA	TEO (horas)	PRA (horas)	COM (horas)	CARGA HORÁRIA TOTAL (horas)
1º semestre					
História do Pensamento Geográfico	Geografia	40		20	60
Educação especial: sujeitos e culturas	Geografia	40		20	60
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	Geografia	40		35	75
Geografia Física	Geografia	40		20	60
Fundamentos de Geologia	Geografia	40	10	10	60
Geografia Humana	Geografia	40		20	60
Estágio Docente em Geografia I	Geografia	10	20	10	40
Carga horária total		250	30	135	415
2º semestre					
Cartografia I	Geografia	40	15	20	75
Metodologia do Trabalho Científico	Geografia	40		20	60
Geografia da População	Geografia	40		20	60
Política e legislação educacional com ênfase na Educação do Campo	Geografia	40		35	75
Psicologia da educação e da aprendizagem	ICED	40		35	75
Estágio Docente em Geografia II	Geografia	10	20	10	40
Optativa I	Aberto	40		20	60
Carga horária total		250	35	160	445
3º semestre					

Cartografia II	Geografia	40	15	20	75
Geografia Econômica	Geografia	40		20	60
Geomorfologia	Geografia	40	15	20	75
Geografia Regional e Região	Geografia	40		20	60
Estágio Docente em Geografia III	Geografia	30	20	10	60
Optativa II	Aberto	40		20	60
Carga horária total		230	50	110	390
4º semestre					
Didática da Geografia	Geografia	40	10	25	75
Educação e relações Étnico-raciais	ICED	40		35	75
Estágio Docente em Geografia IV	Geografia	30	20	10	60
Fundamentos de Pedologia aplicados às áreas rurais	Geografia	40		20	60
Geografia do Brasil	Geografia	40		20	60
Geografia Política	Geografia	40		20	60
Práticas integradoras de extensão I	Geografia			45	45
Carga horária total		230	30	175	435
5º semestre					
Climatologia	Geografia	40	15	20	75
Estágio Docente em Geografia V	Geografia	30	30	10	70
Geografia Agrária I	Geografia	40	10	10	60
Geografia Cultural	Geografia	40		20	60
Metodologia do Ensino de Geografia	Geografia	40	10	25	75
Práticas Integradoras de Extensão II	Geografia			45	45
Carga horária total		190	65	130	385
6º semestre					
Estágio Docente em Geografia VI	Geografia	30	30	10	70
Língua Brasileira de Sinais	ICED	40	10	25	75
Geografia Urbana	Geografia	40	10	10	60
Hidrografia	Geografia	40		20	60
Pesquisa em Geografia	Geografia	40		20	60
Práticas Integradoras de Extensão III	Geografia			45	45
Regionalização do espaço brasileiro	Geografia	40	10	10	60
Carga horária total		230	60	140	430
7º semestre					
Cartografia escolar	Geografia	25	10	10	45
Educação Ambiental	Geografia	40		20	60
Estágio Docente em Geografia VII	Geografia	20	30	10	60
TCC I	Geografia	20	15	10	45
Geografia da Amazônia	Geografia	40	10	10	60
Geografia Agrária II	Geografia	40		20	60
Práticas Integradoras de Extensão	Geografia			45	45

IV					
Carga horária total		185	65	125	375
8º semestre					
Biogeografia	Geografia	40	15	20	75
Geografia do Pará	Geografia	40	10	10	60
Optativa III	Aberto	40		20	60
TCC II	Geografia	-	30	30	60
Carga horária total		120	55	80	255
RESUMO DA ESTRUTURA CURRICULAR					
Carga Horária Total dos Componentes Obrigatórios					
Carga horária total de componentes (disciplina, estágio e extensão) obrigatórios		Carga horária obrigatória de disciplinas optativas			
Carga Horária: 2950		Carga Horária: 180 horas			
Total de Carga Horária: 3.130					
Atividades para Integralização do Curso					
Atividades de extensão		Atividades Complementares			
Carga Horária: 180h		Carga horária: 205h			
Total de carga horária: 385h					
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					
3515H					
Especificações					
Carga horária de atividades práticas no interior dos componentes curriculares (incluindo os Estágios Docentes)					390h
Total de carga horária teórica					1685h
Carga horária total destinada à extensão (Práticas Integradoras I, II, III e IV + Atividades de Extensão)					360h
Carga horária destinada ao tempo comunidade no interior dos componentes curriculares					1.055h

Quadro 05 – Disciplinas optativas oferecidas pelo curso de Licenciatura em Geografia

DISCIPLINAS	RESPONSABILIDADE DE OFERTA	CARGA HORÁRIA TEÓRICA	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	TEMPO COMUNIDADE	CARGA HORÁRIA TOTAL
A Formação do Saber Ambiental	Geografia	40h		20	60h
A Geografia dos Quilombos: território, territorialidade e cultura	Geografia	40h		20h	60h
Direito Agrário	Direito/Ufopa	40h		20h	60h
Espaço e território no mundo globalizado	Geografia	40h		20h	60h

Formação de Professores de Geografia	Geografia	40h		20h	60h
Geografia da indústria	Geografia	40h		20h	60h
Geografia das Lutas Sociais	Geografia	40h		20h	60h
Geografia e Pensamento Descolonial	Geografia	40h		20h	60h
Geografia Agrária II	Geografia	40h		20h	60h
Meio Ambiente e Desenvolvimento	Geografia	40h		20h	60h
Sensoriamento Remoto	Geografia	40h		20h	60h
Sistemas Ambientais Amazônicos	Geografia	40h		20h	60h

8.3 EMENTÁRIOS E BIBLIOGRAFIAS

Apresenta-se a seguir o ementário das disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em Geografia por semestre e das disciplinas optativas

Quadro 06 - Ementário do curso de Licenciatura em Geografia por semestre e disciplinas optativas

PRIMEIRO SEMESTRE DO CURSO
EDUCAÇÃO ESPECIAL: SUJEITOS E CULTURAS: 60H
EMENTA: Discutir conceitos sobre a Educação Especial e Educação Inclusiva legitimadas nos discursos sociais, políticos e acadêmicos e a representação sobre sujeitos que estão sendo produzidos no discurso da diferença. BIBLIOGRAFIAS Básica: VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, Culturas e Educação. In: Revista Brasileira de Educação, maio/agosto, nº. 23, 2003. Rio de Janeiro. p. 5-15. SKLIAR. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v.24, n.2, jul./dez., 1999. p. 15 –32. FERRE, Núria Perez de Lara. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge, SKLIAR, Carlos. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.195-210. Complementar: LUNARDI-LAZZARIN, Márcia. Currículo como política cultural: possibilidades para pensar a diferença. IN: DECHICHI, Cláudia e SILVA, Lazara C. (orgs). Inclusão escolar e educação especial: teoria e prática na diversidade. Uberlândia: EDUFU, 2008. p.81-96. LOURO, Guacira. A escola e a pluralidade dos tempos e espaços. IN: COSTA, Marisa V. (Org). Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo. Porto Alegre, FAGED/UFRGS, 1995. p.64-68.

DUSCHATZKY, Silvia e SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 119-138.

ESTÁGIO DOCENTE EM GEOGRAFIA I: 40H

EMENTA: 1. A realidade da escola campo; 2. Gestão escolar; 3. A comunidade escolar; 4. Os desafios do processo ensino-aprendizagem; 5. A educação no e do campo;

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

VALE, J.M.F.; MAGNONI, M.G.M. Ensino de Geografia, desafios e sugestões para a prática educativa escolar. In: **Ciência Geográfica** - Bauru - XVI - Vol. XVI - (1): Janeiro/Dezembro – 2012. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvi1_versao_internet/AGB_abr2012_12.pdf

PIMENTA, S.G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELLAR, S.V. **Geografia Escolar**: contextualizando a sala de aula. São Paulo: Editora CRV, 2014.

Complementar:

ANTONIO, C. A.; LUCINI, M. Ensinar e Aprender na Educação do Campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Educação e Sociedade**, Campinas, Vol. 27, nº 72, p. 177-195, maio/agosto, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender com os movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003

_____. A educação básica e o movimento social do campo. In: _____. CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, M. A. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação e Sociedade**, Campinas, Vol. 29, nº 105, p. 1089-1111, set/dez, 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>

FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA: 60H

EMENTA: 1. O planeta Terra e o sistema solar. 2. A estrutura interna da Terra. 3. Composição externa da Terra. 4. O tempo geológico. 5. A deriva continental e a tectônica global. 6. Minerais. 7. Tipos de rochas e o ciclo das rochas. 8. Intemperismo e erosão. Ação geológica das águas, ventos e geleiras.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

GASS, I. G.; SMITH, P. J & WILSON, R. C. L. (Org.). 1984. **Vamos compreender a Terra**. Compêndio de Geociências. Coimbra: Livraria Almedina, 450p.

LEINZ, V. & AMARAL, S. E. 1989. **Geologia geral**. 11ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 399p.

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. Thomas H. 2006. **Para entender a Terra**. 4ª ed. Tradução. Porto Alegre: Bookman.

SUGUIO, K.; SUZUKI, U. 2003. **A evolução geológica da Terra e a fragilidade da vida**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 152p.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M de.; FAIRCHILD, T. R. & TAIOLI, F. (Org.). 2000. **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos.

WINCANDER, R. & MONROE, J. S. 2009. **Fundamentos de Geologia**. (Revisão técnica, adaptação e redação final: Maurício Antônio Carneiro). Editora Cengage Learning 508p.

Complementar:

DANA, S. O. 1978. **Manual de Mineralogia**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico.

GUERRA, A. T. & GUERRA, A. J. T. 2011. **Novo Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SALGADO-LABOURIAU, M. L. 1994. **História ecológica da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda. 303p.

POPP, J. H. 1979. **Geologia Geral**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos S.A.

SKINNER, B. J. 1985. **Recursos minerais da Terra**. Série de textos básicos em Geociências. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 140p.

SKINNER, B. J. & TUREKIAN, K. K. 1977. **O homem e o oceano**. Série de textos básicos em Geociências. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 163p.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO: 75H

EMENTA: 1. A educação como prática da existência histórica, social, cultural e política; 2. O pensamento filosófico sobre a sociedade e a educação; 3. Conhecimento e educação; 4. A educação e os diferentes períodos históricos.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** SP: Brasiliense, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 19ª edição. São Paul: Cortez, 1994.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

Complementar:

DIAS, Rosa Maria. **Nietzsche Educador**. São Paulo: Editora Scipione, 1991.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução, introdução e notas Laurent de Saes. São Paulo: Edipro, 2017.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 38 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

GEOGRAFIA FÍSICA: 60H

EMENTA: 1. O conceito e a gênese de paisagem. Modelos anglo-americano e germânico. 2. A teoria de Sistemas e a Geografia Física. Geossistema. Ecodinâmica. 3. Os processos atuais e sub-atuais e a Geografia do Quaternário. 4. O Materialismo Histórico e Dialético na Geografia Física. 5. Aplicações da Geografia Física. O estudo dos processos espaciais e temporais naturais nos diferentes ramos da Geografia Física. O estudo da ação do homem e a Geografia Física Ambiental.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

MENDONÇA, F. **Geografia Física: Ciência humana?** São Paulo: Contexto, 1989.

MONTEIRO, C. A de F. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 1995.

Complementar:

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global**. Esboço metodológico. In: Caderno de Ciências da Terra n. 13. São Paulo, 1971, USP/IG.

GUERRA, A. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S.(orgs.) **Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003

VITTE, A.C. & GUERRA, A.J.T. (orgs.). **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004, Editora Bertrand Brasil. 280 p.

GEOGRAFIA HUMANA: 60H

EMENTA: 1. Formação e Fundamentos da Geografia Humana. 2. Relação Natureza e Sociedade na Produção Social do espaço. 3. Conceitos e Categorias: Espaço geográfico, espaço social, região, território, rede, lugar, ambiente e paisagem.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

GOMES, P. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Complementar

CLAVAL, P. **Terra dos homens: a geografia**. Trad. Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, A C.R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo-SP: HUCITEC, 1978.

SORRE, M. **A geografia humana (introdução)**. Traduzido de E1 Hombre En La terra, introducción. Editorial Labor, S/A, Barcelona, 1967.

SORRE, M. Fundamentos da geografia humana. In: **Col. Grandes Cientistas Sociais**. Max. Sorre. MEGALE, J. F. (Org.). São Paulo-SP: Ática, 1984.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: 60H

EMENTA: 1. Perspectiva histórica do pensamento e da ciência geográfica. 2. Origens e pressupostos do pensamento geográfico. 3. A sistematização inicial da geografia como ciência. 4. O determinismo e o possibilismo como principais fundamentos da geografia tradicional. 5. O método Regional. 6. A abordagem Cultural na Geografia. 7. A Geografia Quantitativa e Teorética. 8. A Geografia Radical e Crítica. 9. A Geografia Humanística, da Percepção e Comportamental 10. Perspectivas contemporâneas dos estudos geográficos.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ANDRADE, M. C. de. **Geografia: ciência da sociedade**. São Paulo, 2003

CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo Difel, 1982.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

Complementar:

MORAES, A. C. R. **A gênese da Geografia Moderna**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.

_____. **Geografia: Pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

SEGUNDO SEMESTRE DO CURSO

CARTOGRAFIA I: 75 H

EMENTA: 1. História da Cartografia. 2. Elementos Cartográficos Fundamentais. 3. Orientação e Sistemas de Coordenadas. 4. Noções de geodésia. 5. Legendas e Escalas. 6. Curvas de Nível. 7. Projeções Cartográficas. 8. Mapas e Cartas. 9. Análise conceitual de cartografia ambiental. 10. Leitura de mapas ambientais. 11. Instrumentos e técnicas utilizadas em cartografia ambiental (análogo e digital). 12. Instrumentos e métodos. 13. Desenho topográfico. 14. Mapas temáticos. 15. Cartografia digital.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

DUARTE, P. A. **Fundamentos de Cartografia**. Florianópolis: ed. da UFSC, 1994.

DUARTE, P. A. **Cartografia básica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

FITZ, P. R. **Cartografia básica**. 2.ed., rev. e ampl. Centro Universitário La Salle. Canoas/RS, 2005.

JOLY, F. **A cartografia**. Campinas: Papirus, 2002.

LIBAULT, A. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1975.

LOCH, R. E. N. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006.

RAISZ, E. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969.

Complementar:

ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. Disponível em: <http://www.etern.ippur.ufrj.br/publicacoes/58/cartografias-sociais-e-territorio>

ALMEIDA, Rosângela Doin; SANCHEZ, Miguel César & PICCARELLI, Adriano. **Atividades Cartográficas**. São Paulo, Atual, 4 vols., 1997.

- ANDERSON, Benedict. Censo, mapa museu. In.: _____. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008. p. 226-255.
- ANDERSON, Paul. Princípios de Cartografia Básica. v. 1 da Série Princípios de Cartografia. 1982.
- ARCHELA, R. S., ARCHELA, E., BARROS, O. N. F., BENADUCE, G. M. C. **Abordagem metodológica para a cartografia ambiental**. Geografia: Revista do Departamento de Geociências, Londrina, v. 11, n. 1, p. 57-65.
- BOCHICCHIO, Vincenzo Raffaele. O que é cartografia. In: _____. **Atlas Mundo Atual**. Manual do Professor. São Paulo: Atual Editora, 2003. p. 5-20.
- CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- DASH, Joan. **O Prêmio da Longitude**. São Paulo: Companhia das Letras. 210 p.
- FITZ, Paulo R. **Cartografia básica**. 2.ed., rev. e ampl. Centro Universitário La Salle. Canoas/RS, 2005.
- FONSECA, Fernanda Padovesi. O potencial analógico da cartografia. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 87, p. 85-110, 2007. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/issue/view/54>>.
- _____. A naturalização como obstáculo à inovação da cartografia escolar. **Geografares**. v. 12, p. 175-210, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3192>>.
- _____. A cartografia no ensino: os desafios do mapa da globalização. **Revista do Departamento de Geografia**. p. 141-154, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85551>>.
- FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime Tadeu. A Geografia e suas linguagens: o caso da Cartografia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 62-78.
- _____. **Cartografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2013. 176 p. (Como eu ensino)
- HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. **O Correio da UNESCO** (Mapas e cartógrafos), Brasil, ano 19, n. 8, ago. 1991, p. 4-9.
- _____. Mapas, saber e poder. **Confins** [Online], 5 | 2009. Traduzido por Mônica Balestrin Nunes. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>>.
- _____. **La Nueva Naturaleza de los mapas**: Ensayos sobre la história de la cartografia. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. 398 p.
- JOLY, F. **A Cartografia**. Tradução por Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1990.
- JOLY, Fernand. **A cartografia**. Campinas: Papirus, 2002.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988. 263 p.
- LÉVY, Jacques (Dir.). **L’Invention du Monde**: Une Géographie de la mondialisation. Paris: Sciences Po. Les Presses, 2008. 403 p.
- LÉVY, Jacques; PONCET, Patrick; TRICOIRE, Emmanuelle. **La carte, enjeu contemporain**. Dossier n° 8036, Documentation photographique, La Documentation Française, 2003. 63 p.
- LÉVY, Jacques; LUSSAULT Michel (Org.). **Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. 1034 p.
- LÉVY, Jacques. **Le tournant géographique**: penser l’espace pour lire le monde. Paris: Belin, 1999. 400 p. (Mappemonde 8)
- LIBAULT, André. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1975. 388 p.
- PASSINI, Elza Yasuko; ALMEIDA, Rosângela Doin de. **O espaço geográfico**: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1990. 90 p.
- SEEMANN; Jörn. **A Aventura Cartográfica**: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a Cartografia Humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. 224 p. Disponível em: <<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/issue/view/Primavera%202013/showToc>>.
- SILVEIRA, María Laura. Escala geográfica: da ação ao império?. In: **Terra Livre**, ano 20, v. 2, n. 23. p. 87-96, 2004. Disponível em: <www.agb.org.br/files/TL_N23.pdf>.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 92-108.

SOBEL, Dava. **Longitude**: a verdadeira história do gênio solitário que resolveu o maior problema do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 144 p.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Geodésia e Cartografia**. Porto Alegre: Bookman, 2016. 242 p.

VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.) **Praticando Geografia**: técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. 239 p.

MATERIAL DE APOIO NA INTERNET:

LIVROS ON-LINE:

Curso de cartografia moderna / Ceurio de Oliveira. 1993. Livro on-line: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81158.pdf>

Dicionário cartográfico / Ceurio de Oliveira. 1993. Livro on-line: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66318.pdf>

Noções básicas de cartografia / IBGE, Departamento de Cartografia. 1999. Livro on-line: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8595_v1.pdf

Tabelas para calculos no sistema de projeção universal transversa de mercator (UTM), (elipsoide internacional de 1967) / IBGE, Departamento de Geodesia. Fortes, Luiz Paulo Souto. 1995. Livro on-line: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82267.pdf>

SITES DA INTERNET:

Glossário

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm

Cartográfico:

Mapas: <http://mapas.ibge.gov.br/>

Atlas Escolar: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/index.shtm>

Cartografia para geoprocessamento: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap6-cartografia.pdf>

Biblioteca: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

Outros Sites:

<http://www.henry-davis.com/MAPS/carto.html>

<http://www.atlas-historique.net/accueil.html>

<http://mappemonde.mgm.fr/>

<http://consorcio.bn.br/cartografia/>

<http://www.davidrumsey.com/collections/cartography.html>

<http://gallica.bnf.fr/>

<http://butronmaker.blogspot.com/>

<http://digilander.libero.it/diogenes99/Cartografia/Cartografia01.htm>

http://historic-cities.huji.ac.il/mapmakers/braun_hogenberg.html

http://cassini.ehess.fr/cassini/fr/html/1_navigation.php

<http://memory.loc.gov/ammem/gmdhtml/>

<http://cronicascartograficas.wordpress.com/>

<http://razoncartografica.wordpress.com/>

<http://www.oldmapsonline.org/>

<http://cartogallica.hypotheses.org/>

<http://biblioweb.hypotheses.org/113>

http://www.youtube.com/watch?v=Vanspwwxr_w
<https://www.youtube.com/watch?v=026xKwLkuP0>
<http://www.press.uchicago.edu/books/MappingLatinAmerica/index.ht>
<http://www.csiss.org/map-projections/index.html>
<http://www.progonos.com/furuti/MapProj/ProjIndex/cartIndex.html>
<http://www.radicalcartography.net/?projectionref>
http://www.uff.br/mapprojections/mp_en.html
<http://egsc.usgs.gov/isb/pubs/MapProjections/projections.html>
<http://www.hypergeo.eu/>
<http://www.historiaenmapas.blogspot.com/>
<https://www.facebook.com/Biblioteca-Digital-de-Cartografia-Hist%C3%B3rica-da-USP-129532033848969/>

ESTÁGIO DOCENTE EM GEOGRAFIA II: 40H

EMENTA: 1. As bases do estágio supervisionado na formação docente e sua importância; 2. Os espaços de atuação do professor de Geografia; 3. Educação do Campo; 4. Educação Indígena; 5. Educação Quilombola;

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BRASIL. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%A4genas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%20C2%BA%20169.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação e de Desporto. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. CADERNOS SECAD 3 - Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf>

MAGALHÃES, Gledson Bezerra; LANDIM NETO, Francisco Otávio. A Geografia e a Educação Indígena: uma análise dos documentos normativos. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 83-97, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/73>

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. **Estágio e Docência**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TESSMANN, J.M.C.; DUARTE, T.S.; DIAS, C.L. O ensino de Geografia no contexto da educação do campo: mapas mentais e os espaços de vivência. In: **REVISTA INTERFACE**, Edição nº 09, junho de 2015 – p. 111-130. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/santa/Downloads/1916-Texto%20do%20artigo-10930-1-10-20160315.pdf>

Complementar:

ARROYO, M.G. Políticas Educacionais e Desigualdades: a procura de novos significados. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: [SciELO Brasil - Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados](https://doi.org/10.1590/S0190-93662010000110001)

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das letras. PDF. 57p.

LACERDA, Rosane Freire. **A convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: origem, conteúdo e mecanismos de supervisão e aplicação**. Disponível

em: <http://api.ning.com/files/i5agAU4NOeDCAyUjzPWxUOf0IlkvXyVto6pKiBhjfAqCw3hMS65kqUTFPau1K33zGaBEPXR4JlyHJvtTZzcE0SKr3oknvxS/Conveno169OITcomentrios.pdf>

MANNARINO, Luciano. **A geografia escolar no contexto brasileiro**. Adaptado de GEOVERDADE, 2020 (MIMEO).

TONINI, Ivaine Maria et al. **O ensino da geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Ufrgs, 2011.

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO: 60 H

EMENTA:

1. O estudo da população na ciência Geografia. 2. As teorias demográficas. 3. Fatores de crescimento e distribuição da população mundial. 4. Aspectos da Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias e contextos. 5. População, cidades e o meio geográfico. 6. Ideologias e política nos estudos da população e da natureza. 7. População brasileira: mitos e realidades. 8. Considerações sobre os estudos da mobilidade do trabalho no Brasil. 9. Aspectos da População na Amazônia. 10. Dinâmica da população no estado do Pará.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. [2 ed. , 10 reimpre] – São Paulo – SP: Boitempo, 2009. (mundo do trabalho). Páginas, 21-30.

ARAGÓN, L. Até onde vai a Amazônia e qual a sua população? In: ARAGÓN, Luiz E. & MOUGEOT, L. **Migrações internas na Amazônia**: contribuições teóricas e metodológicas. Belém: UFPA/NAEA/CNPq, 1986. (Cadernos NAEA, nº 8). Páginas 13-28.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade Espacial Da População: Conceitos, Tipologias, Contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 368p.

BRAGA, Ruy. Uma Sociologia da Condição Proletária Contemporânea. In: **Tempo social, Revista de Sociologia da USP**, V. 18. Nº 1. pp 133-152.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991. (Col. Caminhos da Geografia). (Cap. II, III e IV p. 11-102).

FALCHETTI, Cristhiane BRAGA Ruy. TRABALHO, POLÍTICA E TERRITÓRIOS: reconfigurações sociais na crise do neoliberalismo. In: **Política & trabalho. Revista de Ciências Sociais**, nº 56, Janeiro/Junho de 2022, p. 12-20.

FREITAS, P. Ponte. Geografia da População: Novas Abordagens e Possibilidades de Estudo. In: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. 10 a 16 de agosto de 2014 Vitória/ES. Anais do VII CBG. ISBN: 978-85-98539-04-1.

GHIZZO, M. Roberto e ROCHA, M. Mendes. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas ciências humanas. **Revista Espaço Plural**. Ano IX. Nº 18. Páginas 101-110.

SILVA, R. Valeriano e FERNANDES, D. Magalhães. Geografia da População: Origens e Perspectivas. In: **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. A Construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia, 24 a 30 de julho de 2016. São Luís/MA.

SINGER, Paul. **Migrações Internas**: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Economia política da urbanização. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

Complementar:

BRITO, Fausto & CARVALHO, José Alberto M. de. Somos um país de jovens? Mitos e realidade do perfil demográfico brasileiro. In: **“Que País é Esse”?** Pensando o Brasil contemporâneo/ (org.) Edu Silveira de Albuquerque. – São Paulo: Globo, 2005. Páginas, 179-205.

CASTRO, Josué, 1908-1973. C351g **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

MILLÉO, José Carlos. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E LITERATURA: SOBRE A VIABILIDADE DESSE ENCONTRO E SEUS POSSÍVEIS RESULTADOS. In: **Geografia, Literatura e Arte**, v.2, n. 1, p. 91-106, jan./jun.2020 DOI:10.11606.issn.25949632. geoliterart. 2020.

MOREIRA Ruy. Ideologia e política dos estudos de população. In: **O DISCURSO DO AVESSO** (para a crítica da Geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. Cap. 3. páginas 37-102.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176 p.; 14 x 21 cm. - (Coleção Milton Santos).

SILVEIRA, Maria Laura. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: **“Que País é Esse”?** Pensando o Brasil contemporâneo/ (org.) Edu Silveira de Albuquerque. – São Paulo: Globo, 2005. Páginas, 141-178.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: 60H

EMENTA: 1. História da ciência; 1.1. Conhecimento científico e outros tipos de conhecimento; 1.2. Teorias da verdade; 1.3. Métodos científicos; 2. Métodos e técnicas do trabalho científico na elaboração de trabalhos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ANDERY, Maria Amália Pie Abib (et al). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ANDRADE, Maria Margarida D. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**, 10ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**, 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 1985.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2011.

GHIRALDELLI, Paulo. **Teorias sobre a verdade: um mapa introdutório**. Ghiraldelli.Online, 1 jul. 2008. Disponível em: <https://ghiraldelli.online/2022/12/18/teorias-da-verdade-um-mapa-introdutorio/>. Acesso em: 10 maio. 2023.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo GEN, 2021.

MARCONI, Marina de, A. e Eva Maria Lakatos. **Metodologia Científica**. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo GEN, 2022.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Complementar:

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência - Filosofia e prática da pesquisa - 2ª edição revista e atualizada**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Cengage Learning Brasil, 2013.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo GEN, 2021.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo GEN, 2021.

POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: 75 H

EMENTA: 1. O estado, o direito e a organização da Educação e na Educação do Campo. 2. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação do Campo. 3. O gestor escolar, as normas e os procedimentos administrativos na Educação do Campo. 4. A Legislação e o contexto da Educação infantil, do Ensino Fundamental e Médio para a Educação do Campo.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo).

ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o movimento social do campo**. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI: **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos et. al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org). **Política educacional: impasses e alternativa**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Complementar:

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

CABRAL NETO, Antonio, CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo, FRANÇA, Magna, QUEIROZ (orgs). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Livro, 2008

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e Políticas Públicas**. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 4).

_____. **Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete e al. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta**. Revista Eletrônica de Educação. Ano V. nº 09, jul./dez., 2011.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: FUB, 1999. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. Curitiba/Veranópolis: MST/SEDUCPR/ITERRA/, 2005. (Caderno de Educação nº 13).

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **O direito à educação**. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Gestão, financiamento e Direito à Educação** - análise da LDB e da Constituição Federal. 3. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM: 75 H

EMENTA: 1. A psicologia como estudo científico. 2. A Psicologia aplicada à Educação e seu papel na formação do professor. 3. As correntes psicológicas que abordam a evolução da Psicologia da Educação. 4. A contribuição das teorias do desenvolvimento e aprendizagem ao processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia do desenvolvimento**. 12.ed. São Paulo, Ática, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair & TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de PSICOLOGIA**. 13ª ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 1999.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da Educação: Fundamentos teóricos e aplicações a prática pedagógica**. Petrópolis. Vozes, 1987.

_____. **Fundamentos Psicológicos da Educação**. Belo Horizonte, Editora Lê, 1987.

Complementar:

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, May Guimarães. **Psicologia Educacional: Análise Crítica**. São Paulo. Cortez, 1987.

FALCÃO, Gerson Marinho. **Psicologia da Aprendizagem**. São Paulo, Mica. 1986.

MACIEL, Ira Maria (Organizadora) **Psicologia e Educação: Novos Caminhos para Formação**. Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. VYGOTSKY: **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. 4.ed. São Paulo, Scipione, 2003.

PATTO, Mª Helena. **Introdução à Psicologia Escolar**. Rio de Janeiro. Vozes. 1987.

RAPPAPORT, Clara Regina. **Teorias do desenvolvimento: conceitos fundamentais**, São Paulo, EPU. 1981.

TERCEIRO SEMESTRE DO CURSO

CARTOGRAFIA II: 75 H

EMENTA: 1. A Cartografia como instrumento da análise geográfica: produtos cartográficos –diagramas, gráficos, cartogramas, cartas e etc., cartas temáticas, interpretação e uso; 2. Linguagem Cartográfica – características semiológicas e informação, (signos, sinais e simbologia); 3. Estrutura da Carta –componentes de localização e de qualificação, planos de informação e características dos elementos temáticos (modos de implantação e variáveis retinianas); 4. Métodos da Cartografia Temática –representações qualitativas, representações quantitativas, representações ordenadas e representações dinâmicas; 5. Elaboração de Produtos Temáticos –levantamento de dados, análise e classificação dos dados, informações temáticas e produtos possíveis; 6. Tratamento Digital de Dados e Informações na Cartografia Temática – tabulação eletrônica dos dados, georreferenciamento da base cartográfica e construção temática da informação.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

MARTINELLI, M. **Orientação semiológica para as representações da geografia: mapas e diagramas**. Orientação, São Paulo, nº 8, 1990.

_____. **Curso de Cartografia Temática**. Editora Contexto, São Paulo, 1991.

OLIVEIRA, C. de. **Curso de Cartografia Moderna**. IBGE, RJ, 1988.

RAISZ, E. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969.

SANCHEZ, M. C. **Conteúdo e eficácia da Imagem Gráfica**. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro. 11(21): 74-81, 1981.

Complementar

DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia Temática**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1991.

_____. **Fundamentos de Cartografia**. Florianópolis: ed. da UFSC, 1994.

FITZ, Paulo R. **Cartografia básica**. 2.ed., rev. e ampl. Centro Universitário La Salle. Canoas/RS, 2005.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. Campinas: Papirus, 2002.

LIBAULT, André. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1975.

LOCH, R. E. N. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006.

MENEZES, P. M. L. e FERNANDES, M.C. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

RICOBOM, A.E. **Tópicos de Cartografia**. Apostila, Curitiba, 1986.

SANTOS, Márcia M. Duarte. **A representação gráfica da informação geográfica**. Revista Geográfica e Ensino. Belo Horizonte 12(23): 1-14, 1987.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Geodésia e Cartografia**. Porto Alegre: Bookman, 2016. 242 p.

MATERIAL DE APOIO NA INTERNET:

Livros on-line:

Curso de cartografia moderna / Ceurio de Oliveira. 1993. Livro on-line:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81158.pdf>

Dicionário cartográfico / Ceurio de Oliveira. 1993. Livro on-line:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66318.pdf>

Noções básicas de cartografia / IBGE, Departamento de Cartografia. 1999. Livro on-line:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8595_v1.pdf

Tabelas para cálculos no sistema de projeção universal transversa de mercator (UTM), (elipsoide internacional de 1967) / IBGE, Departamento de Geodesia. Fortes, Luiz Paulo Souto. 1995. Livro on-line:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82267.pdf>

Sites da Internet:

Atlas Virtual: <http://www.flashearth.com/>

Brasil Visto do Espaço: <http://www.cdbrazil.cnpm.embrapa.br/>

Cartas Topográficas: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/download/arquivos/index1.shtm>

Geociências Downloads: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm

Índice de Mapas Estatísticos – Censo – 2010 – Pará:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico/pa/

Índice de Mapeamento Sistemático Topográfico – Escala 1/100mil:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/topograficos/escala_100mil/pdf/

Índice de Mapeamento Sistemático Topográfico – Escala 1/50mil:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/topograficos/escala_50mil/pdf/

Mapas Interativos: http://mapmaker.education.nationalgeographic.com/?ar_a=1&b=1&ls=000000000000

ESTÁGIO DOCENTE EM GEOGRAFIA III: 60H

EMENTA: 1. A formação do professor de Geografia; 2. Os desafios da formação cidadã; 3. Estudo dirigido dos documentos oficiais nacionais, regionais e locais para o ensino de Geografia; 4. A geografia na sala de aula.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MÉSZÁROS, Istivan [Trad. Isa Tavares]. **A educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib, PAGANELLI; Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.

REVISTA DE EDUCAÇÃO – AEC. **O currículo para além das grades.** Brasília, n.º 97, ano 24, out/dez de 1995.

REVISTA TERRA LIVRE - AGB. **O ensino de geografia em questão e outros temas.** São Paulo, n.º 02, junho de 1987.

_____. **Geografia, política e cidadania.** São Paulo, n.º 11-12, agosto de 1993/agosto de 1993.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 38 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Complementar:

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender com os movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003

_____. A educação básica e o movimento social do campo. In: _____. CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

GEOGRAFIA ECONÔMICA: 60 H

EMENTA: 1. A geografia econômica: conceito e perspectivas. 2. A gênese das relações econômicas e sua dimensão espacial: a divisão técnica e social do trabalho e do espaço. 3. A economia política do espaço: a teoria do valor e a valorização capitalista do espaço. 4. Regimes de acumulação e estratégias de reestruturação econômica no mundo contemporâneo. 5. A economia-mundo: espaço, economia e globalização. 6. Teorias e Modelos de Desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIAS**Básica:**

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica.** São Paulo: Atlas, 2003.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M. **Economia Espacial.** Críticas e Alternativas/ tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. – 2ª. Ed. – SP: Editora da Universidade de SP, 2003.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido:** Os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos; tradução Myrna T. Rego Viana. – 2ª. Ed. – SP: Editora da Universidade de SP, 2004.

Complementar:

CATANI, A. M. **O que é capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro: LTC, 2003.

GAMA, A. Uma ruptura epistemológica na geografia: a teoria dos lugares centrais. **Revista Crítica de ciências sociais**. Nº 12, p. 41-59, 1983

GREGORY, D. & MARTIN, R. & SMITH, G. **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1996.

LEFF, E. Ecologia, Capital e CULTURA: **A Territorialização da Racionalidade Ambiental**; tradução do texto da primeira edição de Jorge E. Silva; revisão técnica desta edição de Carlos Walter Porto Gonçalves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. – (Coleção Educação Ambiental).

PIQUET, R. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SANTOS, M. et al. **Globalização e espaço latino-americano**. S. l. Anablume, 2002.

GEOGRAFIA REGIONAL E REGIÃO: 60H

Ementa: 1. A Geografia regional: princípios, métodos e categorias. 2. A região como categoria de análise do pensamento geográfico. 3. A falência do método regional. 4. As correntes do pensamento geográfico e a região. 5. Região e regionalismo. 6. O atual debate sobre a questão regional.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

CORRÊA, Roberto Lobato. A organização Regional do Espaço Brasileiro. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 197-210.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios.

COSTA, Rogério H. da. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FRÉMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

GOMES, Paulo Cesar. O conceito de região e sua discussão. In: **Geografia**: conceitos e temas / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

HARTSHORNE, Richard, 1899 – **propósitos e natureza da geografia** / Richard Hartshorne; tradução original de Thomaz Newlands Neto; supervisão de Fábio M.S. Guimarães e L. M. C. Bernardes. – 2. ed. – São Paulo: HUCITEC: EDITORA da Universidade de São Paulo, 1978.

LA BLACHE, P. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARTINS, E. R. Região e Geografia Regional. In.: **A necessidade da geografia** / organizado por Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz. – São Paulo: Contexto, 2019.

MARKUSEN, A. R (1981). Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e Sociedade**, n. 2, São Paulo.

MOREIRA, Ruy. Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da geografia. In: **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, A. C. da. As categorias como fundamento do conhecimento geográfico. o. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. (Orgs.). **Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

Complementar

CASTRO, I. E. de. "A região como problema para Milton Santos". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002.

CARVALHO, Gisélia Lima. Região: a evolução de uma categoria de análise da geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v. 22, n. 01, jan./jun. de 2002.

COSTA, Rogério H. da. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. - **ANTARES**, nº 3 – Jan/jun 2010.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. – (acadêmica; 25).

LIPIETZ, Alan. **O Capital e seu espaço**: tradução Manoel Fernandes Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel Editoria, 1988.

LENCIONI, Sandra, « O capital e seu espaço. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual », Confins [En ligne], 44 | 2020, mis en ligne le 15 mars 2020, consulté le 08 août 2023. URL: <http://journals.openedition.org/confins/26177>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.26177>

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204.

HAESBAERT, Rogério. Conceitos fundamentais da Geografia: Região. **GEographia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN 15177793 (eletrônico) Vol.21, No 45, 2019: jan./abr.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?** o espaço (dividido) em disputa. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

GEOMORFOLOGIA: 75H

EMENTA: 1. Natureza e objeto da Geomorfologia. 2. A importância da Geomorfologia para os estudos da Geografia. 3. Escalas taxonômicas em Geomorfologia. 4. Grandes unidades morfoestruturais do Globo. 5. Classificação do relevo brasileiro. 6. Tipos de relevo em bacias sedimentares. 7. Relevos associados a estruturas falhadas. Organização da drenagem. 8. Relevos associados a dobramentos. Relevo apalacheano e jurássico. Relevo em estrutura dômica. Organização da drenagem. 9. Estrutura e relevo dos maciços antigos. 10. Processos morfoclimáticos. Conjuntos morfoclimáticos do Globo e do Brasil. Modelado das regiões intertropicais. 11. Processos de esculturação, formas e evolução das vertentes. 12. Processos costeiros e formas de relevo.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

AB'SÁBER, A. N. **Brasil**: paisagens de exceção. O Litoral e o Pantanal Mato-grossense: patrimônios básicos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006. 183 p.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto. 1993.

GUERRA, A. T. & CUNHA, S. B. **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 458 p.

CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 392 p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1980. 188 p.

PENTEADO, M. M. **Fundamentos de Geomorfologia** - Rio de Janeiro: IBGE. 2001. 185 p.

Complementar:

AB'SABER, A. N. Fundamentos da Geomorfologia Costeira do Brasil Atlântico Inter e Subtropical. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, 2000.1 (1): 27-43.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 6ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 160 p.

BIGARELLA, J. J. **Ambientes fluviais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2ª ed., 183 p.

BLOOM, A. L. **Superfície da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2002. 184 p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial**. O canal fluvial. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. 313 p.

DERRUAU, M. **Geomorfologia**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1966. 44 p.

GUERRA, A. T. & CUNHA, S. B. **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 394 p.

QUARTO SEMESTRE DO CURSO
DIDÁTICA DA GEOGRAFIA: 75H

EMENTA: 1. As concepções de Educação e o papel da didática. 2. O planejamento escolar e o papel da Geografia. 3. As orientações curriculares de Geografia decorrentes das políticas educacionais. 4. Tendências da prática escolar. 5. Currículo e conhecimento. 6. O contexto da prática pedagógica e a dinâmica da sala de aula. 7. A avaliação como momento de diagnóstico e de ensino. 8. Propostas e metodologias de ensino-aprendizagem: sequência didática.

BIBLIOGRAFIAS
Básica

COSTA, Wanderley Messias da. MORAES, Antonio Carlos Robert. O ponto de partida: o método. In: COSTA, W.M. MORAES, A.C.R. **Geografia Crítica: A valorização do Espaço**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: _____. **Diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 35-60.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, E.I. & PIRES, L.M. (orgs.). **Desafios da didática de Geografia**. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2013. p. 107-123.

CASTELLAR, S. (org.). **Educação geográfica: teorias e práticas**. São Paulo: Contexto, 2006.

LOPES, A.C. & MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. In: **Cadernos Cedes/Centro de Estudos Educação Sociedade**. Vol. 25, n. 66. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, 2005.

Complementar

CALLAI, Helena Copetti. O Emílio, de Rousseau: contribuições para o estudo do espaço e da Geografia. In: CASTELLAR, S. (org.). **Educação geográfica: teorias e práticas**. São Paulo: Contexto, 2006.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. In: **Cadernos Cedes/Centro de Estudos Educação Sociedade**. Vol. 25, n. 66. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. In: **Cadernos Cedes/Centro de Estudos Educação Sociedade**. Vol. 25, n. 66. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, 2005.

ARAÚJO, Kárita de Fátima & BARBOSA, Túlio. Contribuições ao ensino de Geografia: teorias e práticas pedagógicas a partir de Paulo Freire. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: AGBDEN, 2010. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1972>.

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNO-RACIAIS: 75H

EMENTA: 1. Os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença; 2. Compreender os grupos étnicos “minoritários” e processos de colonização e pós- colonização; 3. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação; 4. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação antirracista. 5. Currículo e política curriculares. 6. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos; 7. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença; 8. Cultura e hibridismo culturais; 9. Movimentos Sociais e educação não formal. Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

CHAUÍ, M. **Sobre a violência**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2017.

DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares**: sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DAXENBERGER, C. S. & SÁ SOBRINHO, R. G. (Org.). **A diversidade como princípio dos estudos étnico-raciais**. João Pessoa: Gráfica e editora Tempo, 2015.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GHIRALDELLI, Paulo. **Subjetividade maquínica**. São Paulo, SP: CEFA editorial, 2023.

GUSMÃO, N. M. (Org.). **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

KRENAK, A. [et al]. **O sistema e o antissistema**: três ensaios, três mundos no mesmo mundo. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2021.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

Complementar:

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2001.

CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**. 5. ed. Rio de Janeiro: ED. da UFRJ, 2005.

CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Da diáspora, identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ESTÁGIO DOCENTE EM GEOGRAFIA IV: 60H

EMENTA: 1. O estágio como mediação entre a teoria e a prática docente; 2. Análise do Projeto Político Pedagógico da escola campo; 3. A organização e a dinâmica escolar: reuniões pedagógicas e eventos escolares; 4. Infraestrutura da escola campo; 5. A escola do campo e o contexto socioeconômico do lugar.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve**, em primeiro lugar para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1993.

MORIM, Edgar [Trad. Eloá Jacobina]. **A cabeça bem-feita**: repensando a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ROCHA, G. O. R. O papel do professor de geografia na formação de uma sociedade crítica. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru, IV – (10): maio/agosto, 1998.

Complementar:

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1994.

PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; PEREIRA, Tania Regina Dias Silva. **(Geo)grafias e Linguagens**: concepções, pesquisas e experiências formativas. Curitiba: CRV, 2013.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo, História, Práticas e Desafios no Âmbito das Políticas de Formação de Educadores Sobre o Proneiro e Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>.

_____. A Educação do Campo e o Enfrentamento das Tendências das Atuais Políticas Públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

_____. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de Formação de Educadores. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 140, p.587-609, jul.-set., 2017.

FUNDAMENTOS DE PEDOLOGIA APICADOS ÀS ÁREAS RURAIS: 60 H

EMENTA: 1. Conceitos e princípios básicos da Pedologia. 2. Pedologia, Geografia e relações interdisciplinares. 3. Pedogênese e morfogênese: origem, constituição e morfologia dos solos. 4. Classificação zonal e azonal dos solos.: características físicas. 5. Solos do Brasil. 6. Tipos, fatores e mecanismos de erosão dos solos agrícolas: erosão laminar. ravinamento e voçorocas. 7. Sistemas de manejo de solos em áreas agrícolas: mecanismos de controle de erosão.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

BRADY, N. C. 1989. **Natureza e propriedade dos solos**. Tradução de Antônio B. Neiva Figueiredo Filho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 898p.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. & BOTELHO, R. G. M. 2010. (Org.). **Erosão e Conservação de Solos**. Conceitos, temas e aplicações. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 339p.

SCHAEFER, C. E. G. R.; LIMA, H. N. de; TEIXEIRA, W. G.; VALE JUNIOR, J. F. do; SOUZA, K. W. de; CORRÊIA, G. R.; MENDONÇA, B. A. F. de; AMARAL, E. F. do; CAMPOS, M. C. C.; RUIVO, M. de L. P. **Solos da região amazônica**. In: CURI, N.; KER, J. C.; NOVAIS, R. F.; VIDAL-TORRADO, P.; SCHAEFER, C. E. G. R. (Ed.). Pedologia: solos dos biomas brasileiros. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2017. cap. 3, p. 111-175.

LEPSCH, I. F. 2002. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 178p.

SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE SOLOS / SANTOS, H. G dos. (et al.) 2013. (Org.). 3ª ed. Brasília – DF: EMBRAPA, 353p.

VIEIRA, L. S. 1988. **Manual de Ciência do Solo**: com ênfase aos solos tropicais. 2ª ed. São Paulo: Agronômica CERES LTDA. 464 p.

Complementar:

EMBRAPA. **Uso Agrícola dos Solos Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2002.

GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Org.). **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

GUERRA, A. T. & GUERRA, A. J. T. 2011. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 648p.

SIOLI, H. **Amazônia**. Fundamentos de Ecologia da maior região de Florestas Tropicais. Petrópolis: Vozes, 1985. 72p.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M de.; FAIRCHILD, T. R. & TAIOLI, F. (Org.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

VITTE, A. C. & GUERRA, A. J. T. (Org.). **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GEOGRAFIA DO BRASIL: 60 H

EMENTA: 1. A produção do espaço Territorial Brasileiro no período colonial; 2. As estratégias da Coroa Portuguesa no processo de interiorização da ocupação do território; 3. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional no Brasil: Os meios naturais, o Brasil arquipélago – a mecanização incompleta, o meio técnico da circulação mecanizada; 4. A reorganização produtiva do território com o processo de industrialização; 5. A divisão territorial do trabalho, os circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação no Brasil; 6. As diferentes evoluções técnicas do território brasileiro; 7. As políticas públicas para modernização do território nacional brasileiro - o nacional desenvolvimentismo; 8. A crise do Estado e as tentativas de inserção da economia nacional na economia que se globaliza cada vez mais intensamente; 9. Os grandes “gargalos” existente no território nacional; 10 As múltiplas escalas de desenvolvimento territorial no Brasil desafios e perspectivas para o território nacional.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAGNOLI, D. “**O Corpo da Pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil”. São Paulo, UNESP/Moderna, 1997.

MORAES, A. C. R. de. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI São Paulo, HUCITEC, 2000.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Complementar:

ABREU, M. de A. A Apropriação do Território no Brasil Colonial. In; **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século/Iná Elias de Castro, Paulo Cesar Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (organizadores). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: Hucitec/IPESPE, 2004.

BECKER, B. K. & EGLER, C. E. G. **Brasil**. Uma potência regional na Economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil**: Cinco Ensaios, Uma Proposta e uma Crítica. SP: Annablume, 2009.

_____. **Território e História do Brasil**: São Paulo. Annablume, 2005.

GEOGRAFIA POLÍTICA: 60H

EMENTA: 1. A organização política do espaço geográfico. 2. O território e a formação do Estado moderno. 3. Geografia Política clássica e Geopolítica. 4. Evolução e renovação da Geografia Política. 5. Políticas territoriais e grandes projetos de des-envolvimento. 6. Geografia e giro descolonial. 7. Geografia e Ecologia Política. 8. Geografia Política na intersecção classe-raça-gênero. 9. Conflitos geopolíticos no mundo. 10. Horizontes de ensino e pesquisa em Geografia Política.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2016 (1992).

CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (orgs.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Complementar:

AGNEW, John. **Making Political Geography**. Londres: Hodder Education, 2002.

AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerard (orgs.). **A Companion to Political Geography**. Wiley-Blackwell, 2003.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. In: **Caderno CRH**. V. 25, nº 46. Salvador: 2012.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HAESBAERT, Rogério (org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2013

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires: Clacso e Niterói: PPGeo-UFF, 2021.

HEIDRICH, Álvaro. Fundamentos da formação do território moderno. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. nº 23. Porto Alegre: AGB-PA, 1998.

KROPOTKIN, Piotr. **Guerra**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2022.

LACOSTE, Yves. **A Geografia** – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín (org.). **Praxis espacial en América Latina: lo geopolítico puesto en cuestión**. Cidade do México: Itaca / UNAM, 2018.

MALHEIRO, Bruno Cezar; CRUZ, Valter do Carmo. Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. In: **Geographia**. V.21, nº 46. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF, 2019. P. 18-31.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo e Expressão Popular, 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios de trânsito: Dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e "gaúchos" à produção de multi/transterritorialidades na fronteira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. **Esperando os bárbaros: geopolíticas da segurança no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo et al (orgs.). **Geografia política, geopolítica e gestão do território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Letra1, 2018.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; VIEIRA, Alexandre Bergamin (orgs.). **Political Geography, Geopolitics and Territorial Management: Brazilian Perspectives**. Macapá: UNIFAP Editora, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TARROW, Sidney. **The New Transnational Activism**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2000.

ZILIO, Rafael. O Princípio Federativo: um projeto político-espacial alternativo à lógica do Estado moderno. In: **Boletim Goiano de Geografia**. v. 36, nº 2. Goiânia: UFG, 2018.

ZILIO, Rafael. A geopolítica anticolonial na transescalaridade da luta indígena. In: **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**. vol. 5, nº 2. 2023.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO I: 45H

EMENTA: Realização de atividades práticas de extensão que integre o (s) componente (s) curricular (es): Cartografia I (2º semestre) e/ou direito agrário (2º semestre) e/ou Psicologia da Educação e da Aprendizagem (2.º Semestre) e/ou Política e Legislação Educacional com ênfase em educação do campo (2.º Semestre) e/ou Geografia da População (2.º Semestre) e/ou Geomorfologia (2.º Semestre) e/ou metodologia do trabalho científico nas quais a atuação do Discente em Atividade Curricular seja ativa, ou seja, como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora. As ações de extensão poderão ser realizadas nas modalidades Programas, Projetos, Cursos ou Eventos de extensão, devidamente registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

BOFF, LEONARDO. O que é e o que não é Sustentabilidade. Petrópolis, Rio de Janeiro Vozes. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018** – Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>.

BRASIL. Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental. / Organização: Isabel Cristina Moura de Carvalho, Mauro Grün e Rachel Trajber. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.

Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Florianópolis/SC: Imprensa Universitária – UFSC, 2015, 66 p.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; MALHEIROS, T. F. Saúde Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri: Manole, 2014.

REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução n.º 81, de 12 de janeiro de 2015** – Consepe/Ufopa. Institui a Política de Cultura da Ufopa. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/procce/documentos/normas-e-regulamentos/>>.

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução n.º 404, de 26 de abril de 2023** – Consepe/Ufopa. Estabelece a Política Institucional de Extensão Universitária no âmbito da Ufopa. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/procce/documentos/normas-e-regulamentos/>>.

Complementar:

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil:** conceitos e práticas em educação ambiental na escola / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. **Segurança do trabalho e gestão ambiental.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MONTEIRO, Simone (Org.); VILLELA, Wilza (Org.). **Estigma e saúde.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2014.

PHILIPPI JR., Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente:** fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005.

SANTOS, Maria Mirtes Cortinhas dos. **Educação Ambiental e Políticas Públicas:** vivências nas escolas municipais" CRV. Curitiba (PR), 2016.

SANTOS, C. F. dos, R. S MACHADO, C.; GROHS, F. S. Educação Ambiental e Pandemia. Ambiente & Educação, 26(2), 3–19, 2022.

SCLiar, M. História do Conceito de Saúde. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2007.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA.1998.

QUINTO SEMESTRE DO CURSO

CLIMATOLOGIA: 75 H

EMENTA: Conceito, definições e princípios básicos da Climatologia. Relações com a Meteorologia. A importância da Climatologia para a Geografia. 2. Radiação solar na atmosfera terrestre. Distribuição e variação global. Insolação e cobertura do céu. Balanço de energia. Temperatura do ar e do solo. Umidade e precipitação. Balanço hídrico. 3. Sistemas de circulação atmosférica. Circulação tropical e subtropical. 4. Classificação dos climas e regimes climáticos: Köppen, Thorntwaite e Strahler. 5. Processos de desertificação, arenização e savanização. 6. Clima urbano e ilha de calor. 7. Mudanças climáticas globais. Paleoclimas do Quaternário e suas implicações geográficas na Amazônia. Mudanças atuais.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

AYODE, J. O. **Introdução à Climatologia para os trópicos**. São Paulo: Difel, 1996.

CONTI, J. B. **Clima e meio ambiente**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1998. (Série Meio Ambiente)

MENDONÇA, F. & OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de texto, 2007.

Complementar:

CHRISTOPHERSON, W. **Geossistema: uma introdução à Geografia Física**. 7ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 728 p.

CUADRAT, J. M. e PITA, M. F. **Climatología**. Lisboa: Cátedra, 2004.

HARTMANN, D.L. **Global Physical Climatology**. Academic Press, 1994.

MIRANDA, P. M. **Meteorologia e Ambiente**. Universidade Aberta, 2001.

MONTEIRO, C. A. F. & MENDONÇA, F. **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003

PEIXOTO, J. P. **O Homem, o Clima e o Ambiente**. 3Vols. Coleção O Ambiente e o Homem, Secretaria de Estado do Ambiente, Lisboa, 1987.

ESTÁGIO DOCENTE EM GEOGRAFIA V: 70H

EMENTA: 1. Desenvolvimento de material didático para o ensino de geografia; 2. Tutoria na sala de aula; 3. Construção de planos de aula; 4. Elaboração de estratégias metodológicas para a prática docente; 5. A formação do professor pesquisador.

BIBLIOGRAFIAS**Básica:**

ANDRÉ, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2008.

CANDAU, V. M. F. (Org.). **Reinventar a escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000a.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa** 9.ed. rev Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. (Coord.). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

Complementar:

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2011.

CANDAU, V. M. F. “A Didática hoje: Uma agenda de trabalho”; In: CANDAU, V.M.F. et al. **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b.

CAVALCANTI, L.S; BUENO, M. A.; SOUZA, V.C. **A produção do conhecimento e a pesquisa sobre o ensino da Geografia**. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela; revisão técnica, apresentação e notas à edição brasileira Selma Garrido Pimenta – São Paulo: Cortez, 2002.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GEOGRAFIA AGRÁRIA I: 60H

EMENTA: 1. Geografia e a questão agrária; 2. A questão agrária no capitalismo e a renda da terra; 3. Camponeses e Campesinato: diferentes abordagens; 4. A produção camponesa familiar; 5. A formação do espaço Agrário Brasileiro; 6. Políticas da reforma agrária no Brasil; 7. Apropriação capitalista da terra e a territorialidade camponesa; 8. O espaço agrário na Amazônia e a geografia da luta camponesa por terra e dos

povos originários e quilombolas pelo território; 9. O mapa fundiário do território paraense: contradições e conflitos.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ALMEIDA, A. W. B. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia: In: ALMEIDA, A. W. B. **Os Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. Pág. 15-33.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO da SILVA, J. e STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CUNHA, C. N. “Pintou uma Chance Legal” – O Programa Terra Legal no interior dos projetos integrados de colonização e do polígono desapropriado de Altamira no Pará. Artigo. In: **Revista Agrária**. São Paulo: USP, nº 10-11, pp. 20-56, 2009.

MARX, K. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boi-Tempo 2011. (Cap 24) pág. 514-541.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Arquivos%20disciplinas/BMF3.pdf> [AD].

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controversia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Revista social**. USP, S. Paulo, 8 (1): 25-70, maio de 1996.

MARQUES, M. I. M. O Novo Significado da Questão Agrária. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 5, Belém. **Anais...** Belém: SINGA, 2011.

NEVES, D. P. Questão Agrária: Projeções Societais em Confronto. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.31, p. 79-106, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. 1a. ed., São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. Camponeses, Indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: **Conflitos no Campo** – Brasil 2015 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 páginas: fotos, tabelas de vários autores.

SÁ, W. R & GUEDES, E. B. Territorialidades e resistência camponesa na várzea da Microrregião de Santarém – Pará. **Revista GeoAmazônia** – ISSN: 2358-1778 (on line) 1980-7759 (impresso), Belém, n. 2, v. 2, p. 10 - 45, jul./dez. 2014.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: **Geografia agrária: teoria e poder**. Bernardo M. Fernandes, Marta I. M. Marques, Júlio Cesar Suzuki (Org.) – 1ª ed. – São Paulo: expressão popular, 2007. 384 p.

Complementar:

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terra de quilombo, terra indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. – 2.ª ed. Manaus: pgsca-ufam, 2008.

ALMEIDA, R. A.; PAULÍNO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

CRUZ, V. C. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo reconhecimento do Território: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

CAZULA, Leandro Pansonato. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas estratégias de grilagem de terras na Amazônia: o caso da gleba Pacoval, Pará. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-15102021-214354>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15102021-214354/pt-br.php>.

MARQUES, M. I. Medeiros: A atualidade do uso do conceito de camponês. In: A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. / João Pedro Stedile (Org.) – 1ª. Ed. – São Paulo: Outras expressões, 2016. 362 p.

GUEDES, E. B. Lógica Capitalista e Questão Agrária no Brasil. In: GUEDES, Eneias Barbosa. **Territorialidades em tensão**: processos e disputas por territorialização na Amazônia. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-24082021-212031>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24082021-212031/pt-br.php>.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R. Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais – Reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. In: HEBÉTTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. – v 1. Belém: Editora UFPA, 2004a, p. 41-74.

LENIN, V. I. U. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TORRES, M. Fronteira, um eco sem fim. (pp. 248 - 320) In: **Amazônia Revelada**. Brasília: CNPq, 2005. p. 271-320.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1970.

MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Org.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. 504 p.: il ;23 cm.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. In: **XXVII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 21 a 25 de outubro de 2003. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4048&Itemid=319>. Acesso em: 16 nov. 2012.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 21, n. 21, p. 113-156. Jul/dez 2003

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. In: **Revista GEOgrafias**. Belo Horizonte: Departamento de Geografia – IGC/UFMG, V.01, N.01 (Jul/dez), 2005, pp. 07-24.

SILVA, L. O. “As leis agrárias e o latifúndio improdutivo” In: **São Paulo em Perspectiva**, Revista da Fundação Seade, Vol. 11, N.2, Abril/Junho 1997, pp. 15-34.

SOUZA FILHO, C. F. M. Função social da terra. In: RIBEIRO, H. B. [et al] (Org.). **Acesso à Terra e Direitos Humanos**. Fortaleza: Edições UFC, 2015, v. 1, p. 143-162.

SOUZA FILHO, C. F. M. **Renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá Editora, 2018a.

GEOGRAFIA CULTURAL: 60H

EMENTA: 1. Conceitos de cultura e suas abordagens; 2. Matrizes da geografia cultural: gênese e renovação (dos clássicos aos contemporâneos). 3. Categorias e conceitos da Geografia Cultural. 4. Geografia e interdisciplinaridade 5. A geografia das representações e das identidades de base territorial. 6. Abordagem cultural da Geografia e manifestações da cultura no espaço 7. Experiência, vivência e observação de campo.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. J. P. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

BOSI, A. **Colônia, Culto e Cultura**. In: Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, C. R. Cenários e momentos da Vida camponesa: três dias de trabalho de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: In: GODOI, Emília Pietrafesa & NIEMEYER, Ana Maria (Orgs). **Além dos Territórios**. Campinas – SP: Mercado de Letras, 1998.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2007.

CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1989.

GOMES, P. C. C. **O Lugar do Olhar: Elementos Para Uma Geografia da Visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Epílogo: Hibridismo, mobilidade e Multiterritorialidade. Abordagem Cultural da Geografia: numa perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, Ângelo. (Org.) **Espaços Culturais, Vivências, Imaginação e Representações**. Salvador, UFBA, 2008.

ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

Complementar:

ALMEIDA, M. G. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa. (Orgs.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEMOS, A. I. G.; GALVANI, E. (Orgs.). **Geografia, tradições e perspectivas: interdisciplinaridade, meio-ambiente e representações**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MARQUES, A. C. N.; RODRIGUES, M. F. F. O trabalho de campo como caminho metodológico: testemunhos e interpretações de uma marcha Indígena Potiguara. **Revista Okara: Geografia em Debate (UFPB)**, v. 2, p. 38-54, 2008.

MARQUES, A. C. N. Sob à Mira dos Papéis: Cartografando significados no Quilombo Cruz da Menina, Dona Inês - PB. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 2017**, La Paz - Bolívia. Geografia viva desde el corazón de América Latina. La Paz: EGAL, 2017. v. 1. p. 1-15.

RODRIGUES, M. de F. F. Tem Truká na Aldeia: Narrativa de um Trabalho de Campo na Ilha de Assunção, Cabrobó-Pe. **Revista Okara: Geografia em Debate**. V.1, n.1, 2007 p.101 – 117.

SERPA, Â. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VARGAS, M. A. M; DOURADO, A. M; SANTOS, R. H. **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracajú: Edisse, 2015.

METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA: 75H

EMENTA: 1. Métodos aplicados à Geografia escolar. 2. Procedimentos metodológicos para os conteúdos de

Geografia e as experiências com recursos pedagógicos e didáticos. 3. As linguagens nas metodologias de ensino da Geografia.

BIBLIOGRAFIAS

Bibliografia Básica:

ANASTASIOU, Lea das Graças C.; Alves, Leonir Pessate (Orgs). **Processos de ensinagem na universidade**. Joinville-SC: Univille, 2003

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **O Ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação. 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **Temas da Geografia na Escola Básica**. Papirus: Campinas, 2013.

Bibliografia Complementar

GARRIDO, Marcelo Pereira. **A opacidade da paisagem: formas, imagens e tempo de ensino**. Porto Alegre: imprensa Livre, 2013.

TONINI, Ivaine Maria et al. **O ensino da geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Ufrgs, 2011.

PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; PEREIRA, Tania Regina Dias Silva. **(Geo)grafias e Linguagens: concepções, pesquisas e experiências formativas**. Curitiba: CRV, 2013.

CASTELAR, Sonia Vanzella (org.). **Geografia Escolar: contextualizando a sala de aula**. São Paulo: Editora CRV, 2014.

CAVALCANTI, L. S. **A Geografia escolar e a cidade**: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza; CHAVEIRO, Eguimar Felício; PIRES, Lucineide Mendes (Orgs). **A cidade e seus jovens**. – Goiânia: ed. da PUC Goiás, 2015.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO II: 45H

EMENTA: Realização de atividades práticas de extensão que integre o (s) componente (s) curricular (es): Cartografia II (3.º Semestre) e/ou Fundamentos de Pedologia (4.º Semestre) e/ou Geografia do Brasil (4.º Semestre) e/ou Geografia Política (4.º Semestre) e/ou Regionalização do espaço brasileiro II (5.º Semestre) e/ou Climatologia (5.º Semestre) e/ou, nas quais a atuação do Discente em Atividade Curricular seja ativa, ou seja, como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora. As ações de extensão poderão ser realizadas nas modalidades Programas, Projetos, Cursos ou Eventos de extensão, devidamente registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

ANTUNES, Ricardo. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002. KELLY, K. Tecnologia: a tecnologia nos faz melhores. Veja, São Paulo, Edição Especial.

BRASIL. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018** – Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>.

FLEURY, Afonso Carlos; VARGAS, Nilton. Organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 1983. BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

Brasileiras. Florianópolis/SC: Imprensa Universitária – UFSC, 2015, 66 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. SP: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro Mundo**. Trad. Sandra Lencioni. 5.^a ed. São Paulo: EdUsp: 2009.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução n.º 81, de 12 de janeiro de 2015** – Consepe/Ufopa. Institui a Política de Cultura da Ufopa. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/procce/documentos/normas-e-regulamentos/>>.

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução n.º 404, de 26 de abril de 2023** – Consepe/Ufopa. Estabelece a Política Institucional de Extensão Universitária no âmbito da Ufopa. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/procce/documentos/normas-e-regulamentos/>>. FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão** Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar

ANGELONI, M. T. **Organizações do conhecimento**: infraestrutura, pessoas e tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane. P. **Sistemas de informação**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Daniele. **O pós-Fordismo e seu espaço**. Tradução de Regina Sílvia Pacheco. Espaço e Debates, São Paulo, n.º 25, p. 12-27, 1988.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2017.

SEXTO SEMESTRE DO CURSO

ESTÁGIO DOCENTE EM GEOGRAFIA VI: 70H

EMENTA: 1. Seminários temáticos: microaulas; 2. Prática de ensino: organização, postura em sala de aula e oratória; 3. Instrumentos de avaliação: a avaliação como processo de ensino aprendizagem; 4. Pensar a diversidade no espaço escolar: a inclusão da pessoa com deficiência nas aulas de geografia.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

FERRE, Núria Perez de Lara. **Identidade, diferença e diversidade**: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge, SKLIAR, Carlos. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.195-210.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia. Currículo como política cultural: possibilidades para pensar a diferença. IN: DECHICHI, Cláudia e SILVA, Lazara C. (orgs). **Inclusão escolar e educação especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p.81-96.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência a regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RABELO, K. S. de P. **A avaliação da aprendizagem no processo de ensino em geografia**. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO, v.4, n.4, p. 222-249, dez. 2010.

REVISTA HOLOS. DUARTE, C. E. Avaliação da aprendizagem escolar: como os professores estão praticando a avaliação na escola, January 2016. *HOLOS* - ISSN 1807-1600. DOI:10.15628/holos.2015.1660

SKLIAR. **A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade.** In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v.24, n.2, jul./dez., 1999. p. 15 –32.

Complementar:

CLARK, Ron. **A arte de Educar Crianças.** Tradução: Ronald Kyrmse. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

LOURO, Guacira. **A escola e a pluralidade dos tempos e espaços.** IN: COSTA, Marisa V. (Org). Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo. Porto Alegre, FAGED/UFRGS, 1995. p.64-68.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib, PAGANELLI; Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.

REVISTA. **As metodologias de ensino de geografia e os problemas de aprendizagem:** a questão da apatia. Formare: Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica./ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 3, n. 2, p.33-58, jul. / dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/parfor/article/view/4224>

GEOGRAFIA URBANA: 60H

EMENTA: 1. A noção de cidade e de urbano na geografia. 2. A formação das cidades na perspectiva histórico-geográfica. 3. Vertentes teórico-metodológicas da análise urbana. 4. Rede urbana e organização do espaço. 5. A cidade capitalista e sua organização interna: agentes, processos, valorização e conflitos urbanos. 6. A especificidade da urbanização no Brasil: (re)estruturação da rede urbana e dinâmicas intra-urbanas. 7. O processo de urbanização na Amazônia: (re)definição da rede urbana e significado do urbano na fronteira econômica e tecno-ecológica.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

VASCONCELOS, P. de A. **Dois séculos de Pensamento sobre a cidade** / Pedro de Almeida Vasconcelos. – 2. ed. – Salvador: Edufba; Ilhéus: Editus, 2012. 618 p.

Complementar

CARLOS, F. A. A. **A cidade,** São Paulo: Editora Contexto, 1ª edição 1991, 2ª edição 1995.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva:** urbanização das Amazonas. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) - FFLCH, USP.

_____. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, DAMIANI, Amélia Luisa, SEABRA, Odete de Carvalho. (org.). **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

ROLNIK, R. **Que é cidade.** São Paulo, Brasiliense, 1995.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2005.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. da. Cidades na floresta: os grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **revista iebs** 50 2010 set./mar. p. 13-13.

_____. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013, ISSN 2237-3071.

TOURINHO, H. Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá. Belém, 1991.

Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - NAEA, UFPA.

HIDROGRAFIA: 60H

EMENTA: 1. Conceito, interdisciplinaridade e aplicabilidade da Hidrografia. 2. O ciclo hidrológico e as influências geológico-topográficas e climato-botânicas. O domínio do homem sobre as águas: a nova dinâmica do ciclo hidrológico. 3. A água e sua importância ecológico-geográfica. 4. Conceito de rio e de bacia hidrográfica. Formação das redes de drenagem fluviais. O trabalho dos rios. Perfil longitudinal e nível de base. Sistema de drenagem da Amazônia. 5. Gênese e classificação das bacias lacustres. 6. Interação oceano-atmosfera-litosfera. Características e movimentação das águas oceânicas e estuarinas. Processos oceanográficos e estuarinos. Marés fluviais. A importância geoestratégica dos oceanos. 7. A água como fonte de energia. As águas como geradoras de alimentos. O uso das águas na Amazônia.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ESTEVEES, F. de A. **Fundamentos de limnologia**. Rio de Janeiro, 2002, Interciência/Finep, 574 p.

PINTO, N. L.S. et al. **Hidrologia Básica**. São Paulo: Editora Blücher. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

SUGUIO, K. BIGARELLA, J. J. **Ambientes fluviais**. Florianópolis, 1990, Editora da UFSC, 183 p.

Complementar:

ARAGÃO, L. E. CLUSENER-GODTA, M. (Os.) **Problemática do Uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA, 2003.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.

ESTEVEES, F. de A. **Fundamentos de Limnologia**. Rio de Janeiro, 1988, Interciência/Finep, 575 p.

TUCCI, C. E. M. et al. **Avaliação e Controle da Drenagem Urbana**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

VILLELA, S. M. e MATTOS, A. **Hidrologia Aplicada**. São Paulo: Editora McGraw Hill do Brasil, 1975.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: 75 H

EMENTA: Histórico da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Língua de Sinais, identidades e cultura surda. A legislação nacional acerca da educação de surdos. Libras: Aspectos gramaticais e práticos.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, W. D (editores). **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Triglique da Língua de Sinais Brasileira**, Volume I: Sinais de A a L. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola: 2009.

GIORDANI, L. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**: o que se permite entre a política oficial e o movimento social: In: VIEIRA.

Complementar:

Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – <http://portal.mec.gov.br/seesp>

MACHADO, L. M. C. & LOPES, M. C. (Org) **Educação de Surdos**: Política, Língua de sinais, comunidade e cultura surda. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2010.

PIMENTA, N. e QUADROS, R. M. **Curso de Libras I**. (DVD) LSBVideo: Rio de Janeiro. 2006.

PIMENTA, N. **Números na língua de sinais brasileira** (DVD). LSBVideo: Rio de Janeiro. 2009.

QUADROS, R. M. & KARNOPP, L. **Estudos Linguísticos**: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004.

PESQUISA EM GEOGRAFIA: 60H

EMENTA: 1. Campos dos conhecimentos e o campo científico; 2. Os Polos da pesquisa em ciências sociais: polo epistemológico, polo teórico, polo morfológico e polo técnico; 3. Método e a crítica do conhecimento: o método científico, o método hipotético-dedutivo, o método fenomenológico-hermenêutico, o método dialético, os elementos do método; 4. Metodologia científica e pesquisa em Geografia; 5. Espaço e seus elementos; questão de método; 6. A formação social como teoria e como método; 7. Espaço Geográfico e as categorias de análise espacial: paisagem, território, substrato material, lugar, região, lugar, redes, escala geográfica e termos nativos; 8. Técnicas de pesquisas em geografia física: pesquisa em geomorfologia, pesquisa em hidrografia; 9. Técnica e instrumentos de apoio à pesquisa Geográfica e ciências afins.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**; Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) 15ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

BRUYNE, P. de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências sociais**: os polos da prática metodológica. (por) Paul de Bruyne, Jacques Herman (e) Marc de Schoutheete; tradução de Ruth Joffily, prefácio de Jean Ladrière. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. 252p.

GERADI, L. H. de O. **Quantificação em geografia** / Lúcia Helena de Oliveira Geradi, Barbara-Christine M. Nentwig Silva. São Paulo: DIFEL, 1981.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: editora UNESP, 2004.

MOREIRA, R. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: contexto, 2007.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed., 1. reimpressão. - São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2012. 120p.; 14x21cm. (Coleção Milton Santos, 12).

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2015. 176p.; 14x21cm. (Coleção Milton Santos, 7).

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Complementar:

CHAUÍ, M. (1990). O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense.

- LOWY, M. **Ideologias e Ciência social**: elementos para uma análise marxista. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- SANTOS, D. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. SP: HUCITEC, 1996.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo. Hucitec, 1998.
- THOMPSON, J. B. (1995). **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes.
- VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando Geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental / São Paulo: Oficina de textos, 2005.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO III: 45H

EMENTA: Realização de atividades práticas de extensão que integre o (s) componente (s) curricular (es): Educação e relações étnicos raciais (4.º Semestre) e/ou Geografia do Brasil (4.º semestre) e/ou Geografia Urbana (5.º semestre) e/ou Metodologia do Ensino de Geografia (5.º semestre) e/ou Cartografia Escolar (6.º Semestre) e/ou Geografia Cultural (6.º Semestre), nas quais a atuação do Discente em Atividade Curricular seja ativa, ou seja, como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora. As ações de extensão poderão ser realizadas nas modalidades Programas, Projetos, Cursos ou Eventos de extensão, devidamente registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- BRASIL. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018** – Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **O Ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação. 2014.
- CAVALCANTI, L. S. **A Geografia escolar e a cidade**: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2008.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2007.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. 1.ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Florianópolis/SC: Imprensa Universitária – UFSC, 2015, 66 p.
- SANTOS, R. E. dos. (org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009.
- UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução n.º 81, de 12 de janeiro de 2015** – Consepe/Ufopa. Instituí a Política de Cultura da Ufopa. Disponível em:

<<http://www.ufopa.edu.br/procce/documentos/normas-e-regulamentos/>>.

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução n.º 404, de 26 de abril de 2023** – Consepe/Ufopa. Estabelece a Política Institucional de Extensão Universitária no âmbito da Ufopa. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/procce/documentos/normas-e-regulamentos/>>.

Complementar

CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**. 5. ed. Rio de Janeiro: ED. da UFRJ, 2005.

CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

HALL, S. **Da diáspora, identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

Interfaces - Revista de Extensão da UFMG. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/issue/view/2279>>.

Revista Em Extensão, Uberlândia. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/issue/view/2425>>.

Revista Brasileira de Extensão Universitária. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/issue/view/227>>.

REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO: 60H

EMENTA: 1. A Formação socioterritorial do Brasil e as desigualdades territoriais. 2. Estado e as divisões regionais do IBGE. 3. A divisão do Brasil em Domínios morfoclimáticos. 4. A divisão territorial do trabalho, segundo Pedro Geiger, Roberto Lobato Corrêa, Bertha Becker, Ruy Moreira e Milton Santos. 5. Novas questões e a divisão regional do Brasil. 6. A Amazônia: uma introdução.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

AB'SÁBER, A. **Os domínios de Natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

BECKER, Bertha; K. & EGLER, Cláudio E. G. A Economia-Mundo e as Regiões Brasileiras. In: **Brasil**. Uma nova potência Regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

GEIGER, Pedro P. "Regionalização". In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 1 (01), 5-25, jan/mar, 1969.

_____. Organização Regional do Brasil. In: **Revista Geográfica**, T. 33, No. 61 (2.o SEMESTRE 1964), pp. 25-57.

GOLDENSTEIN, Lea & SEABRA, Manoel. "Divisão Territorial do Trabalho e nova regionalização". In: **Revista Orientação**. São Paulo - USP, 1(1), 21-47, 1982.

GUIMARÃES, Fábio M. S. "**Divisão Regional do Brasil**". Rio de Janeiro, 1(02), 318-73, abr/jun, 1945.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. "**O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**". Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001.

Complementar:

CASTRO, Iná E, GOMES, Paulo César da Costa & LOBATO CORRÊA, Roberto (org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

CASTRO, Iná Elias de. “Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste”. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto L. (org.). “**Brasil: Questões atuais da reorganização do território**”. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

CORRÊA, Roberto L. “A Organização Regional do Espaço Brasileiro”. In: “**Trajetórias Geográficas**”. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

EGLER, Cláudio E. G. “Crise e Dinâmica das Estruturas Produtivas Regionais no Brasil”. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo César da Costa & LOBATO CORRÊA, Roberto (org.). “**Brasil: Questões atuais da reorganização do território**”. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos e baianos no novo nordeste entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais”. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo César da Costa & LOBATO

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério & MOREIRA, Ruy (org.) **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização? Agentes processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MOREIRA, Ruy. A Nova Divisão Territorial do Trabalho e as Tendências de Configuração do Espaço Brasileiro. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério & MOREIRA, Ruy (org.) **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização? Agentes processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. “**Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste Planejamento e conflitos de classes”. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 2003.

PÉRIDES, Paulo Pedro. **A divisão regional do Brasil de 1968: Propostas e problemas**. In: Revista Orientação. São Paulo, 7 (), p. 87-94, 1994.

SILVA, Simone Afonso da. **Regionalizações do espaço brasileiro**. Trabalho de Graduação Individual, 2010.

TRINDADE JR, Saint Clair C. Pensando concepção de Amazonia. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

VAINER, Carlos B. “Regionalismos: anacronismos ou pós-modernidade”. In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). “**O novo Brasil urbano**”. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2004.

ZAIDAN FILHO, Michel. “**O fim do nordeste & outros mitos**”. São Paulo, Cortez, 2001. (coleção questões da nossa época: v.82).

SÉTIMO SEMESTRE DO CURSO

CARTOGRAFIA ESCOLAR: 45H

EMENTA: 1. A educação cartográfica: importância e finalidades na educação básica. 2. A linguagem cartográfica: suas características. 3. A construção progressiva das relações espaciais. 4. Elaboração e uso de mapas temáticos no ensino fundamental e médio. 5. Materiais didáticos de cartografia. 6. O uso dos produtos cartográficos nas diferentes faixas etárias para o ensino de geografia. 7. Os mapas mentais e táteis, sua importância no ensino de geografia.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ALMEIDA, R. D. **Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

LESANN, J. **Geografia no ensino Fundamental I**. Belo Horizonte: ed, Fino Traço, 2011.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A representação do espaço na criança**. Tradução Bernardina M. Albuquerque. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa** – iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2001

_____. PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico** - ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTELLAR, S. M. **Noção de espaço e representação cartográfica**: ensino de Geografia nas séries iniciais. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação - USP, 1996.

PASSINI, ELZA YASSUKO. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de Geografia**. Editora Cortez, 2014.

Complementar:

SOUZA, J. G. de; KATUTA, A. M. **Geografia e conhecimentos cartográficos**: A cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PASSINI, ELZA YASSUKO. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de Geografia**. Editora Cortez, 2014.

MIGUEL A. & ZAMBONI, E. (Orgs.). **Representações do espaço**: multidisciplinaridade na educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

PASSINI, Elza Y. **Alfabetização cartográfica**. Belo Horizonte: Lê, 1994.

RUA, J. et alli. **Para ensinar geografia** - contribuição para o trabalho com 1.º e 2.º graus. Rio de Janeiro: ACCESS, 2000.

SANTOS, C. Cartografia e ensino da Geografia: uma abordagem teórica metodológica. Esboço: **Revista do Centro Universitário Moura Lacerda**. N.9, 2002, p. 3-38.

SCHÄFFER, N. O. et al. **Um globo em suas mãos**: práticas para a sala de aula. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Núcleo de Integração Universidade & Escola da PROEXT/UFRGS, 2003.

TELMO, I. C. **A criança e a representação do espaço**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: 60H

EMENTA: Conceitos de Meio Ambiente e Educação Ambiental. Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos. Objetivos da Educação Ambiental. As relações entre a sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Educação Ambiental no processo Interdisciplinar. Educação Ambiental Política. Correntes de Educação Ambiental. Leis e Política de Educação Ambiental no espaço Brasileiro em escala (nacional/ estadual/ municipal). Orientação para a elaboração de Projetos em Educação Ambiental.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

ANJOS, M. B. **Educação Ambiental e Interdisciplinaridade**: reflexões contemporâneas. São Paulo, Libras três, 2008.

BERNA, V. S.D. **Como fazer Educação Ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

CARVALHO, I. C. De M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo - SP. 551 p. 2004. Editora Gaia. 9º edição. 2004. 551 p.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2012 (Coleção Primeiros Passos).

Complementar:

ANDRADE, D. F. de; SORRENTINO, M. **Aproximando Educadores Ambientais de Políticas Públicas**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

_____. **Diretrizes Pedagógicas e Programa Municipal de Educação Ambiental**. Governo de São Paulo-Secretaria do Meio Ambiente-Coordenação de Educação Ambiental, s/d.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. Brasília-BR. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 11 de mar. de 2015.

_____. **PRONEA** (Programa Nacional de Educação Ambiental). 3ª edição. Brasília (DF). 2005.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001. (a)

.

_____. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, M. M. C. dos. **Educação Ambiental e Políticas Públicas: vivências nas escolas municipais**. Curitiba. CRV, 2016.

SATO M.; CARVALHO, I.C. (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAUVE, L. Uma Cartografia das Correntes de Educação Ambiental (2005). In: **Educação Ambiental- Pesquisas e Desafios**. Michele Sato; Isabel Carvalho e colaboradores. Porto Alegre. Artemed, 2005.

ESTÁGIO DOCENTE EM GEOGRAFIA VII: 60H

EMENTA: 1. A regência em sala de aula; 2. Pensamento crítico e autonomia no processo de ensino aprendizagem; 3. O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC); 4. Elaboração do artigo científico comparativo entre os estágios (relatório de estágio), ou portfólio.

BIBLIOGRAFIAS**Básica:**

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na Era das Mídias: após a morte da infância**. Florianópolis: Edições Loyola, 2007. **Parte I (capítulo 2 : A Morte da Infância e capítulo 3: A Geração Eletrônica)**.

FANTIN, Mônica. **Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos**. Olhar de professor, Ponta Grossa, 14(1): 27-40, 2011. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Angel Perez. **A era digital: novos desafios educacionais**. São Paulo. Editora Penso, 2015.

Complementar:

BELLONI, Maria Luiza e Evelyne Bevort. **Mídia-Educação histórias e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009 1081 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BUCKINGHAM, D. **Definindo a alfabetização digital - O que os jovens precisam saber sobre mídia digital?** **Nordic Journal of Digital Literacy V.10**. Acesso em <https://pt.scribd.com>, 2024.

KAERCHER, N. A. **Se a geografia escolar é um pastel de vento o gato come a geografia crítica**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

IGNACIO, Aguaded; SANTOS, Vanessa Matos dos; CHIBÁS-ORTIZ, Felipe; VIZCAÍNO-VERDÚ, Arantxa. **Currículo Alfamed de formação de professores**. Editora do Instituto Palavra Aberta. 2020. Curadoria: Patrícia Blanco.

JUNIOR, Gilson Cruz. **Politizando o digital contribuições para a crítica das relações entre educação e tecnologias**. Revista e-curriculum- programa de pós-graduação da PUC-Sp, 2020.

SIBILIA, Paula. **A escola no mundo hiper-conectado: Redes em vez de muros?** MATRIZES. v. 5, n. 2. 2015. p. 195-211. Disponível em: <https://www.paulasibilia.com/artigos>. Acesso em: 7 dez. 2020.

GEOGRAFIA AGRÁRIA II: 60 H

EMENTA: 1. O espaço rural em questão. 2. Fundamentos da questão agrária brasileira. 3. A política fundiária e a estrutura fundiária no Brasil. 4. Terra e território: debate em torno da reforma agrária no Brasil. 5. Conflitos e violência no campo brasileiro. 6. Mercados de terras e estrangeirização de terras no Brasil. 7. O lugar mundial da agricultura brasileira. 8. Alimento: um campo em disputa, regime alimentar e cooperativo.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

ALMEIDA, R. A.; PAULÍNO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. *Geografia, Londrina*, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

GOLDFARB, Y. (2012). A agricultura a partir do neoliberalismo: financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar. *Agrária (São Paulo. Online)*, (17), pp. 42-58. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i17>

DOURADO, J. A. L. (2012). Agroecologia e soberania alimentar na Amazônia: para além das trincheiras do modelo de desenvolvimento agrário/ agrícola. *Agrária (São Paulo. Online)*, (16), 4-34. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i16>. acesso em 27/10/2021.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Ed. Terra Livre, ano 18, n. 19, p. 95-112. São Paulo, 2002.

MARQUES, M. I. M. Propriedade da Terra, Estado, Relações Capitalistas e Formação Territorial Brasileira. I. CRUZ, Rita de Cássia A da. e CARLOS, Ana Fani A. (orgs.), Brasil, presente! São Paulo, Ed. FFLCH, 2020.

NEVES, D. P. Questão Agrária: Projeções Societais em Confronto. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.31, p. 79-106, jan./jun. 2017.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. (2011). Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. *Agrária (São Paulo. Online)*, (14), 4-22. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i14p>.

MARCOS, V. de. (2007). Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. *Agrária (São Paulo. Online)*, (7), pp.182-210. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i7>. Acesso em 27/10/2021.

NEVES, D. P. Questão Agrária: Projeções Societais em Confronto. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.31, p. 79-106, jan./jun. 2017.

SILVA, L. O. “As leis agrárias e o latifúndio improdutivo” In: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação Seade, Vol. 11, N.2, Abril/Junho 1997, pp. 15-34.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 228-244, 2015. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102776. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102776>. Acesso em: 27 out. 2021.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, A. U. (2010). A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Agrária (São Paulo. Online)*, (12), 3-113. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i12>. Acesso em 27/10/2021.

OLIVEIRA, A. U. Camponeses, Indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: *Conflitos Campo – Brasil 2015* [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andra - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 páginas: fotos, tabelas de vários autores.

PAULÍNO, E. T. Reforma Agrária: um incômodo diálogo. Artigo. In: **Revista Agrária**. São Paulo: USP, nº 14, pp. 99-120, 2011.

Complementar

CAMACHO, R. S., & Cubas, T. E. A. (2011). A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen - RS. *Agrária (São Paulo. Online)*, (15), pp. 4-44. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i15> Acesso em 27/10/2021.

ELIAS, D. Agronegócio Globalizado e (re)estruturação Urbano Regional. *Anais do XVII ANANPUR*, São Paulo 2017.

GUEDES, E. B. *Lógica Capitalista e Questão Agrária no Brasil* (Cap. 1). In: GUEDES, E. B. **Territorialidades em Tensão**: processos e disputas por territorialização na Amazônia. São Paulo, 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. 2021. <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-24082021-212031>. Acesso em: 2021-10-05. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24082021-212031/pt-br.php>.

GUEDES, E. B. Movimento em torno dos processos demarcatórios (Cap. 5). In: GUEDES, E. B. **Territorialidades em Tensão**: processos e disputas por territorialização na Amazônia. São Paulo, 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. 2021. <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-24082021-212031>. Acesso em: 2021-10-05. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24082021-212031/pt-br.php>.

GIRARDI, E. P., & Fernandes, B. M. (2008). A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. *Agrária (São Paulo. Online)*, (8), pp. 73-98. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i8p>.

MARQUES, M. I. M. O Novo Significado da Questão Agrária. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 5, Belém. **Anais...** Belém: SINGA, 2011.

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. (pp. 96 - 388. São Paulo: Iandé Editorial, 2018, 545 p. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/publicacoes>. Acesso em 27/10/2021.

OLIVEIRA, A. U. Terras de Estrangeiros no Brasil. São Paulo: Iandé Editorial, 2018, 267p. Disponível em <https://agraria.fflch.usp.br/publicacoes>. Acesso em 27/10/2021.

VALVERDE, O. Metodologia em Geografia Agrária. CAMPO TERRITÓRIO: Revista Geografia Agrária, Uberlândia, V. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

GEOGRAFIA DA AMAZÔNIA: 60 H

EMENTA: 1. A Amazônia como fronteira. 2. O Domínio Amazônico. Os recursos naturais. potencialidade; 3. As diferentes formas de regionalização da Amazônia. 4. Organização do território dos séculos XVII a XX; 5. O espaço da circulação: do meio natural ao meio técnico científico-informacional; 6. (Re) organização e Modernização produtiva do espaço amazônico; 7. As Políticas Territoriais e os grandes projetos; 8. Os vetores do Desenvolvimento Regional; 9. A apropriação e uso pelos diversos grupos sociais dos Recursos Naturais e suas implicações ambientais.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BECKER, B. K. **Amazônia - Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. S.P. Brasiliense, 1977.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MOREIRA, E. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: SPVEA (Serviço de Documentação). Coleção Araújo Lima, 3. 1960. 91 p.

UGARTE, A. S. **Margens míticas: a Amazônia no imaginário Europeu do século XVI**. In: **Os senhores dos rios**. Colaboradores, Mary Del Priore, Flávio dos Santos Gomes. Editora, Elsevier/Campus, 2004. Original de, Universidade de Indiana.

TAVARES, M. G. da C. **Geopolítica portuguesa, controle e formação territorial na Amazônia dos séculos XVII-XVIII: Os fortes, as missões e a política pombalina**. VI Congresso da Geografia Portuguesa Lisboa, 17-20 de outubro de 2007.

Complementar:

Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Organizador: Maurício Torres. Brasília: CNPq, 2005.

BECKER, B. K; MIRANDA, M. & MACHADO, L. O. **Frenteira Amazônica**. Questões sobre a Gestão do Território. Brasília/Rio de Janeiro: UNB/UFRJ, 1990.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios).

CASTRO, E. M. R. & MARIN, R. E. A. Estado e Poder Local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. In: **Pará Desenvolvimento**. Belém: IDESP, nº 20/21, 1986-87. p: 09-14.

CORREIA, R. L. *A periodização da rede urbana da Amazônia*. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, RJ, v.49, n.3, p.39-68, jul. 1987.

ESTEVEZ, A.R. **A ocupação da Amazônia**. São Paulo: Brasiliense, (Col. Tudo é história), 2000.

TAVARES, M. G. da C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. In: GEOUSP - **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Pensando a concepção de Amazônia. In: **Panorama da geografia brasileira I**, 2006. SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs). São Paulo: Annablume, ANPEGE, 2006.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO IV: 45H

EMENTA: Realização de atividades práticas de extensão que integre o (s) componente (s) curricular (es): Geografia Agrária I (6.º Semestre) e/ou Hidrografia (6.º Semestre) e/ou Geografia da Amazônia (7.º Semestre), nas quais a atuação do Discente em Atividade Curricular seja ativa, ou seja, como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora. As ações de extensão poderão ser realizadas nas modalidades Programas, Projetos, Cursos ou Eventos de extensão, devidamente registrados na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão da Ufopa.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018** – Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>.

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. 1.^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2007. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184 p.
- Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Florianópolis/SC: Imprensa Universitária – UFSC, 2015, 66 p.
- SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**. 2. ed. São Paulo: Editoria Unicamp, 2008.
- UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução n.º 81, de 12 de janeiro de 2015** – Consepe/Ufopa. Institui a Política de Cultura da Ufopa. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/procce/documentos/normas-e-regulamentos/>>.
- UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução n.º 404, de 26 de abril de 2023** – Consepe/Ufopa. Estabelece a Política Institucional de Extensão Universitária no âmbito da Ufopa. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/procce/documentos/normas-e-regulamentos/>>.

Complementar

- BORGES, T. 1994. **Institutos básicos do direito agrário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva.
- CARUSO, Mauriléa M. Leal; CARUSO, Raimundo C. (orgs.). **Amazônia, a valsa da galáxia: o abc da grande planície**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 473 p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- Interfaces** - Revista de Extensão da UFMG. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/issue/view/2279>>.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 1991a. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. ed., Campinas: Papirus, 1991.
- Revista Em Extensão**, Uberlândia. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/issue/view/2425>>.
- Revista Brasileira de Extensão Universitária**. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/issue/view/227>>.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 1988.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I: 45H

EMENTA: A disciplina destina-se à inserção do educando no processo de produção científica. Nela deve ser realizado um trabalho de pesquisa orientado onde será analisado e revisado o pré-projeto de pesquisa apresentado pelo aluno e efetivadas as etapas de aprofundamento do referencial teórico, de pesquisa de campo (coleta de dados) e elaboração de relatórios parciais, culminando com a apresentação da monografia e sua defesa pública.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS ABNT. Normatização **NBR-6023**; Ago/2002. Informação e documentação; referências; elaboração. Fórum Nacional de Normatização. Rio de Janeiro: 2002.

- CASTRO, I. E. de et al. (org) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. **Metodologia do Trabalho Científico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVEIRA, P. de S. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRODANOV, C. C. & FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

Complementar:

- CLAVAL, P. **Evolución de la geografía humana**. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.
- CRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985.
- CORREA, R. L. **Análise crítica de textos geográficos: breves notas**. In: GEOUERJ, n.4, p. 7-18, 2003.
- MARCONI, M. A. & LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- QUAINI, M. **La costruzione della geografia humana**. Itália: La Nuova Editrice, 1975.

OITAVO SEMESTRE DO CURSO

BIOGEOGRAFIA: 75 H

EMENTA: 1. Conceito e evolução da Biogeografia. 2. Teorias biogeográficas. 3. Biogeografia histórica. Flutuações Paleoclimáticas. Teoria dos Refúgios. Mares epicontinentais. 4. Biogeografia Ecológica. Fatores abióticos e bióticos que influenciam na distribuição e especiação biogeográfica. 5. Padrões de Distribuição biogeográfica. Os grandes Biomas e os Biomas brasileiros. Áreas de tensão ecológica. Ecorregiões. Hotspots. Corredores Ecológicos. 6. Padrões de distribuição da vegetação amazônica: floresta de terra-firme, várzea e manguezal (abundância, composição e diversidade) 7. As Formas de apropriação dos grandes Biomas.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

- AB'SÁBER, A. N. 2003. **Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 160 p.
- CARVALHO, C. J. B. & ALMEIDA, E. A. B. 2011. **Biogeografia da América do Sul**. Padrões e processos. São Paulo: Roca, 328p.
- MARTINS, C. 1992. **Biogeografia e ecologia**. São Paulo: Nobel.
- ROMARIZ, D. A. 2008. **Biogeografia** - temas e conceitos. São Paulo: Scortecci.
- TROPPEMAIR, H. 2006. **Biogeografia e meio ambiente**. 7ª ed. Rio Claro: Ed. do autor, 206 p.

Complementar:

- PASSOS, M. M. 1998. **Biogeografia e paisagem**. Programa de Mestrado-Doutorado em Geografia FCT-UNESP/ Campus de Presidente Prudente – SP. Programa de Mestrado em Geografia UEM – Maringá – PR.

RIZZINI, C. T. 1976/1979. **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. 2 volumes. São Paulo: HUCITEC, EDUSP.

SALGADO-LABORIAU, M. L. 1994. **História ecológica da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda. 307 p.

SCHÄFER, A. 1985. **Fundamentos de ecologia e biogeografia das águas continentais**. Porto Alegre, Ed. da UFRS.

WALTER, H. 1986. **Vegetação e zonas climáticas**. Tratado de ecologia global. São Paulo: EPU, 325p.

GEOGRAFIA DO PARÁ: 60 H

EMENTA: 1. O processo de formação e fragmentação territorial do espaço paraense: Territorialização e desterritorialização; 2. A Geografia da borracha e das frentes pioneiras no território paraense; 3. Reorganização e modernização do espaço paraense: estratégias de ocupação e integração; 4. A problemática ambiental no espaço paraense: o papel do Estado e da sociedade local; 5. Diferenças espaciais, identidades territoriais e emancipação; 6. O município no Pará; 7. Gestão, regiões e recortes territoriais no espaço paraense. As propostas de regionalização do Território. 8. Redes Urbanas e Metropolização. 9. A Dinâmica Populacional. As populações tradicionais: formas de organização socioespacial e novas territorialidades.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BECKER, B. K; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica**. Questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB; Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 219 p.

MACHADO, L. O. Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912). Barcelona: Depto. de geografia Humana, 2002. 512p. (**Tesede Doutorado**).

TAVARES, M. G. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p. 59-83.

Complementar:

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: SPEVEA, 1955.

LOPES, L. O. do C. Conflito socioambiental e (re)organização territorial: Mineradora ALCOA e comunidades ribeirinhas do projeto Agroextrativista juruti velho, município de juruti-pará- Amazônia-Brasil. Porto alegre: UFRGS 2012, 269p f. (**tese de doutorado**).

EMMI, M. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA.

DUTRA, M. **O Pará dividido**: discurso e construção do Estado do Tapajós. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

MIRANDA NETO, M. J. de. **Marajó**: desafio da Amazônia. 2ed. Belém: Cejup, 2000. 190p.

ROCHA, G. de M. **Reflexões sobre a região e a redivisão Territorial da Amazônia: o caso do Sudeste Paraense**. Belém: FIPAM VII, 2002.

_____. A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político territorial na área de Tucuruí-PA. São Paulo: USP, 1999. (**Tese de Doutorado**)

TRINDADE JR. Saint-Clair C. da. **Cidades na floresta**: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista ieb* n50 2010. set./mar. p. 13-13

ROCHA, G. M. & TRINDADE JR, Saint-Clair da. (Org.). **Cidade e Empresa na Amazônia**: gestão territorial e desenvolvimento local. Belém: Paka Tatu, 2002.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II: 60 H

EMENTA: A disciplina destina-se à inserção do educando no processo de produção científica. Nela deve ser realizado um trabalho de pesquisa orientado onde será analisado e revisado o pré-projeto de pesquisa

apresentado pelo aluno e efetivadas as etapas de aprofundamento do referencial teórico, de pesquisa de campo (coleta de dados) e elaboração de relatórios parciais, culminando com a apresentação da monografia e sua defesa pública.

BIBLIOGRAFIA

A Bibliografia será selecionada pelo discente juntamente com sua orientadora ou orientador de acordo com a temática desenvolvida no TCC.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

A FORMAÇÃO DO SABER AMBIENTAL: 60H

EMENTA: 1. A reapropriação Social da Natureza; 2. Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes; 3. Política de Civilização e Problema Mundial: da necessidade de um pensamento complexo; 4. A política Ambiental na Amazônia Brasileira: lições da história recente.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Ed. Contexto (2001).

_____. *A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios: uma perspectiva latino-americana*. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Procesosambientales/Ecologia/01.pdf>>.

LAYRARGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LEFF, E. *Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes*. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>>. e <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/9515/6720>>.

MARTINEZ-ALIER, J. *Ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, cap. 2, 2007.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. Disponível em: <http://www.institutocarakura.org.br/arquivosSGC/DOWN_085123MorinDaNecessidadedeumpensamentocomplexo.pdf>. e <<http://edgarmorin.sescsp.org.br/textos/da-necessidade-de-um-pensamento-complexo/>>.

Complementar:

BRASIL. PNMA. **LEI N. 6.938**, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Disponível em: <<http://www.progere.ufc.br/wp-content/uploads/2015/08/Lei-6.938-de-31-de-agosto-de-1981-Pol%C3%ADtica-Nacional-do-Meio-Ambiente.pdf>>.

_____. PNEA. **LEI N. 9.795**, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>.

FEARNESIDE, P. M. Environmental policy in Brazilian Amazonia: Lessons from recent history. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 19, n. 1, jun. 2016. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1379>>. doi: <<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i1.1379>>. (TRADUÇÃO-PDF)

GONÇALVES, C. W. P. *A ecologia política na américa latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>>.

_____. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente:** pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>>.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura.** A Territorialização da Racionalidade Ambiental. (resenha) Disponível em: <<http://www.sustentabilidades.usach.cl/sites/sustentable/files/paginas/10.pdf>>.

A GEOGRAFIA DOS QUILOMBOS: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E CULTURA: 60H

EMENTA: 1. A abordagem cultural. 2. Território/territorialização/territorialidades étnicas. 3. Corpos negros e manifestações culturais: conceitos de raça e etnia. 4. Povos tradicionais em movimentos. 5. A questão quilombola no Brasil (caminhos e entraves das políticas públicas de demarcação). 6. Saberes, fazeres das geografias dos quilombos. 7. Desafios da educação quilombola. Lei 10.639/2003.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ANJOS, R. S. A. **Quilombolas:** tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.
O'DWYER, E. C. Territórios Negros na Amazônia: Práticas Culturais, Espaço Memorial e Representações Cosmológicas. In: WOORTMANN, E. F. (Org.) **Significados da Terra.** Brasília: Ed. UNB, 2004.
RATT'S, A. **Eu sou Atlântica.** Imprensa Oficial: São Paulo, 2006.
RODRIGUES, M. F. F.; MARQUES, A. C. N. A geografia dos povos tradicionais: marcos legais e construções sociais. 1 ed. JOÃO PESSOA: UFPB, 2018, v.1, p. 1-20. ISBN: 9788523713027.

Complementar

ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE.** Ano.2, nº2, Fortaleza, 2005.
FANON, F. **Pele Negras, Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.
HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.
MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
RATTS, A. Parentes, conhecidos e estranhos: Relações interétnicas e quilombos. IN: SILVA, S. P. S. SANTOS, M. P. et. al. (Orgs.) **Afroceará Quilombola** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

DIREITO AGRÁRIO: 60H

EMENTA: 1. Situação agrária brasileira. 2. Teoria geral do direito agrário. 3. Reforma agrária. 4. Institutos básicos do direito agrário brasileiro. 5. Imóvel rural. 6. Contratos agrários. 7. Posse agrária. 8. Política agrícola. 9. Crédito rural. 10. Zoneamento e cadastro. 11. Colonização. 12. Tributação da terra. 14. Água, florestas, caça e pesca. Proteção ao meio ambiente.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

ARAÚJO, L. E. B. de. **O Acesso à Terra no Estado Democrático de Direito.** Frederico Westphalen: Ed. da URI, 1998.
BORGES, P. T. **Institutos básicos do direito agrário.** São Paulo: Editora Saraiva, 1998.
CASTRO, S. P. *ettalli.* **A colonização oficial em Mato Grosso:** a nata e a borra da sociedade. Cuiabá:EDUFMT/NERU, 2002.

Complementar

CHEVITARESE, A. L. **O campesinato na História.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002
FERREIRA, Pinto. **Curso de direito agrário.** 5. ed. Ver. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2002.

GALEANO, E. **As veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

GUIMARÃES NETO, R. B. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: Editora UNICEN, 2002.

MIRANDA, G. de. **Direito Agrário e Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

OLIVEIRA, C. E. de. **Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra**.

Tangará da Serra: Gráfica e Editora Sanches Ltda, 2004.

PRADO JR, C. **A questão agrária**. São Paulo: ed. Brasiliense, 2000.

ESPAÇO E TERRITÓRIO NO MUNDO GLOBALIZADO: 60 H

EMENTA: 1. A organização do espaço mundial em espaços regionais: constituição histórico-espacial; 2. A regionalização do espaço mundial e a Divisão Internacional do Trabalho; 3. A reconfiguração do espaço mundial: dinâmicas contemporâneas; 4. Definições atuais para região e o espaço mundial: Meio Técnico-científico-Informacional e a organização da sociedade em redes.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999 (p. 19-101).

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HAESBAERT, R. (org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

Complementar:

HAERSBERT, R. **Blocos Internacionais de Poder**. São Paulo: Contexto, 1991.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço** – São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, E. J. **ERA dos Extremos: o breve século XX 1914-1991** – São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do Saber Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MASSEY, D. **Pelo Espaço uma Nova Política da Espacialidade**: Tradução de Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo** (Globalização e meio técnico-científico-informacional). São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTIAGO, T. (org.). **Do Feudalismo ao Capitalismo** (uma discussão histórica). 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: 60H

EMENTA: 1. Fundamentos teórico-metodológicos na formação do professor de Geografia. 2. Conhecimentos necessários ao exercício da profissão docente. 3. A pesquisa como proposta didática na formação do professor

de Geografia.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. **Cadernos Cenpec**. São Paulo. v.4. n.2. p.196-229, dez. 2014.

PIMENTA, S. G. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, Marcelo Garrido. Conhecer e Aprender o Espaço: considerações prévias a um processo de intervenção pedagógica. In: CAVALCANTI, L. S. (org.). **Temas da Geografia na Escola Básica**. Campinas: Papirus, 2013.

MIZUKAMI, M. da G. N. (Org.). **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EDUEFCAR, 2010.

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia: o professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

CASTROGIOVANNI, A. C. **O Ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação. 2014.

CAVALCANTI, L. S. **O ensino da Geografia na escola**. Campinas-SP: Editora Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Complementar:

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, L. M. & DUARTE, N. (orgs.). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CORDEIRO DA SILVA, K. C. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora. **Rev. Ciências Humanas** Frederico Westphalen, RS v. 18 n.2 [31] set./dez. 2017.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social. **PERSPEC. DIAL.: REV. EDUC. SOC.**, Naviraí, v.01, n.01, p. 34-42, jan-jun. 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/territorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. (cap. 1)

CAVALCANTI, L. S. (org.). **Temas da Geografia na Escola Básica**. Campinas: Papirus, 2013.

DEMO, P. O Desafio de Educar pela Pesquisa na Educação Básica. In: DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

CASTELLAR, S.M.V. & MUNHOZ, G.B. (orgs.). **Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos**. São Paulo: Xamã, 2012.

GEOGRAFIA DA INDÚSTRIA: 60 H

EMENTA: 1. Definição do campo de estudo da geografia da indústria. 2. Relação entre a organização espacial, trabalho e indústria. 3. Fatores de localização das atividades industriais: Teoria de localização e orçamentos comparados. 4. Análise do sistema industrial. 5. A indústria e o planejamento urbano. 6. O comércio e as atividades complementares da produção industrial. 7. Os fixos e os fluxos e sua relação com a indústria. 8. Análise da nova geografia da indústria e as mudanças nas relações de trabalho a partir dos paradigmas produtivos em vigor. 9. Desconcentração industrial e suas implicações na organização espacial. 10. As novas tecnologias de produção e a sua relação com as atividades industriais.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

A dialética do trabalho / Ricardo Antunes (org.) – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DECCA, E. de. **O nascimento das fábricas**. – 10 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1998.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** / E. P. Thompson; tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEORGE, P. **Geografia industrial do mundo**; tradução de Cecília Assunção; revista e atualizada por Ronaldo da Silva, de acordo com a 8ª edição francesa de 1971. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, S. **Expansão e Origens da Indústria no Brasil**. Oitava edição. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 2001.

Complementar:

AZZONI, C. R. **Onde Produzir?** Aplicação da Teoria da localização no Brasil. São Paulo: IPE-USP, 1985.

BECKOUSECHE, P. **Indústria um só mundo**. São Paulo: Ática, 1998 (Geografia Hoje)

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1997 (Repensando a Geografia).

GEIGER, P. P. A industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação da Geografia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t. 2, 1-150, 1988.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**; tradução de Waltensir Dutra. – 21.ed. rev. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo, 1985.

MELLO, J. M C. de. **O capital tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. – 8.ed. – São Paulo: Brasiliense, 1991.

MOREIRA, R. **Modelo industrial e o meio ambiente no espaço brasileiro**. In: Geographia – ano V – nº 9 – 2003.

O avesso do trabalho / Ricardo Antunes e Maria Aparecida Moraes e Silva (orgs). – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RODRIGUES, M. L. E. *Produção do Espaço e Expansão Industrial*. São Paulo: Loyola, 1983.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. **Camponeses e Agroindústria** - Transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SPÓSITO, E.S. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. / Eliseu Silvério Spósito, Leandro Bruno Santos. – 1.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2012.

GEOGRAFIA DAS LUTAS SOCIAIS: 60H

EMENTA: 1. A importância do espaço para a compreensão das lutas sociais 2. Território, lugar, práticas espaciais, escalas de análise e a leitura geográfica das lutas sociais 3. Ações coletivas, ativismos sociais e movimentos sociais 4. A produção nas ciências humanas em geral, e na Geografia em particular, sobre lutas sociais 5. Geografia histórica das lutas sociais 6. A luta pela terra, a luta pelo direito à cidade e a luta pelo

direito ao planeta 7. Movimentos sociais na Amazônia 8. A inserção dos geógrafos nas lutas sociais 9. Horizontes de ensino e pesquisa em Geografia das Lutas Sociais.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

BARTHOLL, Timo. **Por uma geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 1986

Complementar:

ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, João Marcio Mendes. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). In: **Tempos Históricos**. V. 18. 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: **As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (1990).

_____. A democracia como procedimento e como regime. In: **As encruzilhadas do labirinto IV – A ascensão da insignificância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (1996).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRANDI, Matheus da Silveira. Espacialidade cotidiana e processos de negociação no movimento dos sem-teto carioca: Reflexões sobre um caso da variante por coletivo. In: **Revista Território Autônomo**. nº1. 2012

GRUPO DE ESTUDOS URBANOS. **Revista CIDADES**: O pensamento e a práxis libertários e a cidade. Número temático. V. 9, nº 15. Presidente Prudente: GEU, 2012.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios de trânsito**: Dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e "gaúchos" à produção de multi/transteritorialidades na fronteira. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo democrático**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2016

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. In: **Revista da USP**, v. 64. São Paulo: USP, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Amazônia**: Encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

REDE RECLUS-KROPOTKIN DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS. **Revista Território Autônomo**. Nº 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: ReKro, 2012, 2013 e 2016. Disponível em <https://rekro.webnode.com.br/revista-territorio-autonomo/>

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia histórica e ativismos sociais. In: **GeoTextos**, v. 11 nº 1. 2015.

_____. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. V. 43, nº 1. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e Geografia**: Sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a agora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Autogestão, "autoplanejamento", autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. In: **Revista CIDADES** v. 9, nº 15. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2012.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência**: Cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

GEOGRAFIA E PENSAMENTO DESCOLONIAL: 60H

EMENTA: 1. Colonialidade, sujeição e desenvolvimento: narrativas e práticas políticas. 2. Pós-colonialismo e o pós-desenvolvimento. 3. Processos históricos e sociais sobre o campo do desenvolvimento. 4. Concepção da descolonização epistemológica. 5. A colonialidade do saber, do ser e do poder. 6. Invenção do Terceiro Mundo. 7. A Geografia e os estudos descoloniais.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

ALBUQUERQUE, G. NENEVÉ, M e SAMPAIO, S. Literaturas e Amazônias: Colonização e descolonização. RIO BRANCO: UFAC 2015.

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do (org.). **Multiculturalismo na Amazonia**. Curitiba: CRV, 2009.

CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2017

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. **Estudos subalternos**: uma introdução. Raído, Dourados, MS, v.4, n. 7, p. 83-92, jan./jun. 2010

NENEVÉ, M. “Teoria do Pós-colonialismo e algumas contribuições para a Educação.” In **Canadart XIII**. Salvador, XIII (jan 2005) (p 131 – 153)

NENEVÉ, M. PANSINI, Flávia. Multiculturalismo e Ensino de Literatura em AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. **Multiculturalismo na Amazonia**. Curitiba: CRV, 2009 (11-21)

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEografia** – Ano VIII -N. 16-2006.

QUIJANO, Anibal. **A Colonialidade do poder**. Acessível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Acessível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Novos Rumos, no. 37, ano 17. Acessível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF

Complementar

LANDER, Edgardo. **Marxismo, eurocentrismo e colonialismo**. Campus Virtual, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. En: A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas. Buenos Aires, Argentina, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. As encruzinhas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina paraense. **Tesede Doutorado**, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. – Niterói: [s.n], 2014, 434f.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades em Ceceña. In: Ana Esther (org.). **A Guerra Infinita** – hegemonia e terror mundial. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/LPP/CLACSO, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: 60H

EMENTA: 1. Epistemologia ambiental; 2. A trajetória histórica do conceito de natureza; 3. Concepções de desenvolvimento; 4. Matrizes discursivas sobre o conceito de meio ambiente; 5. A problemática ambiental no mundo contemporâneo; 6. Tratados internacionais para o meio ambiente e desenvolvimento; 7. Meio ambiente no ordenamento territorial e na legislação ambiental brasileira; 8. Urbanização: custos ambientais e justiça ambiental; 9. A Amazônia na problemática ambiental do mundo contemporâneo; 10. As estratégias de desenvolvimento implementadas na Amazônia e o meio ambiente.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas - 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BECKER, B. K. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio – 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COELHO, M. C. N, SIMONIAM, L. e FENL, N. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia:** gestão de Recursos Naturais, Vol. 2. Belém: Cejup, 2000.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (org.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens – 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental:** da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LITTLE, P. E. (org.). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências.** São Paulo: IIEB, 2003.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, F. W. (Org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2017

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os descaminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

ROCHA, Gilberto de M; NASCIMENTO Durbens M; SILVA, Alberto T; FENZL, Norbert; CONDURÚ Marise T. **Governança, integração e meio ambiente na Amazônia.** Belém, NUMA/UFPA, 2007.

Complementar

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, C. W. B. de. *et. al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA, L. Q. **Riscos ambientais e vulnerabilidade nas cidades brasileiras:** conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LEI Nº 10.257. **Estatuto da Cidade**, de 10 de julho de 2001: Diário oficial da união, Seção I (Atos do Poder Legislativo). Edição nº 133 de 11/07/2001.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Anais da Oficina sobre Política Nacional de Ordenamento Territorial**, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003. Brasília: MIN/SPDR, 2005.

- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.
- LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19ª edição. São Paulo: Papirus, 2012.
- LEFF, E. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.
- LEIS, H. R. (Org.) **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: FASE/ Editora Vozes Ltda/ AIRI/PUC/RIO, 1991.
- MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
- PORTO-GONÇALVES. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Geografia e Sociedade; v. 1).
- RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. 4ª edição. Reimpressão. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2016.
- ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). **Gestão Ambiental: desafios e experiências municipais no Estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007.
- SANTOS, M. (et. all.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** - 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SILVA, L. R. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1992.
- SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- VEYRET, I. (organizadora). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente** - 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.
- VIOLA, Eduardo. **O Movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável**. **XV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, 1991.
- VITTE, A. C. **Contribuições à história e a epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SENSORIAMENTO REMOTO: 60 H

EMENTA: 1. Introdução ao Sensoriamento Remoto: princípios físicos; 2. Princípios de fotogrametria e fotointerpretação – procedimentos de análise, estereoscopia, aplicações na geografia e em outras áreas. Ortofotos e análise digital; 3. REM (Radiação Eletromagnética), energia, estrutura da matéria, interação energia-matéria Espectro eletromagnético, bandas e regiões espectrais; 4. Sensores fotográficos. Plataformas embarcadas ou aerotransportadas. Principais sensores em atividade (Landsat, Spot, Envisat, Ikonos, Cbers e outros). Imagens orbitais e aéreas, características principais. Análise Visual de Imagens. 5. Classificação dos sensores quanto à fonte de energia e ao tipo de produto. Comportamento espectral de alvos; água, solo, vegetação, minerais, outras estruturas; 7. RADAR. Conceitos, características, imageadores e não imageadores, tipos de RADAR, aplicações e tendências; 8. Aplicações de Sensoriamento Remoto. Seleção e aquisição de produtos de Sensoriamento Remoto. 9. Processamento digital de imagens. Interpretação visual. Classificação digital. Fundamentos da Análise Digital de Imagens.

BIBLIOGRAFIAS

Básica:

FLORENZANO, T. G. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 97p.

- GARCIA, G. J. **Sensoriamento remoto**: princípios e interpretação de imagens. Editora Nobel: São Paulo, 1982.
- NOVO, E. M. L. de Moraes. **Sensoriamento Remoto**: Princípios e Aplicações. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2002.
- ROSA, R. **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 1992. 109 p.

Complementar:

- BLASCHKE, T. & KUX, H. **Sensoriamento remoto e SIG avançados**: novos sistemas sensores: métodos inovadores. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
- CENTENO, J. A. S. **Sensoriamento Remoto e Processamento de Imagens Digitais**. Curitiba: Ed. Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas - UFPR, 2004.
- DIAS, N.W.; Batista, G.; NOVO, E.M.M.; MAUSEL, P.W.; KRUG, T. Sensoriamento remoto: Aplicações para a Preservação, Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. **CD-ROM** educacional. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2003.
- MARCHETTI, D.A.B.; GARCIA, G.J. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo, Ed. Nobel, 1977.
- MOREIRA, M. A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. 3. ed. atual. eampl. Viçosa, MG: UFV, 2005. 320 p.
- TEIXEIRA, A L. A.; CHRISTOFOLETTI, A. **Sistemas de Informação Geográfica**. Dicionário Ilustrado. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Livros on-line:

- CÂMARA, G. etall. **Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica**. Curitiba: Sagres, 1997. Livro on-line: Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/livros/anatomia.pdf>>.
- CÂMARA, G. & DIAS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE: 2001. Livro on-line: Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>>. / <www.ltid.inpe.br/dsr/mauricio/livro.html>.

SISTEMAS AMBIENTAIS AMAZÔNICOS: 60H

EMENTA: 1. Fundamento da teoria geral dos sistemas; 2. Conceituação do sistema ambiental; 3. Paleoclima e Paleoecologia da Amazônia brasileira; 4. Os rios amazônicos: caracterização e dinâmicas; 5. Geomorfologia da bacia sedimentar amazônica; 5. Os tipos de vegetação da Amazônia. 6. As paisagens amazônicas na perspectiva da análise sistêmica: Igapós, Várzeas, Manguezais, Floresta de terra-firme, Restingas. 7. Políticas para a proteção ambiental da Amazônia: desafios, avanços e retrocessos.

BIBLIOGRAFIAS

Básica

- AB' SÁBER, A. N. **Amazônia**: do Discurso à Práxis. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- AYRES, J. M. **As matas de várzea do Mamirauá**. 3. ed. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2006. 123 p.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Blucher, 1999. 236 p.

Complementar

- AB' SÁBER, A. N. Amazônia Brasileira: Um Macrodomínio. In:_____. **Os domínios de natureza do Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- GOULDING, M. **História natural dos rios da amazônicos.** Brasília: Sociedade Civil Mamirauá/CNPQ/Rainforest Alliance, 1997. 208 p.
- CHRISTOPHERSON, R. W. **Geossistemas:** uma introdução à Geografia Física. 7ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 728 p.
- MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia.** São Paulo: Annablume Editora, 2006, 410 p.
- SIOLI, H. **Amazônia:** fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1991.

8.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares são integrantes da formação do discente de Geografia, fazendo parte do processo de articulação entre teoria e prática vivenciadas pelo aluno ao longo do percurso de sua formação. Esta articulação deve se processar no âmbito do currículo como integrantes das atividades acadêmicas previstas nesta instituição de ensino superior para que o discente possa integralizar o curso reunindo as competências e habilidades necessárias para atuar no campo de atuação da ciência geográfica.

Ressalta-se que a Universidade, a partir da subunidade (o curso), unidade acadêmica e áreas afins, promove colóquios, seminários, jornadas acadêmicas, entre outros eventos. Há uma agenda de eventos acadêmicos e culturais no decorrer do semestre letivo, que possibilita a participação e a complementação da carga horária exigida.

Neste processo de formação de licenciados em Geografia serão consideradas Atividades de Formação Complementar àquelas acadêmico-científicas que objetivam oferecer ao discente a oportunidade de vivenciar academicamente diversas atividades que venham contribuir para o seu aprimoramento profissional, compostas por atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, de várias modalidades, sendo reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelo Colegiado do Curso de Geografia.

Essas atividades poderão se efetivar pela participação do discente em Seminários, Congressos, Exposições, Estudos de Caso, Ações de Caráter Científico, Técnico, Cultural e Comunitário, Produções Coletivas, Monitorias, Ensino Dirigido, Aprendizado de Novas Tecnologias de Ensino, Projetos de Iniciação Científica, Projetos de Pesquisas, disciplinas optativas ofertadas ao longo do processo de formação dos discentes, Cursos e Minicursos, Semanas Acadêmicas, Produções Científicas, e outras ações correlatas à sua área de estudo, desde que seja comprovada uma carga horária mínima de 4 (quatro) horas, para cada uma delas, as quais deverão integralizar o mínimo de 100 (cem) horas.

No caso de disciplinas optativas, será aceita no máximo 01 (uma), contabilizando uma carga horária máxima de 75 (setenta e cinco) horas que podem ser cursadas a partir das optativas ofertadas pelo curso de Geografia ou por outro curso da instituição, desde que haja interesse do discente pela optativa ofertada. Ainda, trabalhos científicos na forma de artigo, *paper*, resenha ou resumos expandidos, devidamente publicados em livros, anais de eventos acadêmicos e/ou revistas científicas indexadas.

Embora as possíveis escolhas sejam variadas, não será permitido que o estudante cumpra as 205 horas obrigatórias de Atividades Complementares com o desenvolvimento de uma única atividade. Esse dispositivo é garantido com o estabelecimento de carga horária limite para algumas atividades a serem aproveitadas na integralização deste Núcleo de Formação. A limitação, contudo, é suficientemente flexível para possibilitar ao aluno o direcionamento das atividades complementares para o caminho que lhe parecer mais promissor.

Dentro dessa carga horária, portanto, o aluno deverá realizar, obrigatoriamente, diferentes atividades nas seguintes modalidades:

Quadro 07 – Atividades complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Carga Horária Máxima (em horas)
Atividades de ensino, pesquisa e Representação estudantil	
Representação estudantil (participação em Centro Acadêmico, Diretório Estudantil, Conselho).	50 (25 horas/semestre)
Atividades de pesquisa com e/ou sem bolsa	50 (25 horas/semestre)
Capacitação, aperfeiçoamento e qualificação no campo da educação, alfabetização e EJA.	50h
Participação em grupos de estudo pesquisa	50 (25 horas/semestre)
Disciplinas optativas cursadas (com aprovação)	60
Atividades de caráter científico e de divulgação científica	
Participação, como ouvinte, em minicursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, simpósios, seminários, palestras e outros similares.	50h
Apresentação de comunicações ou pôsteres em eventos científicos.	
Publicação de resumos e trabalhos completos em anais de eventos científicos.	50 (10 horas/publicação)
Publicação de artigos em periódicos científicos com ISSN e conselho editorial e/ou periódicos de caráter não acadêmico (jornais, revistas, etc.).	50 (25 horas/publicação)
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de material informacional (divulgação científica) ou didático (livros, CD-ROM's, vídeos, exposições e outros).	60 (20 horas/material)

Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, guias ou catálogos de acervos de memória e/ou exposições.	60 (20 horas/material)
Organização ou participação na organização de eventos científicos.	60
Atividades de caráter artístico e cultural	
Produção ou participação na produção de objetos artísticos, como vídeos, artes plásticas, literaturas, músicas e outros (sujeitos à aprovação do Colegiado)	60 (20 horas/produção)
Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados a manifestações artísticas e culturais.	60
Atividades de caráter técnico	
Visitas técnicas a museus, arquivos, centros de documentação e outras instituições voltadas à memória histórica, cultural ou artística.	60
Traduções de artigos, produção de resenhas, editoração, diagramação e revisão técnica de material publicado em periódicos acadêmicos com ISSN e política seletiva.	60 (20 horas/material)
Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados ao aprendizado de técnicas úteis à profissão do professor de geografia e/ou Geógrafo.	60
Pesquisas de campo, relacionadas a projetos de pesquisa, extensão ou complementares às atividades de ensino que não sejam obrigatórias (sujeito à aprovação do Colegiado).	60

Em casos omissos, o NDE do curso se reunirá e emitirá um parecer sobre a particularidade em questão.

A normatização das Atividades Complementares no âmbito da Ufopa encontra-se em seu Regimento de Graduação (Resolução N° 331, de 28 de setembro de 2020) e no âmbito do curso de Geografia estão regulamentadas por meio da Instrução Normativa n° 02 de 18 de novembro de 2019.

8.5 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As atividades de extensão integram a formação do discente de Geografia, promovendo a integração Universidade-comunidade, por meio da presença ativa do discentes desenvolvendo atividades do interesse da comunidade interna e externa ao ambiente acadêmico.

Ressalta-se que a Universidade, a partir do curso, unidade acadêmica e áreas afins, dispõe de programas e projetos de monitoria, tutoria, estágios extracurriculares que incentivam e estimulam os discentes a desenvolver atividades de extensão. Além dos programas e projetos institucionais, os discentes ainda têm a possibilidade de desenvolver atividades de extensão no âmbito dos grupos e núcleos e projetos de extensão liderados por docentes do curso de geografia da Ufopa. De acordo com o artigo 3º da resolução 401/2023-CONSEPE:

A Extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo em um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a integração transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade por meio da produção e aplicação do conhecimento em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Neste processo de formação de licenciados em Geografia serão consideradas Atividades de Extensão àquelas que apresentem caráter interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico e nas quais os discentes sejam os protagonistas do processo que promova a integração entre a Universidade e os outros setores da sociedade. As atividades de extensão desenvolvidas pelos discentes devem contribuir para o seu aprimoramento profissional, sendo reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelo Colegiado do Curso de Geografia.

Os licenciandos do curso de geografia deverão cumprir as 180 horas dedicadas as atividades de extensão por meio do seu vínculo e participação ativa em ações, projetos e programas de extensão que estejam vinculados ou não ao curso de geografia, e que sejam coordenados ou que tenham a colaboração ou não dos docentes do curso de geografia, considerando o caráter interdisciplinar e as temáticas a serem desenvolvidas. Vejamos o que recomenda a Resolução 401/2023-Consepe Ufopa quanto às áreas temáticas prioritários:

Art. 5º A Ufopa deverá priorizar ações de extensão nas áreas de Comunicação, Cultura, Direitos humanos e Justiça, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho, voltadas para linhas de atuação de grande pertinência social, definidas na Política Nacional de Extensão, tais como:

- I - ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação em todos os níveis;
- II - ampliação do acesso ao saber e desenvolvimento tecnológico e social do país;
- III - atendimento de necessidades sociais, tais como habitação, produção de alimentos, formação para o trabalho, geração de emprego e redistribuição de renda;
- IV - melhoria da saúde e da qualidade de vida da população;
- V - promoção do desenvolvimento cultural e da produção e preservação cultural e artística;
- VI - educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Portanto, a comprovação do cumprimento da carga horária das atividades de extensão pelos licenciandos do curso de geografia se dará por meio da apresentação de certificados de participação em atividades de extensão cadastradas no módulo extensão do Sigaa, como protagonista do processo e não como participação na condição de ouvinte, conforme orienta o artigo 6º, 8º da Resolução 401/2023-Consepe/Ufopa:

Art. 6º Será considerada para fins de creditação a participação dos discentes em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, devidamente registrados e vigentes na Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce), sendo desenvolvidos sob a coordenação de um docente ou técnico-administrativo em educação que tenha formação de nível superior, conforme as normas estabelecidas pela Resolução Consepe nº 254/2018.

§ 1º Para fins de creditação, todas as ações de extensão nas modalidades curso, evento e prestação de serviços deverão estar vinculadas a Programas e Projetos de Extensão devidamente cadastrados e vigentes na Procce.

§ 2º Conforme disposto na Resolução Consepe nº 254/2018, não será necessária a aprovação pelas instâncias deliberativas competentes no que tange ao cadastro e ao relatório de cursos, eventos e prestações de serviços vinculados a Programas e Projetos de Extensão cadastrados e vigentes.

§ 3º Para fins desta Resolução, as ações de extensão coordenadas por técnico-administrativos da Ufopa deverão ter na sua equipe docentes responsáveis pela orientação dos estudantes.

O artigo 8º da referida resolução especifica a condição de participação do discente nas atividades de extensão cadastradas na Procce que será considerada para fins de creditação:

Art. 8º Para fins de creditação, será considerada a participação ativa do estudante nas ações de extensão da seguinte forma:

I - Programas e Projetos de Extensão: como bolsista ou voluntário;

II - Cursos, Minicursos e Oficinas de Extensão: como facilitador, ministrante, mediador ou membro da comissão organizadora;

III - Eventos de Extensão: como facilitador, ministrante, mediador, palestrante, integrante de mesa redonda ou membro da comissão organizadora;

IV - Prestação de Serviços: como prestador do serviço ou membro da comissão organizadora.

Parágrafo único. Os discentes matriculados em componentes curriculares do tipo Práticas Integradoras de Extensão desempenharão as funções acima elencadas, mas deverão ser cadastrados na equipe executora da ação de extensão no módulo de extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) com a função “Discente em Prática Integradora de Extensão”.

Por fim, é importante lembrar que outras formas de participação em atividades de extensão, mesmo que cadastradas na Procce, só poderão ser aproveitadas para cumprimento da carga horária das atividades complementares, conforme aponta o artigo 9º da Resolução 401/2023-Consepe-Ufopa:

Art. 9º A carga horária relativa à participação dos discentes como ouvintes ou público-alvo de ações de extensão não poderá ser creditada como extensão, podendo ser contabilizada no componente curricular “atividades complementares”, de acordo com as normativas de cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Em casos omissos, o NDE do curso se reunirá e emitirá um parecer sobre a particularidade em questão.

A normatização das Atividades de extensão no âmbito da Ufopa encontra-se na Resolução Nº 401, de 07 de março de 2023 e em seu Regimento de Graduação (Resolução Nº 331, de 28 de setembro de 2020).

8.6 TEMPO COMUNIDADE

O tempo comunidade será dividido em 8 (oito) módulos a ser desenvolvido na comunidade com uma carga horária total de 1.055 horas. Essa modalidade pedagógica objetiva promover uma vivência nas comunidades do campo, uma aprendizagem significativa de cunho individual e coletiva e tendo em vista uma melhor articulação entre os conhecimentos/saberes científicos com os conhecimentos/saberes populares das áreas de assentamentos rurais, sob a responsabilidade da coordenação pedagógica.

Assim sendo, a proposta do curso tem a preocupação de estabelecer diálogos pedagógicos entre tempo universidade e tempo comunidade e proporciona espaços de formação para estudantes assentados, caracterizado como a Pedagogia da Alternância.

- ✓ Selecionar e criar novos polos de desenvolvimento do curso, consistindo em espaços da culminância dos discentes.

- ✓ Estabelecer parcerias com as lideranças dos movimentos sociais, fazendo com que estes participem ativamente da construção de uma proposta pedagógica do curso e apontem as reais demandas;

- ✓ Contribuir com as estratégias e práticas de resistências camponesas para a permanência na terra e no território nas áreas de assentamentos;
- ✓ Atender aos indivíduos, famílias e a comunidade, garantindo assim a integração entre o trabalho em grupo e estimula a interação social;

8.6.1 Análise Situacional

Essa proposta pedagógica corresponde a uma atividade prática e apresenta uma abordagem interdisciplinar, envolvendo diferentes profissionais do curso que ministrarão o componente curricular no semestre sejam ele referente da área física ou humana. Em todos os semestres será reservada parte da carga horária dos componentes curriculares para o Tempo Comunidade. Terá a duração ao longo de todo o curso e deverá ser feita a escolha de uma temática que será o ponto em comum no processo de culminância, em que os estudantes retornam a comunidade e realizam junto as famílias e as lideranças nas comunidades um planejamento participativo para uma possível intervenção, com a participação direta das lideranças dos movimentos e a comunidade em geral.

8.6.2 Análise Estratégica

Realizará uma análise e a problematização da realidade local, promovendo discussões e debates no qual envolve a comunidade e as lideranças comunitárias que estão à frente do movimento para participarem e exporem suas demandas e anseios enfrentados na sua comunidade e que estes participem da construção de uma proposta educacional para as Escolas do Campo. O propósito deste módulo é propiciar aos estudantes a concretização de projetos de intervenção desenvolvidos em conjunto com a comunidade. E por fim, possam fazer escolhas das ferramentas de avaliação apropriadas de acordo com cada realidade.

Durante a execução dessa ação prática na comunidade será pensada estratégias de planejamento, acompanhamento pedagógico e articulações que envolvem os grupos no desenvolvimento do tempo comunidade. Assim, serão ofertadas palestras, oficinas, seminários, rodas de conversas, trabalhos de campos e cursos formativos objetivando a promoção de uma reflexão profunda acerca do tema escolhido.

8.6.3 Intervenção na comunidade

Nas atividades formativas e nos estágios supervisionados além do suporte do profissional pedagógico fazendo a mediação e o acompanhamento no processo

educacional deverá haver o auxílio dos monitores no tempo comunidade referente às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nas palestras, seminários propostos e cursos ofertados poderá ver também a possibilidade de convidar pessoas externas ou de outras instituições ao curso de graduação do discente, a fim de contribuir com o processo formativo e a sua capacitação.

É o momento de promover a aproximação entre a universidade (tempo universidade) com as comunidades do campo (tempo comunidade), fazendo com que este conheça diretamente as dinâmicas territoriais e agrárias no campo em que vivem e experienciam e auxilie na construção de uma Pedagogia da Alternância. Quanto os critérios estabelecidos para a avaliação do processo ensino e aprendizagem ocorrerá por meio da participação direta e acompanhamento da realidade em que se está desenvolvendo a ação e propondo encaminhamentos para o melhoramento do processo educacional das Escolas do Campo.

8.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

No curso de Licenciatura em Geografia ofertado pela Ufopa o Estágio Curricular Supervisionado (Estágio Docente) é um componente curricular obrigatório e faz parte da articulação entre a teoria e a prática, bem como, a pesquisa básica e aplicada.

Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 destaca que quanto aos Estágios Docente deve haver “a integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado, além de reconhecer também que “a centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, deve estar em sintonia com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)”.

O Artigo 93, da Resolução de Nº 331, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020, o Regimento de Graduação da Ufopa faz jus ao Estágio Supervisionado, onde considera que estágio, como ato educativo acadêmico supervisionado, é acompanhado por orientador designado pela Universidade e por supervisor indicado pela unidade concedente do campo de estágio, comprovado por vistos nos relatórios de atividades e por menção à aprovação final, enquanto o Artigo 94, da Resolução em destaque dita que a orientação de estágio realizar-se-á por docente com área de formação ou experiência profissional compatível com as atividades desenvolvidas pelo estagiário, previstas no

termo de compromisso. Parágrafo único. A orientação de estágio é atividade de ensino e deve constar dos planos individuais de ensino dos docentes, com carga horária de orientação definida no PPC (expressa neste documento), observado o disposto na legislação em vigor. O Artigo 95, da Resolução em evidência salienta que a orientação de estágio, observadas as diretrizes estabelecidas no PPC, poderá realizar-se mediante: I - acompanhamento direto das atividades desenvolvidas pelo estagiário; II - entrevistas e reuniões, presenciais ou virtuais; III - contatos com o supervisor de estágio; IV - avaliação dos relatórios de atividades. Para o Artigo 96, da Resolução determinada neste parágrafo transcorre que a supervisão do estágio realizar-se-á por funcionário do quadro ativo de pessoal da unidade concedente do campo de estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário para supervisionar até 10 (dez) estagiários.

O estágio obedece ainda às Diretrizes Curriculares Nacionais e as da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Regimento de Graduação, bem como a Instrução Normativa da Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Estágio Docente no curso de Licenciatura em Geografia tem carga horária de 400 horas, distribuídas em sete disciplinas denominadas: Estágio docente I; Estágio Docente II; Estágio Docente III; Estágio docente IV; Estágio docente V; Estágio docente VI; Estágio docente VII;

8.7.1 Estágio curricular supervisionado: relação teoria e prática

As disciplinas de estágios do curso serão planejadas, coordenadas, orientadas, supervisionadas, acompanhadas e avaliadas pelos professores de estágio. Objetivando inserir gradativamente o discente no contato direto com a realidade escolar em situações de observação, monitoria, pré regência (ou microaulas) e regência de classe, facilitando o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos que ao final do(s) estágio(s), deverá apresentar relatórios consubstanciados na sua experiência prática com prazos e padrões estabelecidos pelo docente designado a ministrar esta disciplina de estágio por meio de observação, participação e regência de classe.

8.7.2 Estágio curricular supervisionado: relação com a rede de escolas da educação básica

A realização do estágio docente do curso de Licenciatura em Geografia ocorrerá preferencialmente nas escolas públicas de ensino básico estadual e municipal. Como

também, parcialmente realizado no espaço da unidade acadêmica, com objetivo de elaborar propostas de ensino, construir material didático e promover atividades de pesquisa. Os docentes da área de ensino são, portanto, os coordenadores do estágio, sendo os responsáveis em fazer contato com as unidades de ensino (escolas) e/ou instâncias superiores, quando estas já apresentarem convênios com esta IES e quando não existir o convênio, articular o mesmo, bem como aplicar formas de desenvolvimento do estágio, estando todas as atividades a serem cumpridas pelos discentes durante o estágio, previstas no plano de ensino do docente obedecendo às condições de sua realização, ouvidas as Subunidades e Unidades interessadas e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) desta instituição.

8.7.3 Integração com as redes públicas de ensino

Curso de Licenciatura em Geografia está integrado com as redes públicas de ensino tanto fundamental quanto médio da região oeste do Pará, uma vez que é nas escolas da rede pública que os discentes realizam seus estágios supervisionados. O processo de parcerias inclui os diretores das escolas e os respectivos professores do curso de Geografia, a quem cabe avaliar diretamente o desempenho de cada estagiário. Além disso, a integração entre o curso de Licenciatura em Geografia e escolas da educação básica vem sendo promovida também por meio do PIBID/Geografia. Os graduandos bolsistas desse projeto atuam diretamente em sala de aula sob a orientação de um supervisor, o professor da educação básica responsável pela turma em que os graduandos operam com observações, sugestões de estratégias de ensino e assistência ao supervisor. Além disso, o presente curso tem oportunizado em seus eventos a participação de alunos e professores da rede municipal e estadual de ensino como acontece nas ‘Quintas Geográficas’ (eventos organizados pelas turmas do curso de Geografia).

8.8 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

O modelo curricular do curso de Licenciatura em Geografia da Ufopa procura articular teoria e prática e aproximar os discentes do ambiente escolar desde o início da trajetória acadêmica. Procura-se com esta estrutura superar o modelo técnico e científico que marca a formação docente, o qual consiste na ênfase em disciplinas específicas da geografia ao passo que separa e reduz as reflexões da área pedagógica e da prática docente, problemática relativa ao caso brasileiro, também presente nas discussões internacionais da área da educação. Partindo das contribuições das pesquisas acerca do

ensino de Geografia, a estrutura curricular do curso propõe a reflexão didática e as atividades práticas por todo o currículo.

Desta maneira, além de disciplinas diretamente voltadas para a formação pedagógica geral (Didática, Psicologia da Educação e da Aprendizagem, Libras, Fundamentos históricos e filosóficos da Educação, Educação e relações étnico-raciais, Política e Legislação educacional), e do núcleo de estágios (Estágio docente I, II, III, IV, VVI e VII), os componentes do núcleo específico têm a carga horária dividida em teoria e práticas, as quais são voltadas às atividades de campo específica e para as práticas de ensino.

As práticas de ensino desenvolvidas pelos docentes nas disciplinas do curso têm feito uso de estratégias diversas. Estas estratégias estão pautadas nas contribuições dos métodos ativos, participativos e problematizadores de aprendizagem, que redirecionam as atividades no espaço tradicional da sala de aula, agregando novos ambientes físicos de aprendizagem, como ambientes profissionais e laboratórios, com isso, passam a explorar mais intensamente os ambientes virtuais.

Destaca-se, primeiramente, a constante leitura e a análise de livros didáticos, filmes, peças teatrais, imagens, entre outras linguagens a fim de relacionar o conteúdo das disciplinas à construção de planos de aula e projetos de ensino a serem aplicados nas escolas da educação básica. Essas ações têm como objetivo aproximar o graduando, desde o primeiro período, da diversidade de materiais didáticos disponíveis ao docente, assim como propor aplicações práticas dos conteúdos estudados nas disciplinas. Do mesmo modo, são desenvolvidas estratégias de ensino que procuram explorar os pressupostos das metodologias ativas no intuito de mobilizar o conhecimento dos estudantes a fim de produzir recursos didáticos para a educação básica que se articulem com a realidade educacional do município de Santarém e da região do oeste do Pará. Acrescenta-se a utilização de ambientes de aprendizagem diversificados, com a elaboração de atividades nos centros e institutos culturais e de pesquisa do município, atividades de campo em Santarém e em outras localidades, assim como, aulas práticas nas dependências do Laboratório de Ensino de Geografia da Ufopa, o qual conta com acervo de revistas e de livros didáticos.

8.9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A produção pelo discente de Licenciatura em Geografia do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) obedecerá à normatização vigente na instituição. O Trabalho

de Conclusão de Curso é uma disciplina curricular (TCC II), ofertada no último semestre do curso (oitavo semestre). É uma atividade curricular obrigatória, componente do projeto pedagógico do curso, com o fim de sistematizar o conhecimento de natureza científica, artística ou tecnológica, por meio de estudo de um determinado tema.

O discente deverá produzir o trabalho escrito no modelo de monografia. O TCC será realizado em um dos campos do conhecimento do curso, a partir de proposta do discente, com a concordância do seu orientador. Deve ser elaborado individualmente, salvo casos devidamente justificados e aceitos pelo Colegiado do Curso.

O TCC será defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. A sessão pública será promovida pela coordenação do curso, juntamente com o orientador do trabalho, e realizada durante o período letivo.

A composição da banca examinadora e seu suplente deverá ser proposta pelo orientador, de acordo com a temática do TCC, em acordo com o discente. O Colegiado do Curso poderá credenciar membros externos à subunidade acadêmica, ou mesmo à instituição, caso necessário, para fins de composição de banca. O TCC será orientado preferencialmente por docentes do curso, ou docentes de outras Unidades Acadêmicas da Ufopa, devidamente credenciado pelo Colegiado do Curso e vinculado à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. A critério do Colegiado do Curso, poderá ser aceita a participação de profissional externo à instituição na figura de co-orientador.

A versão final do TCC deverá ser entregue ao sistema de bibliotecas da Ufopa e à coordenação do curso em formato PDF.

A coordenação do curso que deverá realizar a distribuição das orientações aos referidos docentes, além de organizar as datas e local para apresentação da sessão pública e dar outros encaminhamentos necessários.

9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A Geografia, como disciplina escolar, passou por uma série de transformações no que diz respeito aos métodos, conteúdos e finalidades acompanhando as mudanças no cenário educacional brasileiro e na sociedade de maneira geral. O modelo tradicional de ensino vem sendo amplamente criticado desde os anos de 1980, por colocar o aluno como mero receptor e o professor como o detentor do conteúdo, sem levar em consideração as

representações cotidianas que os alunos trazem para a sala de aula e que influenciam no processo de ensino e aprendizagem.

É importante compreender que discutir modelos de ensino de Geografia requer pensar metodologias de ensino também. Assim, acompanhando as renovações teórico-metodológicas da Geografia, ao longo dos últimos anos, tem se discutido, na área da metodologia do ensino de Geografia, a utilização de diferentes fontes e linguagens no estudo dessa disciplina.

Esse processo de ampliação das fontes possibilita que o processo de ensino e aprendizagem da Geografia torne-se algo dinâmico. Nesse contexto o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino de Geografia tem crescido nos últimos anos, pois a sociedade em que os educandos estão inseridos tem experimentado um desenvolvimento tecnológico crescente. O professor torna-se o mediador nessa relação entre os alunos e suas representações, o mundo e o conhecimento.

A Geografia ensinada na educação básica não pode ignorar as mudanças pelas quais passa a sociedade. Deve-se ressaltar que o trabalho pedagógico com as tecnologias da informação e comunicação deve dialogar com os conteúdos e metodologias adotados pelos professores, a fim de ampliar o horizonte de aprendizagem dos alunos. Além disso é importante não fazer um uso tradicional das TIC, mas explorar todas as possibilidades de inovação que essa ferramenta oferece para um ensino problematizador, participativo, atrativo e diferente dos modelos tradicionais.

Assim, é fundamental que na formação inicial e continuada, a utilização das tecnologias da informação e comunicação forneça aos professores subsídios para que possam repensar e aprimorar suas ações em sala de aula.

A Universidade Federal do Oeste do Pará conta com equipamentos como projetores e notebooks para auxílio no aprendizado dos discentes. A comunidade acadêmica possui acesso à rede Wi-Fi em todos os endereços de oferta da Ufopa, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo dos estudantes (rede acadêmica).

Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) o estudante pode gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas matriculadas, rendimento acadêmico, entre outros.

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia tem por pressuposto que a avaliação é uma atividade constituinte da ação educativa. Desta forma a avaliação da aprendizagem é vista enquanto um elo integrador, mediador entre objetivos e conteúdos e sua intencionalidade no processo de socialização.

Assume-se a avaliação enquanto um instrumento que se fará presente de forma permanente ao longo do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se ela própria em instrumento de aprendizagem.

Presente em todas as etapas do processo ensino-aprendizagem, a avaliação deve oferecer aos docentes as bases para as decisões iniciais, em seu caráter de diagnóstico, por outro lado, ela deve servir para retroalimentar o processo, permitindo que seja identificado o desenvolvimento da proposta inicial, assim como, novas necessidades e/ou seu redimensionamento. Os estudantes devem participar destas discussões onde se almeja não só a avaliação da aprendizagem dos mesmos, mas sim, de todo o processo de ensino.

Com o objetivo de propiciar o constante aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem os alunos deverão avaliar no decorrer de cada disciplina os conteúdos, a metodologia de ensino, os recursos didáticos e o referencial bibliográfico utilizados pelo professor, bem como a relação educador-educando.

Finalmente, no currículo de Geografia, a avaliação para além de sua função classificatória, deverá ter uma função formativa, haja vista que o seu objetivo principal deverá ser o de promover o processo de ensino-aprendizagem, assumido conjuntamente pelos professores e pelos estudantes.

A avaliação é parte integrante do processo pedagógico, onde o que se pretende é considerar os diversos saberes envolvidos nos processos reais de aprendizagem.

É entendida como instrumento de análise e reajuste do processo educativo, envolvendo aspectos formativos e informativos, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O acompanhamento dos alunos/as será realizado de forma permanente através de visitas da equipe técnica do projeto às propriedades familiares para dialogar com o estudante, mantendo o espírito do curso e estimulando a participação.

O conjunto de informações obtidas após trabalho de análise e interpretação do instrumento avaliativo, permite compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, técnicos e sociais, identificando possíveis causas de problemas, bem como potencialidades e possibilidades permitindo a reanálise das prioridades estabelecidas no

projeto pedagógico do curso e o engajamento da equipe na construção de novas alternativas e práticas.

A avaliação da aprendizagem deverá ser vista enquanto processo – diagnóstica, formativa e somativa - visando essencialmente à aprendizagem, portanto não terá um fim em si mesma.

Constituindo-se um dos elementos mais importantes para o avanço do curso, o momento da avaliação precisa considerar diferentes dimensões do processo educativo, objetivando ser contínua e o mais coletivo possível.

Assim, o sistema de avaliação do curso deverá ser no âmbito da prática docente, pelo professor de cada disciplina de acordo com a exigência da universidade; pelo processo organizativo do curso através de avaliação de forma coletiva e individual, devendo orientar-se pela vivência dos educandos;

Cada disciplina terá o seu período fechado com uma avaliação das atividades e encaminhamentos para o tempo-comunidade, conduzida pelos professores junto aos educandos, em sintonia com a coordenação pedagógica do curso e com os monitores de acompanhamento dos educandos.

Tendo em vista a organização das atividades curriculares obrigatórias do curso por etapas, se avaliará também os objetivos a serem alcançados em termos de conhecimento adquirido para a atribuição das competências e habilidades do aluno. A avaliação será realizada antes do término de cada etapa do tempo-comunidade, tendo como referência a descrição dos objetivos e metas parciais do curso apresentadas neste projeto pedagógico.

Serão propostos debates de avaliação, em que os atores do processo (educadores e educandos) poderão analisar criticamente as modalidades pedagógicas empregadas, a pertinência do conteúdo ministrado, o atendimento do objetivo da disciplina, os recursos utilizados, entre outros. O objetivo é estimular o diálogo entre alunos e professores de maneira a desenvolver a melhoria do curso como um todo.

Todo este processo visará identificar os limites e as potencialidades das atividades em andamento e será registrado numa espécie de memória do curso para servir de análise em futuras avaliações.

10.1 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Para avaliação do processo de ensino-aprendizagem será observado o estabelecido no Capítulo I, da Resolução 331 de 28/09/2020, com base nos Artigos 141 a 148. O Artigo 141 destaca que as avaliações da aprendizagem devem verificar o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades e versar sobre os objetivos e os conteúdos propostos no componente curricular. Parágrafo único. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados pelo docente, de forma clara para os discentes, e constarão no plano de ensino.

A respeito do Artigo 142, deve haver, para cada componente curricular, pelo menos 3 (três) avaliações obrigatórias e 1 (uma) avaliação substitutiva (de reposição). Parágrafo único. O discente só poderá ter consignada sua presença e ser submetido à verificação de aprendizagem em turma em que esteja regularmente matriculado. Já o Artigo 143, descreve que o tipo de instrumento utilizado pelo docente para avaliação da aprendizagem deve considerar a sistemática de avaliação definida no PPC, de acordo com a natureza do componente curricular e especificidades da turma. Parágrafo único. Pelo menos em um dos procedimentos de avaliação é obrigatória a realização de avaliação individual e de forma presencial.

O Artigo 144 revela que a avaliação em segunda chamada realizar-se-á antes da avaliação substitutiva (de reposição), ao longo do período e à qual o discente não tenha comparecido, e o Artigo 145, dá ênfase que o docente deve apresentar à turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem, conforme o plano de ensino, bem como discutir os resultados obtidos em cada procedimento e instrumento de avaliação com os discentes, esclarecendo as dúvidas relativas às notas, aos conhecimentos, às habilidades, aos objetivos e aos conteúdos avaliados. § 1º A discussão pode ser realizada presencialmente ou utilizando outros mecanismos que permitam a divulgação de expectativas de respostas e os questionamentos por parte dos discentes. § 2º O discente tem direito à vista dos instrumentos de avaliação, podendo o docente solicitar sua devolução, após o fim da discussão.

O Artigo 146, destaca que o rendimento acadêmico nas disciplinas e nos módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal, enquanto o Artigo 147, faz alusão de que o rendimento acadêmico de cada componente curricular é calculado com base nos rendimentos acadêmicos nas avaliações da aprendizagem realizadas, cálculo este definido previamente pelo docente e divulgado no plano de ensino do componente curricular.

O Artigo 148, diz que é obrigatória a divulgação das notas do componente curricular, pelo docente da disciplina, até 3 (três) dias úteis antes da realização do último procedimento avaliativo, ressalvados os limites de datas do Calendário Acadêmico. § 1º A divulgação dos rendimentos acadêmicos deve ser obrigatoriamente feita por meio do SIGAA, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros meios adicionais.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento do processo ensino–aprendizagem mais a frequência do estudante. Será exigida a assiduidade dos alunos nas aulas presenciais para efeito de aprovação, com frequência mínima de (75%) setenta e cinco por cento. A ausência do estudante será justificada quando motivada por situações enquadradas dentro da legislação vigente na Ufopa.

10.2 DA AVALIAÇÃO SUBSTITUTIVA

Com relação à Avaliação Substitutiva, o docente deve observar os Artigos de 159 a 165, da Resolução 331 de 28/09/2020 da Ufopa, que versam: Artigo 159, o discente que não atingir o critério de aprovação na média final (mínimo 6,0) terá direito à realização de uma avaliação substitutiva individual, caso não tenha reprovado por falta.

O Artigo 160 acena que com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, o docente deverá enviar notícia via SIGAA com data, horário e local da avaliação substitutiva, forma e prazo de manifestação de interesse do discente.

O Artigo 161 exige que os discentes que forem realizar prova substitutiva deverão, obrigatoriamente, manifestar interesse, comunicando na forma definida pelo docente responsável. Parágrafo único. O discente que não realizar avaliação substitutiva será considerado reprovado, com rendimento acadêmico final igual à média parcial.

Com relação ao Artigo 162, salienta que, para o discente que realiza avaliação substitutiva, o rendimento acadêmico obtido substitui o menor rendimento acadêmico atingido nos componentes curriculares, sendo calculado o rendimento acadêmico final pela média aritmética dos rendimentos acadêmicos obtidos na avaliação substitutiva (de reposição) e nas unidades cujos rendimentos não foram substituídos.

Quanto o Artigo 163, destaca que o discente que realizar avaliação substitutiva será considerado aprovado na avaliação de aprendizagem se obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis). § 1º O discente que realiza avaliação substitutiva e não atinge os critérios de aprovação definidos neste artigo é considerado reprovado. § 2º A realização

da avaliação substitutiva implica aceitação da troca obrigatória da média final do componente curricular.

Já o Artigo 164 enfatiza que o prazo para realização da avaliação substitutiva está disposto no Calendário Acadêmico, considerando o período da divulgação da média final e do registro de frequência do discente no SIGAA. Parágrafo único. Quando a disciplina for bloqueada e/ou intensiva, o prazo para realização da avaliação substitutiva será de no mínimo 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial e do registro de frequência do discente no SIGAA, respeitando a UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE prazo máximo disposto no Calendário Acadêmico.

O Artigo 165 acena que ao discente que não participa de qualquer avaliação é atribuída a nota 0 (zero). § 1º O discente pode utilizar a avaliação substitutiva para substituir a nota correspondente a algum procedimento de avaliação no qual não compareceu. § 2º Em caso de não comparecimento do discente a mais de uma avaliação, a avaliação substitutiva substituirá a menor nota obtida nos procedimentos avaliativos, permanecendo a nota 0 (zero) atribuída às demais avaliações. § 3º Não há mecanismo de substituição da nota para o discente que não comparecer à avaliação substitutiva.

10.3 DOS INDICADORES

O Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) e o Índice de Eficiência em Carga Horária (IECH) são instrumento dinâmico que mede numericamente o desempenho acadêmico do discente em cada período letivo cursado e na íntegra do seu percurso acadêmico, sendo computado até a quarta casa decimal.

10.4 DA SEGUNDA CHAMADA

No que tocante à Avaliação de Segunda Chamada do Discente, o Docente deverá notar o que rege a Resolução 331 de 28/09/2020 com base em seus Artigos de 156 a 158. Sobre o Artigo. 156, o discente que faltar a um momento de avaliação, por casos amparados por lei, bem como por doença atestada por serviço médico de saúde, poderá requerer a realização de segunda chamada à Coordenação Acadêmica da Unidade, em até 3 (três) dias úteis após a realização da primeira chamada.

O Artigo 157 acena que além dos casos amparados por lei, o discente terá direito à segunda chamada de atividades avaliativas nas seguintes situações:

I - participação em prática de campo de outro componente curricular, dentro ou fora do campus, devidamente comprovada;

II - participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, cadastradas na Instituição, dentro ou fora do campus, devidamente justificada por escrito pelo responsável da ação;

III - participação em evento técnico, científico, acadêmico ou institucional, de âmbito local, regional, nacional ou internacional, devidamente comprovada;

IV - participação em atividades artísticas ou desportivas, de âmbito local, regional, nacional ou internacional, representando a Universidade, devidamente comprovada;

V - falecimento do cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente e colateral, até segundo grau, ou responsável legal, mediante apresentação de comprovante, sendo o período de afastamento de 5 (cinco) dias, contados a partir do dia do óbito;

VI - casamento do discente, sendo de 5 (cinco) dias o período de afastamento, mediante comprovação legal;

VII - paternidade do discente, sendo de 5 (cinco) dias o período de afastamento, mediante comprovação legal; UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

VIII - convocação oficial de funcionários públicos para atividades de suas repartições, mediante documento comprobatório do qual constem datas e horários da atividade;

IX - interrupção de serviços de transporte rodoviários e fluviais de passageiros, devidamente divulgados pelos meios de comunicação locais.

Já o Artigo 158, destaca que o pedido de realização de atividades avaliativas em segunda chamada para os casos descritos no Artigo 157 deste Regimento deverá ser protocolado na Coordenação Acadêmica da Unidade, com a devida comprovação, em até 3 (três) dias úteis, após retorno das atividades acadêmicas.

10.5 DA REVISÃO DE NOTA

Da Revisão de Nota os Artigos 166 e 167 da Resolução 331 de 28/09/2020, fazem alusão a este indicativo. O Artigo 166 ressalta que solicitação de revisão de nota, requerida pelo discente à Subunidade Acadêmica, deverá ser realizada em até 3 (três) dias úteis após sua divulgação, de acordo com o Regimento Geral da Ufopa, devendo ser encaminhada ao docente para eventual reconsideração, ao mesmo tempo em que o Artigo 167 destaca que não havendo reconsideração e mantido o pleito pelo discente, o processo

deverá ser analisado por comissão composta de 3 (três) docentes da mesma área de conhecimento ou de áreas correlatas, nomeada pelo coordenador da Subunidade, excetuando-se a participação do docente envolvido no processo.

§ 1º A comissão deverá ouvir o docente e o discente requerente, além de outros que considerar necessários, para emitir parecer conclusivo a ser analisado e homologado pelo Colegiado da Subunidade.

§ 2º O parecer da comissão deverá ser emitido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o ato de sua designação.

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O acompanhamento e avaliação do projeto dar-se-á por meio da avaliação e autoavaliação dos diversos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de identificar potencialidades e fragilidades que serão consideradas e analisadas por todos em constante processo reflexivo e propositivo.

Os seminários de formação compõem o repertório de instrumentos que se pretendem indispensáveis na promoção de reflexões e aperfeiçoamento da prática pedagógica do curso de Licenciatura em Geografia pela perspectiva da educação do campo. Nestes seminários, discentes, comunidade, docentes e gestão do projeto poderão expor suas aspirações e inquietações que serão registrados em relatórios que passarão a compor as fontes de acompanhamento e avaliação do projeto.

Propõe-se, assim, uma ficha de avaliação dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares que será preenchida pelos discentes que terão a oportunidade de expor suas observações quanto ao desempenho do docente, avaliando a prática pedagógica e procedimentos de avaliação. Ocorrerão reuniões periódicas com o objetivo de discutir e propor alternativas para eventuais problemas, reforço dos pontos positivos e compartilhamento de experiências pedagógicas consideradas adequadas no desempenho da prática educativa.

A avaliação do desempenho dos discentes dar-se-á no contexto dos componentes curriculares, considerando a apropriação de conceitos científicos pelos mesmos e articulação destes à realidade do campo. Haverá atenção especial quanto ao aproveitamento, pelos discentes, levando em consideração o índice de reprovação destes nos componentes curriculares, bem como o acompanhamento das modalidades de avaliação utilizadas pelos docentes, verificando a sua adequação à proposta pedagógica do curso. É necessário avaliar o desempenho dos educandos, tanto quanto é

imprescindível avaliar e refletir sobre os instrumentos de avaliação propostos pelos docentes.

Ao final do curso haverá a avaliação do desempenho global dos discentes e consequentemente do projeto, por meio do trabalho de conclusão de curso, no qual o discente terá a oportunidade de demonstrar o seu desenvolvimento teórico-conceitual e empírico numa perspectiva crítica e cidadã.

11.1 AVALIAÇÃO DO CURSO

Como parte das avaliações periódicas no curso de licenciatura em Geografia, em decorrência de demandas internas, ocorrem reuniões periódicas do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e colegiado. Essas avaliações permitem realizar a reestruturação do desenho curricular do curso, de acordo com as novas demandas advindas com o processo de produção do conhecimento geográfico. A revisão dos conteúdos curriculares, a luta por conquista de espaços físicos adequados para desenvolvimentos das atividades do curso e o debate sobre sua aplicação permitem um processo de avaliação do curso com participação de docentes e discentes.

11.1.1 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A coordenação didático-administrativa do projeto do curso de Licenciatura em Geografia/PRONERA será composta por:

- a) Coordenador Geral (professor responsável pelo curso da Universidade)
- b) Coordenador pedagógico da Universidade (professor responsável pelo acompanhamento pedagógico do curso da Universidade)
- c) Representante das Coordenações Locais (escolhidos em reunião com movimentos sociais dos locais de abrangência do projeto);
- d) Representantes discentes em igualdade de gênero (indicados pelos alunos do curso).
- e) Técnicos de apoio (contratado a partir de processo seletivo específico seguindo as diretrizes da Ufopa).

A equipe acima elencada terá como atribuição articular, refletir e encaminhar as propostas metodológicas de cada etapa do curso (tempo-escola e tempo-comunidade), atuando de forma a envolver todos os atores do processo pedagógico (educandos, educadores, apoiadores pedagógicos e demais colaboradores).

Esta equipe deverá se reunir a partir de um planejamento que permita atender as necessidades pedagógicas e administrativas do curso para planejar atividades, avaliar procedimentos e adequá-los em função das necessidades, e monitorar o projeto.

12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais da Ufopa abrangem ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, no sentido de consolidar a prática democrática e a inserção cidadã da instituição na realidade amazônica, no cenário nacional e nas conexões internacionais.

Como nas demais IES, o ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e extensão. Independentemente do nível, o foco do ensino na instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. Os cursos são estruturados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.

Um dos fundamentos norteadores do curso de Licenciatura em Geografia diz respeito, justamente, à integração entre ensino, pesquisa e extensão. Por isso entendemos que este tripé parte da premissa de um grande compromisso social nas práticas estabelecidas pelas universidades, e a geografia é parte deste processo.

Contudo, para atingirmos essa meta, é necessário criar algumas estratégias fundamentais, a fim de que o curso possa ser instituído e sustentado como base nesses três pilares da formação acadêmica. Tais estratégias devem ser amparadas nos seguintes pressupostos:

- a) Reconhecimento de que a formação acadêmica não se restringe às atividades curriculares desenvolvidas no ambiente das salas de aula, mas se estende aos espaços formais de pesquisa e de extensão universitária;
- b) Concepção de que professor, pesquisador e extensionista dizem respeito a funções diferenciadas do docente, porém não dissociadas no tempo/espaço;
- c) Compreensão da extensão não somente como atividades de prestação de serviço, de ação comunitária ou como instrumento político-social, mas enquanto realidade permanente e inerente ao papel da universidade junto à sociedade.

Política de Ensino - O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), sob a forma de atividades presenciais e a distância, nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Ciências da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, entre outras. O ensino na Instituição tem como princípio a abordagem interdisciplinar, flexibilidade curricular, formação continuada e a mobilidade acadêmica.

O ensino de graduação da Ufopa segue as diretrizes curriculares nacionais e institucionais e está alinhado à missão institucional de produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento da Amazônia, respeitando a diversidade cultural, norteando as suas atividades nos objetivos estratégicos de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica. As políticas de ensino têm como foco o egresso como agente transformador da realidade social, com formação humanística, crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio. A Universidade se propõe a ofertar um ensino de qualidade, tendo como diretrizes: (1) a excelência acadêmica, por meio do uso de tecnologias educacionais; (2) a promoção de modelos curriculares inovadores, buscando, para isso, ampliar e diversificar as oportunidades educacionais, potencializar a vocação regional e promover a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa, extensão; (3) a articulação com a sociedade, buscando fortalecer a interação com a educação básica; e (4) a produção do conhecimento, visando à sua ampliação e disseminação.

Políticas de Extensão - As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, Pela Resolução de N° 401, de 07 de março de 2023, que regulamenta o registro e a inclusão de extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Na Ufopa, a extensão universitária é um processo educativo, cultural, científico e/ou tecnológico, que envolve ações de articulação com a sociedade, por meio de atividades acadêmicas integradas ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabilizam a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

As atividades de extensão estão direcionadas para a valorização da aproximação dos discentes junto à sociedade, onde deverão trocar conhecimentos e experiências sobre diferentes assuntos, sob a ótica do posicionamento crítico e transformador.

As ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos. E, no Curso de Geografia a extensão obedecerá às normativas e as modalidades extensionistas determinantes pela Ufopa, mas sempre numa aproximação dos discentes, docentes e comunidade extra muro da Universidade.

A atuação da Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) tem como meta aumentar o número de programas, projetos e ações de integração com a sociedade e com empresas, visando a alavancar e ampliar parcerias estratégicas. Nesse sentido, a extensão universitária a ser desenvolvida no curso de Geografia, estará de acordo com a Resolução N° 401-Consepe-Ufopa, de 07 março de 2023, que regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos do curso de Graduação da Ufopa. Dessa forma, por meio deste PPC, o curso de Licenciatura em Geografia destina à extensão a carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas, que está subdividida em oito práticas integradoras de extensão, as quais serão desenvolvidas durante o Tempo-Comunidade ao longo dos semestres.

Assim, as atividades de extensão compõem os principais eixos do ensino superior que são o ensino, a aprendizagem e a extensão. A extensão é intensamente trabalhada na formação do professor de Geografia na Ufopa. Os graduandos têm opções de conviverem desde os primeiros momentos da graduação com a participação em projetos, minicursos, palestras, encontros desenvolvidos pela Coordenação de Geografia da Ufopa. As ações nessa área estendem-se à comunidade de um modo geral e os próprios alunos também são incentivados a participar de outros eventos de áreas afins à geografia.

Existe ainda a oportunidades de participação em projetos de extensão ligados a formação docente com uma grande aproximação dos graduandos com a realidade da docência, estando em contato direto com alunos e atuação dos professores das escolas públicas em Santarém e com a comunidade onde as escolas estejam situadas. Após o aporte teórico é feita a troca de experiência entre os futuros professores, os graduandos, com os alunos e professores da educação básica e a comunidade no entorno das escolas. Uma situação que proporciona a grande riqueza de conhecimentos, contatos com a

realidade e troca de experiência, além de assumir um fator importante no processo de ensino e aprendizagem.

Outras atividades de extensão da Ufopa envolvem também o contato dos alunos da educação básica que passam a ter contato com a universidade, ou seja, procurou-se contemplar as diversas faces do ensino e aprendizagem: os graduandos vão às escolas e os alunos das escolas vem até a Universidade. A intenção de trazer os alunos para a Universidade busca dar a possibilidade ao aluno da educação básica vivenciar a universidade; o que acontece nela; é objetivado também, o contato com técnicas e conhecimentos científicos básicos à introdução da ciência e seus métodos nos currículos escolares. Isso, numa diversidade de assuntos. A geografia também faz parte disso.

O curso de Geografia também tem trabalhado a educação ambiental nas escolas levando os graduandos a terem contato duplo: com a realidade das escolas em que atuam e no trabalho com esta temática tão importante na formação dos discentes da educação básica e no seu trato teórico metodológico no ensino superior, pelos graduandos. Além disso, há o trabalho com a cartografia escolar em que os docentes do curso de Geografia da Ufopa têm ofertado e qualificado professores e alunos em oficinas de confecção, leitura e estudos de mapas, atividade ausente de uma forma geral das atividades de extensão e pesquisa na geografia brasileira de uma forma geral.

Assim, na prática, a extensão se dá a partir do planejamento, com a contribuição dos profissionais integrantes de atividades da graduação como aperfeiçoamento contínuo do desempenho docente e discente, ocorrendo com uma frequência regular, oportunizando situações de efetiva participação dos alunos do curso, evidentemente tornado obrigatoriedade de participação nas disciplinas de teor teórico e prático do Ensino da Geografia.

Assim, procuramos estabelecer como metas na extensão:

- Estabelecer maior regularidade nos programas de extensão;
- Envolver maior número de alunos na extensão;
- Estimular a participação de todos os professores na extensão;
- Incrementar a participação de professores e alunos na extensão fora e dentro da Instituição;
- Identificar áreas da Geografia, especialmente do ensino, onde possam ser desenvolvidas atividades de extensão pelos alunos;

- Incentivar a participação em cursos, seminários, projetos e pesquisa monográfica de alunos e professores na área do ensino, em assentamentos, conflitos territoriais, de educação indígena e em programas específicos da graduação e do ensino fundamental e médio.

Atualmente o curso apresenta um programa de pesquisa e extensão desenvolvido pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (GEPEEA) devidamente cadastrado no Iced, nas pró-reitorias responsáveis pela pesquisa e extensão na Ufopa, bem como no CNPq, atuando com as seguintes linhas de pesquisa: 1. A Política de Educação do Campo; 2. Agricultura Familiar e Agroecologia; 3. Análise Ambiental por Geoprocessamento; 4. Educação Ambiental e Políticas Públicas. O GEPEEA é um grupo interdisciplinar, no entanto possui a raiz na geografia, sendo coordenado atualmente pela Profa. Dra. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos, professora pertencente ao colegiado do curso de Geografia.

Outra atividade de extensão desenvolvida no âmbito do curso de Geografia é o Projeto Iurupari – Grupo de Teatro. Coordenado pelo Prof. Dr. Leandro Pansonato Cazula, este projeto objetiva formar um grupo de pessoas, dispostas ao fazer cênico, para que elas possam exercer o fazer teatral entre si, e posteriormente se empenharem para apresentações teatrais, a fim de se efetivar um projeto de extensão com atividades artísticas no âmbito acadêmico, mas que também se concretiza com resultados direcionados para a comunidade em geral.

Políticas de Pesquisa - A política de pesquisa da Ufopa é gerida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit). Tem por finalidade fomentar e orientar a consolidação de uma cultura de pesquisa na Instituição que suporte à inserção de pesquisadores locais em redes de investigação científica nacional e internacional, tendo como foco principal a realidade regional apresentada e como perspectiva a produção de conhecimento para o desenvolvimento da vasta oferta de recursos naturais da Amazônia. Suas principais diretrizes são: produção de conhecimento e articulação com a sociedade, formando cidadãos em função das necessidades da sociedade, capazes de transformar a realidade social da região amazônica, contribuindo para o avanço científico e tecnológico, além de promover a valorização da diversidade cultural.

A Ufopa visa consolidar a pesquisa interdisciplinar, fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos e intensificar as atividades de pesquisa de relevância social, ampliando o número de trabalhos, tanto dos discentes como dos

docentes da Instituição, incentivando a participação e a organização de eventos de socialização para divulgação e planejando o lançamento de edital interno voltado ao apoio da pesquisa, em especial à consolidação dos grupos de pesquisas.

Além disso, pretende-se elevar o número de publicações com relevância social, por meio da valorização e estímulo à divulgação e socialização dos resultados das pesquisas, apoiando a participação dos docentes e discentes em eventos científicos diversos e em suas publicações. A Ufopa também realiza o acompanhamento e visibilidade das pesquisas desenvolvidas na Instituição, valorizando a produção científica docente.

A política de pesquisa pretende consolidar a Ufopa no cenário da pesquisa local, regional e nacional, alavancando e ampliando parcerias estratégicas, promovendo articulação permanente com empresas públicas e privadas, comunidades e movimentos sociais.

A Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (Arni) será responsável pelo apoio e logística no estabelecimento de parcerias com outras instituições e/ou organismos nacionais e internacionais, visando à realização de atividades em cooperação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Articulada ao ensino, a pesquisa visa promover a interdisciplinaridade e potencializar a vocação da região amazônica com ações que efetivamente contribuam para o alcance da sustentabilidade. A Proppit pretende elevar o índice de publicações distribuídas pelo Qualis com foco interdisciplinar e elevar o índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais, adotando estratégias de gestão por meio da Capes, CNPq e SEB/MEC. Essas ações fortalecerão a pesquisa e a produção científica nas áreas científicas e tecnológicas.

A política de pesquisa para o curso de Geografia é primordial para a formação na graduação do que chamamos de professor-pesquisador. Assim, partimos do pressuposto que somente a sala de aula não é o suficiente para o alcance dos objetivos aqui propostos. Sendo assim, buscar-se-á incentivar o corpo docente a trabalhar sob essa ótica, desenvolvendo uma prática pedagógica que evite somente a reprodução de modelos reduzidas apenas à sala de aula e a exposição.

Produzir conhecimento científico a partir da pesquisa é um grande desafio num curso de licenciatura, posto que compreende a competência do ensino, com raízes profundas na pesquisa, na reconstrução, no questionamento, na descoberta e redescoberta,

no conhecimento relativo às áreas do ensino de Geografia, nas buscas de informações, leituras e atualização permanente.

Objetiva-se instigar os docentes e os discentes com o intuito de discutir constantemente o refazer, o reconstruir enquanto professor e o construir enquanto aluno futuro professor, num ciclo de questionamentos reconstrutivos, refazendo competências, buscando essa prática nas disciplinas, sua operacionalidade do currículo. Dessa forma, consideramos essencial também à formação do profissional, as atividades de conteúdos especificamente da área da Geografia e sua abrangência. Assim, o aluno tem a oportunidade de participar em programas de iniciação científica enquanto trabalha na iniciação à docência.

Como parte importante para o estabelecimento da pesquisa faz-se necessário a utilização de programas para a aprendizagem de técnicas, métodos para que possa construir produção científica própria a partir do perfil dos docentes-pesquisadores. Para isso, a pesquisa na Geografia também busca a implementação dos laboratórios para a experimentação, outra via de relevância para a aproximação entre a teoria e a prática ligada às áreas do ensino de geografia bem como outras áreas de atuação dos docentes e discentes.

13 POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

O Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará atende as normas legais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas autistas, que apresentam deficiências ou com mobilidade reduzida, conforme o que determina a Política de Acessibilidade, assegurada na Lei de N° 12.764 de 27/12/2012, garantindo o acesso dos discentes no curso o direito pleno à educação.

No âmbito da Ufopa, a política de inclusão e acessibilidade é assegurada pela Resolução do Consun nº 316, de 31 de março de 2025. Essa resolução assegura a inclusão e acessibilidade aos estudantes PCD's (Pessoas com deficiência). Essa Resolução, orienta os seguintes princípios sobre a política de inclusão e acessibilidade da Ufopa: I - o respeito e a valorização das singularidades e das diversidades; II - a dignidade da pessoa humana; III - a educação e o trabalho como direitos sociais fundamentais; IV - a capacidade que todos têm de aprender; V - a singularidade no processo de aprendizagem de cada pessoa; VI - a inclusão social como responsabilidade de todos(as); VII - a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; VIII - a igualdade de oportunidades; IX - a acessibilidade; X - a equidade; XI - diversidade étnica e racial.

A política de inclusão e acessibilidade da Ufopa, por meio de seus instrumentos de ação, busca alcançar os seguintes objetivos: I - orientar o desenvolvimento de ações acadêmico-administrativas na Universidade, alinhadas à Agenda 2030, atendendo particularmente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 - ODS 4; II - desenvolver a Política de Inclusão e Acessibilidade da Ufopa à luz do desenho universal, do design inclusivo, da interdisciplinaridade, da interculturalidade e da transversalidade; III - promover a acessibilidade como uma dimensão da qualidade de vida dos(as) servidores(as) e dos(as) discentes da Ufopa; IV - estimular e mediar ações acadêmico-administrativas nos diversos segmentos da comunidade universitária, voltadas para a inclusão e à acessibilidade; V - garantir que todas as atividades extracurriculares, incluindo eventos esportivos, culturais e sociais, sejam acessíveis e inclusivas para todos os membros da comunidade universitária; VI - estimular a participação plena, efetiva e autônoma das pessoas público-alvo desta Política na Universidade e na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas; VII - tomar todas as medidas apropriadas para educar a comunidade da Ufopa e modificar ou revogar regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação, com objetivo de eliminar todas as formas de violência baseada em deficiência; VIII - promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, e promover sua disponibilidade e seu uso; e IX - contribuir para que as instâncias institucionais trabalhem de forma integrada na busca de acessibilidade e inclusão na Ufopa.

De maneira resumida, a política de acessibilidade da Ufopa, se propõe uniformizar os procedimentos adotados referentes às pessoas com deficiência, visando sua integração social, seja na academia, seja no mundo do trabalho ou em outros ambientes sociais, incluindo os ambientes digitais, tendo em vista própria definição de acessibilidade apresentado por meio do inciso I do artigo 3º da referida resolução, a saber:

I - acessibilidade: a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, [...].

No inciso IX do artigo 3º, é apresentada a definição de pessoas com necessidades específicas, que seriam “aquelas que apresentam em contextos acadêmicos ou

profissionais necessidades específicas em consequência de condições, em caráter permanente ou temporário, que, e em interface com as diversas barreiras, podem requerer apoio institucional especializado no processo de ensino-aprendizagem-avaliação ou no desenvolvimento das atribuições profissionais, a fim de que lhes seja oportunizada a equiparação de condições que os levem à expressão plena de seu potencial e de participação” (UFOPA, 2025). Estão incluídas nessa condição de pessoas com necessidades específicas o seguinte público: a) Pessoa com deficiência; b) pessoa com transtorno do espectro autista; c) pessoa com altas habilidades ou superdotação; d) pessoa com transtornos específicos de aprendizagem; e) pessoa com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade; f) pessoa com dificuldades secundárias de aprendizagem; g) pessoa com mobilidade reduzida. Portanto, esse é o público atendido pela política de inclusão e acessibilidade da Ufopa, que têm no Núcleo de Acessibilidade sua principal referência, funcionando como um espaço de acolhimento e direcionamento aos atendimentos específicos conforme a condição de cada pessoa.

O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa foi instituído após participação de representantes da Ufopa no Seminário Incluir em Brasília (ano de 2013), onde foi feita socialização das informações no Seminário de Acessibilidade no âmbito da universidade, em seguida foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Pró Acessibilidade, Portaria nº 1.293, de 12 de Agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, nos quais incluem unidades Acadêmicas e Administrativas da instituição e posterior realização de reuniões periódicas; Realização do I Seminário de Acessibilidade da Ufopa no de 2013 em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa de Surdos da Ufopa (Gepes). Em abril de 2014 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, sua composição conta com a participação de setores estratégicos da Universidade. Este Núcleo tem como objetivos: discutir e instituir políticas institucionais de Acessibilidade no âmbito da Ufopa, além de oferecer cursos temáticos sobre acessibilidade para a comunidade acadêmica.

Vale considerar que os discentes que optam pelo curso de geografia da Ufopa são acolhidos por docentes e discentes e se estabelece diálogo com o núcleo de acessibilidade buscando orientações sobre como construir estratégias capazes de permitir a maior integração possível dos discentes no curso. Destacamos que, além das orientações junto ao Núcleo de Acessibilidade da Ufopa acima destacadas, há necessidade plena, de se buscar um profissional qualificado da instituição, para dar apoio aos docentes em sala de aula, como garantia da melhor promoção do ensino-aprendizagem aos discentes identificados como PCDs.

O artigo 327, da Resolução 331-Consun, enfatiza que os NDEs devem tomar iniciativas que contemplem o princípio da inclusão social nas propostas curriculares de seus cursos de graduação, garantindo ações voltadas para a educação especial.

§ 1º Compete à Instituição, por meio do seu Núcleo de Acessibilidade, promover o acesso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais (*sic*), por meio de orientações políticas e legais, oferta de atendimento educacional especializado e formação continuada, objetivando minimizar obstáculos arquitetônicos, pedagógicos, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares.

§ 2º Cabe à Administração Superior da Ufopa prover as Unidades Acadêmicas dos recursos orçamentários e financeiros necessários à realização das orientações inclusivas, considerando demanda informada a cada período letivo.

§ 3º A inclusão mencionada no caput deste artigo refere-se a demandas concernentes ao atendimento de discentes com necessidades educacionais especiais, como:

I - recursos didático-pedagógicos;

II - acesso às dependências das Unidades e Subunidades Acadêmicas;

III - pessoal docente e técnico capacitado;

IV - oferta de cursos que contribuam para o aperfeiçoamento das ações didático-pedagógicas;

V - possibilidade de solicitação de mudança de curso, em área afim, em caso de aquisição de deficiência permanente, após o ingresso na Universidade, que inviabilize sua permanência no curso de origem, a ser analisada pela Câmara de Ensino e posteriormente pelo Consepe. Portanto, o NDE, do Curso de Geografia busca a sintonia com o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa para garantir o direito aos discentes que precisam de um ensino bem assistido.

No que se refere à infraestrutura, atualmente, o Campus Rondon da Ufopa, possui dois elevadores que permitem o acesso a todos os setores da instituição, dentre eles salas de aula, bibliotecas, auditórios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários, além de piso tátil no espaço físico do Iced. Os elevadores são submetidos à manutenção alternada garantindo o funcionamento permanente. Os banheiros são adaptados e seguem o padrão legal exigido.

Ainda dentro dessa iniciativa, a Ufopa conta com profissionais especializados em Libras que acompanham os alunos que necessitam de acompanhamento de um

tradutor durante todas as aulas da universidade. Além disso, o aluno pode solicitar avaliação diferenciada de maneira a atender suas especificidades.

14 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A Ufopa inclui em todos os seus documentos normativos: PDI, Regimento e Estatuto, PPCs, a valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e indígena (conforme orientações da resolução nº 200/2012), assim como procedimentos para sua viabilização, bem como realiza diversas ações direcionadas para valorização da diversidade cultural, compromisso com os direitos humanos, respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros, princípios éticos, promoção da inclusão social e/ou desenvolvimento sustentável. Além de incentivar e apoiar a execução de projetos relativos aos temas voltados à Educação Étnico-raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e indígena.

Atualmente, a política de ações afirmativas da Ufopa tem como principal instrumento normativo a Resolução Consepe 448 de 26 de fevereiro de 2025, que no parágrafo único do artigo 3º delimita o público-alvo das políticas de ações afirmativas no âmbito da Ufopa:

Parágrafo único. A Política de Ações Afirmativas da Ufopa destina-se, prioritariamente, aos grupos historicamente excluídos: indígenas, negros, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, mulheres, refugiados, população LGBTQIAPN+ e apátridas, com ênfase nas pessoas ingressantes através de políticas de equidade de direitos, tais como o Sistema de Cotas Sociais e Raciais, os Processos Seletivos Especiais e as vagas destinadas às pessoas com deficiência e pessoas trans.

Conforme se observa, por meio do trecho destacado, a política de ações afirmativas, abrange diferentes públicos e assegura aos grupos historicamente excluídos, o ingresso, a permanência e conclusão do curso de graduação e pós-graduação. No que se refere ao ingresso nos cursos de graduação, a Ufopa oferta o Processo Seletivo Especial Indígena – PSEI e o Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEIQ, além de assegurar o ingresso a outros grupos historicamente excluídos, por meio do sistema de cotas no Processo Seletivo Regular. Estes estão devidamente registrados no artigo 6º da referida resolução, no qual são expostos os instrumentos da política de ações afirmativas.

Evidencia-se, ainda que o ingresso é normatizado também pela Resolução Consun 312/2024, de 20 de dezembro de 2024 que institui a política de heteroidentificação, tanto para ingressantes nos cursos de graduação e pós-graduação

quanto para provimento de vagas em Concurso Público promovido e para ingresso como servidor da Ufopa. Já a Resolução Consun 311/2024, aprova a política de diversidade sexual e de gênero da Universidade Federal do Oeste do Pará, assegurando a igualdade e igualdade de gênero e o combate à violência contra as mulheres e as pessoas incluídas entre os que se identificam no universo LGBTQIAPN+, conforme versa o artigo 2º da referida Resolução.

O artigo 4º da Resolução Consepe-448/2024 apresenta os princípios fundamentais das políticas de ações afirmativas no âmbito da Ufopa, sendo eles: I - a efetivação da igualdade de oportunidades; II - a dignidade da pessoa humana; III - a promoção e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos grupos historicamente discriminados; IV - o combate ao racismo, ao capacitismo, ao assédio, à misoginia, à LGBTfobia e a todas as formas de preconceito e discriminação; V - o respeito e a valorização das singularidades e das diversidades; VI - a articulação interinstitucional; VII - a transversalidade das ações afirmativas, com desdobramento para a intersectorialidade; VIII - a participação social e a promoção do processo e dos valores democráticos; IX - a difusão da educação intercultural; X - a valorização dos diferentes saberes e fazeres do público-alvo das ações afirmativas; XI - a promoção e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero na Ufopa; XII - a promoção de políticas e atitudes didático-pedagógicas para garantir igualdade de oportunidades, de desenvolvimento e aprimoramento acadêmico dos grupos público-alvo das ações afirmativas.

Destacamos que a incorporação do Curso de Geografia às Ações Afirmativas, se dá de diversas formas, incluindo o ingresso, a permanência e a conclusão do curso, conforme proposto pelas diversas normativas aprovadas no âmbito da Ufopa. No que se refere ao ingresso do público-alvo das políticas de ações afirmativas, identifica-se da seguinte forma: parte das vagas disponibilizadas ao processo seletivo regular são destinadas ao sistema de cotas. A classificação por sistema de cotas considera se os candidatos são procedentes de escola pública; se o candidato é PCD; se o candidato é de família de baixa renda; se o candidato se autodeclara pardo, preto ou indígena.

Quanto a Formação do Discente Indígena está devidamente assegurado pela Resolução nº 194 de 24 de abril de 2017 (Consep/Ufopa), os alunos provenientes do Processo Seletivo Especial Indígena ingressarão na instituição na Formação Básica Indígena. Com duração de dois semestres, perfazendo um total de 560 horas, a formação contempla os conteúdos das seguintes áreas: Ciências Exatas, Ciências Humanas,

Tecnologia e Letras – Língua portuguesa, desenvolvidas por meio de ações de ensino e extensão.

Seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena, informamos, que a construção do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia contempla o atendimento aos dispositivos legais referentes ao tema. Ressalta-se que a Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena é, também, integrado às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, adequando-os também aos programas já vigentes de formação continuada de educadores e aos programas de pesquisa da universidade. Além disso, a estrutura curricular do curso conta com um componente específico denominado de Educação e relações étnico-raciais, a qual também contribui com o aprofundamento do debate nestas temáticas.

Destaca-se também o incentivo por parte do corpo docente do curso à produção de trabalhos que abordam questões ligadas as Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena, ressaltando estudos de caso dentro do contexto amazônico.

15 APOIO AO DISCENTE

Para contemplar as demandas de apoio aos discentes em seus diferentes aspectos, o Curso de Licenciatura em Geografia põe em prática as seguintes ações:

15.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No ensino superior a Assistência Estudantil é parte da política acadêmica e destina-se a toda a comunidade estudantil. Nesse sentido, deve ser entendida com um conjunto de princípios e diretrizes que orientam as ações que visam contribuir com o processo de democratização da universidade.

A Política de Assistência Estudantil da Ufopa é regida pela resolução nº 386 de 22 de setembro de 2022 (Consep/Ufopa), e visa ampliar as condições de acesso e a permanência de estudantes provenientes de diferentes segmentos sociais, culturais e políticos com fins a garantir a equidade, a promoção da justiça social, a interculturalidade, a igualdade de gênero, contemplando a diversidade social, cultural e de sexo, conforme se pode observar nos objetivos destacados da referida resolução: I - ampliar as condições de acesso e permanência de estudantes, contribuindo para a conclusão dos cursos na

perspectiva da inclusão social, da formação científica, histórica, intercultural, artística e da democratização do ensino; II - assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas e formação técnico-científica, humana e cidadã de qualidade, visando ao pleno desenvolvimento acadêmico; III - assegurar aos estudantes com deficiência a acessibilidade nas multidimensões da vivência acadêmica, proporcionando assim igualdade de oportunidades no processo ensino-aprendizagem com inclusão e acomodações pedagógicas para cegueira e baixa visão, surdez e baixa audição, limitações de movimentos, incapacidade de fala, fotossensibilidade e combinações destas características, dificuldades de aprendizagem e limitações cognitivas; IV - contribuir para a redução das taxas de evasão, reprovação e retenção por meio de medidas que atenuem os efeitos das desigualdades socioeconômicas, de gênero, culturais e regionais; V - contribuir para a construção dos meios necessários para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes e assegurar sua integração à vivência universitária; VI - contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes na universidade, abrangendo, além da oferta de auxílios financeiros, ações, serviços e atendimentos especializados nas áreas da educação, saúde, assistência social, nutrição e alimentação, ações afirmativas, mediação de conflitos, acessibilidade, desporto, cultura e lazer; VII - desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas, representações estudantis, área acadêmica, sociedade civil, com comunidades indígenas e quilombolas para implantação de projetos interdisciplinares, de natureza acadêmica, social, cultural, esportiva, de saúde e lazer.

As ações estão sob a tutela da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Ufopa, a qual é a responsável pela gestão da Política de Assistência Estudantil da instituição, que segue os princípios da política nacional.

Além de reestruturar o sistema de concessão de auxílios aos alunos da Universidade, a Proges também tem como um de seus objetivos fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas, através da Diretoria de Ações Afirmativas, promovendo discussões junto à comunidade universitária, além de coordenar ações que viabilizem o Restaurante Universitário e a criação da Casa do Estudante.

Além da Diretoria de políticas estudantis e ações afirmativas, onde funciona a Coordenação de inclusão e diversidade – subdivida em Núcleo de acessibilidade e núcleo de práticas restaurativas, a Proges é formada também pela Diretoria de Acompanhamento Estudantil, onde funcionam a Coordenação de políticas universitárias de alimentação e nutrição; coordenação de assistência estudantil (incorpora o restaurante universitário e os

serviços de terceiros de Cantinas e lanchonetes) ; a Coordenação de Esporte e Lazer; o núcleo de gestão pedagógica; o núcleo de serviço social; o núcleo de psicologia

A implementação de ações para a melhoria do desempenho discente e para adaptação à vida universitária, refletida no seu desenvolvimento profissional, envolvem: recepção aos discentes visando integrar o calouro com a comunidade acadêmica; atendimento ao discente com deficiência, através de adequações necessárias, quer sejam pedagógicas ou estruturais; sondagem do nível de satisfação dos discentes em relação ao corpo docente e conteúdos ministrados por meio dos resultados da Avaliação Institucional e de reuniões com os representantes de turmas; assessoria aos universitários, na orientação, na informação e no atendimento quanto às necessidades acadêmicas e psicopedagógicas; orientação geral quanto aos procedimentos legais e de trâmite interno da Instituição.

A Ufopa oferece ainda, serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando ao bem-estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo. Este setor é classificado como um Órgão Suplementar, ainda ligado diretamente à reitoria, porém com o repasse das demandas aos setores competentes.

É possibilitado aos discentes bolsas de monitoria, de iniciação científica (PIBIC, PIBIT), bolsa de iniciação à docência (PIBID) e bolsa de extensão (PIBEX), cuja seleção de bolsistas ocorre por meio de edital específico, que levam em consideração principalmente o desempenho discente.

Em relação ao Curso, o discente possui livre acesso à coordenação e direção do Instituto. Técnicos em Assuntos Educacionais (da Gestão Acadêmica e Gestão Administrativa do instituto) lidam diretamente com os discentes, auxiliando os mesmos no cumprimento dos componentes curriculares, como matrícula, aproveitamento de estudos, auxílio para participação em eventos etc. Os discentes são assim acompanhados em conjunto e individualmente para que o curso seja conduzido adequadamente, evitando a evasão universitária e qualificando a aprendizagem.

16 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

16.1 APOIO A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O incentivo à participação em atividades de iniciação científica ocorrem tanto no âmbito das disciplinas específicas, pedagógicas e de estágio que têm parte de sua carga

horária dedicada a atividades práticas, por meio das quais os discentes têm a oportunidade exercitar a pesquisa científica utilizando-se de instrumentais de coletas de dados primários e secundários, produção cartográfica, dentre outros, bem como de articular conhecimentos teóricos e conhecimentos empíricos de forma interdisciplinar.

Outra forma de incentivo aos discentes provém das disciplinas trabalho de campo integrado/tempo comunidade, por meio das quais os discentes têm contato com a realidade de maneira integrada, articulando conhecimentos do ramo da Geografia Física e da Geografia Humana, assim como do ensino de Geografia. O apoio para esta atividade, provém do pagamento de diárias aos discentes durante os dias em que estiverem em trabalho de campo, assim como o oferecimento de transporte em veículos oficiais da Ufopa.

Além das formas anteriores, os discentes ainda recebem apoio por meio das bolsas de iniciação científica.

16.2 PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Por meio da Pró-reitoria de pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica (Proppit), a Ufopa é contemplada por Bolsas de iniciação científica e de desenvolvimento e inovação tecnológica fomentadas pela Capes, pelo CNPQ e pela Fapespa e outras instituições parceiras por meio de editais abertos para a inscrição de Programas e Projetos de Pesquisa propostos pelos docentes da instituição. As bolsas estão distribuídas nos seguintes programas e modalidades:

- PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
- PIBIT – Programa Institucional de Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- PIBIC AF – Programa Institucional de bolsas de ações afirmativas, as quais são contemplados discentes indígenas e quilombolas.

III - RECURSOS HUMANOS

1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

A Universidade Federal do Oeste do Pará conta com um amplo quadro técnico de profissionais que são responsáveis por: apoiar, acompanhar e assessorar o desenvolvimento das atividades docentes; colaborar na elaboração e reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos; organizar atividades anuais de planejamento dos

institutos, orientação e supervisão de projetos acadêmicos; entre outras demandas de cunho pedagógico. A seguir são descritos como está disposta essa estrutura.

1.1 DIREÇÃO DO INSTITUTO

O curso de Licenciatura em Geografia está vinculado ao Instituto de Ciências da Educação – ICED. O diretor atual é o Prof. Dr. Ivan Gomes da Silva Viana.

1.2 COORDENAÇÃO DO PROGRAMA/COORDENAÇÃO DO CURSO

Cabe à coordenação articular, refletir e encaminhar as propostas metodológicas de cada etapa do curso (tempo-universidade e tempo-comunidade), atuando de forma a envolver todos os atores do processo pedagógico (educandos, educadores, apoiadores pedagógicos e demais colaboradores).

Esta deverá se reunir a partir de um planejamento que permita atender as necessidades pedagógicas e administrativas do curso para planejar atividades, avaliar procedimentos e adequá-los em função das necessidades, e monitorar o projeto.

1.2.1 Atuação da coordenação do curso

I - Coordenador Geral: Dentre as principais responsabilidades desta coordenação, destaca-se:

- a) Organizar o quadro docente responsável pelo desenvolvimento das disciplinas;
- b) Construir o processo de seleção de bolsistas e monitores necessários ao apoio técnico do curso;
- c) Certificar os educandos e educandas que cumprirem todas as etapas do curso;
- d) Compor a coordenação do curso juntamente com os representantes dos movimentos sociais;
- e) Estabelecer parcerias necessárias à execução do projeto;
- f) Gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos e execução do plano de trabalho e do projeto, contemplando a gestão dos recursos financeiros e a prestação de contas;

II - Coordenador Pedagógico:

- a) Acompanhar em conjunto com os demais parceiros, todo o processo

pedagógico desenvolvido pelos(as) educadores(as) e coordenadores(as) locais quanto à adequação do currículo, metodologias, avaliação, entre outros;

- b) Articular, em conjunto com os demais parceiros, a participação de outras instituições públicas de ensino, das secretarias estaduais e municipais de educação;
- c) Construir o processo de seleção de bolsistas e monitores necessários ao apoio técnico do curso;

1.2.2. Regime de trabalho da coordenação do curso

O Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia/PRONERA-Ufopa, assim como a/o coordenador/a pedagógica/o cumprirá uma carga horária de 20h semanais, onde deverá coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas e pedagógicas das turmas.

1.3. APOIO TÉCNICO PARA ATUAR PELO PRONERA

Esta equipe terá a função de auxiliar administrativamente a coordenação do curso, com serviços tais como: digitação de documentos, organização logística e de infraestrutura (equipamentos utilizados, reservas de salas), envio de e-mails, ligações telefônicas, confecção de ATAS das reuniões de colegiado etc.

A equipe técnica que dará suporte à coordenação do curso seguirá as normas vigentes na instituição e as orientações da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), bem como as deliberações do Instituto de Ciências da Educação.

1.4. MONITORES DO CURSO PELO PRONERA

Estes terão a função de auxiliar a coordenação e os professores do curso na organização das etapas (Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade), contribuindo assim com a inserção dos educandos alvos deste projeto. A atuação desses sujeitos visa fortalecer e desenvolver a teoria pedagógica e a pesquisa sobre as questões relacionadas à Educação do Campo e a Reforma Agrária.

A seleção de monitores do curso seguirá as normas vigentes na instituição e as orientações da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) e da Pró-Reitoria de Administração (PROAD). E só procederá por meio do lançamento de edital de seleção que apresentará as normas, bem como as etapas do processo seletivo e estará direcionado

exclusivamente aos discentes do curso de licenciatura plena em Geografia, vinculado ao Pronera.

1.5 TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO ICED

Os cursos de graduação que se encontram vinculados ao Iced dispõem do apoio de 2 (dois) Técnicos em Assuntos Educacionais e 2 (duas) pedagogas, além de 1 (uma) técnica em assuntos educacionais vinculada ao Parfor. A atuação desses profissionais é de fundamental importância para as formações de cunho pedagógico, haja vista que eles são responsáveis, entre outras atribuições, por subsidiar os trabalhos desenvolvidos pelos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE's dos cursos do Instituto.

Atualmente, no Instituto de Ciências da Educação há dois servidores que desempenham a função de técnico em assuntos educacionais: Aldo Sousa Campos e Walter Lopes de Sousa; duas servidoras que desempenham a função de pedagogas: Elenise Pinto de Arruda e Núbia Maria Silva de Santana; além da técnica em assuntos educacionais vinculada ao Parfor: Soemira Albuquerque Pena das Neves.

1.6 SECRETARIA EXECUTIVA DO ICED

A Secretaria Executiva do Instituto de Ciências da Educação é o órgão de apoio à Direção do Instituto. Os servidores Danielle Caroline Batista da Costa, Miriany da Costa Aroucha e Sérgio Augusto Santos de Palma, atualmente, são os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das atividades dessa secretaria.

2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Para o funcionamento do presente curso serão utilizados o panorama organizacional e as infraestruturas que já são utilizadas pelo curso de Licenciatura em Geografia do Ice/Ufopa.

2.1 SECRETARIA ACADÊMICA

A Secretaria Acadêmica do Instituto de Ciências da Educação é subdividida em dois setores, a saber: Gestão Acadêmica e Gestão Administrativa. No presente momento ambas são coordenadas pelos seguintes servidores: Roberto Elison Souza Maia – Administrador, (Coordenador da Gestão Administrativa) e Danielle da Silva Pereira (Coordenador da Gestão Acadêmica).

2.2 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

No âmbito institucional, conforme parecer 07/2019, a Proen possui o programa de acompanhamento de egressos diplomados dos cursos de graduação da Ufopa. A principal ferramenta de coleta de dados é a aplicação de questionário eletrônico disponibilizado no SIGAA, cujo objetivo fundamenta-se em proporcionar a contínua melhoria do planejamento e da execução das atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

O acompanhamento de egressos é um momento fundamental para reconhecimento do perfil dos graduados, da sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade. Com isso, busca-se informações para melhorar a qualidade da gestão institucional do ensino, da pesquisa e da extensão. O egresso trará importantes contribuições para a Instituição a partir de suas informações, possibilitando um processo de avaliação do próprio curso.

Nesse sentido, faz-se necessário a instalação do Comitê de Acompanhamento de Egressos do curso de Licenciatura em Geografia, que definirá o conjunto de ações que devem ser executados pelo curso para avaliar, monitorar e acompanhar a realidade profissional e acadêmica de seus egressos. Esse comitê está em processo de constituição e será formado por técnicos e docentes do curso, devidamente escolhidos pelo Colegiado. Enquanto isso, as ações específicas de acompanhamento de egressos do curso de Licenciatura em Geografia são realizadas pela Coordenação do Curso a partir de pesquisa direta por e-mail e de informações coletadas em redes sociais.

Nas pesquisas desenvolvidas por e-mail as questões são elaboradas construindo pesquisas de opinião a respeito de temas específicos relacionados ao curso e ao trabalho de professor(a) de Geografia, visando-se avaliar as condições de trabalho e de renda dos profissionais, o seu campo de atuação profissional no mercado de trabalho. Também são levantadas informações sobre a avaliação que o egresso faz sobre Instituição e seu curso. Já os aplicativos de redes sociais como LinkedIn e Facebook, assim como o Currículo Lattes do CNPq, são boas fontes de descrição autodeclarada das atividades dos egressos.

2.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS

As discussões referentes à estruturação e ao desenvolvimento do curso de Licenciatura em Geografia até novembro de 2014 eram realizadas no âmbito do Colegiado do Programa de Ciências Humanas, haja vista que existia apenas a coordenação do Programa de Ciências Humanas. Com a emissão da portaria Nº 2.933, de

novembro de 2014, que designou o professor Ivan Gomes da Silva Viana para exercer a função de Coordenador do Curso de Geografia, as reuniões para tratar de questões ligadas ao curso em questão passaram para o então criado Colegiado do Curso de Geografia.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa concede às unidades e subunidades acadêmicas total autonomia para construir e colocar em funcionamento o Colegiado.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará é constituído por docentes, discentes e técnicos da instituição. A composição do Colegiado está assim distribuída: todos os docentes são membros efetivos do Colegiado; cada classe/turma é representada no Colegiado de Geografia por um discente escolhido pelos alunos em assembleias; são membros do Colegiado os técnicos da gestão administrativa e acadêmica ligados ao Curso de Geografia. Assim, o Colegiado é constituído por membros das três categorias que formam a universidade, todos com direitos a voz e votos.

Esse colegiado reúne-se ordinariamente uma vez a cada mês e extraordinariamente quando há necessidades de tomadas de decisões coletivas urgentes, referentes aos interesses do curso. As reuniões colegiadas são convocadas sempre com 48 horas de antecedências e presididas pelo coordenador do curso. Salvo exceções, as reuniões podem ser convocadas e presididas por um professor designado pelo coordenador do curso.

Nas reuniões realizam-se discussões e debates das pautas apresentadas referentes à oferta e funcionamento do curso. Encaminham-se os pontos, sugerem-se questões e votam-se propostas, que em seguida são conduzidas pelo coordenador do curso ao Conselho do Instituto para serem apreciadas e votadas nesse outro fórum de decisões. Portanto, é o Colegiado do Curso de Geografia a instância de decisões referentes às questões da oferta e funcionamento do Curso de Licenciatura em Geografia na Ufopa.

3 DOCENTES

O curso de Licenciatura em Geografia/Pronera – Ufopa contará com os docentes abaixo indicados, conforme titulação e regime de trabalho.

3.1 TITULAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, PERCENTUAL DE DOUTORES E MESTRES

Quadro 08 - Docentes do curso de Licenciatura em Geografia do

PRONERA/Ufopa, e suas respectivas titulações e regime de trabalho

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1	Alice Ferreira Rodrigues Dias	Doutora	Dedicação Exclusiva
2	Ednéa do Nascimento Carvalho	Doutora	Dedicação Exclusiva
3	Eneias Barbosa Guedes	Doutor	Dedicação Exclusiva
4	Gilber Valério Cordovil	Doutor	Dedicação Exclusiva
5	Ivan Gomes da Silva Viana	Doutor	Dedicação Exclusiva
6	Jacilene Cleice da Silva Rego	Mestre	Professora Substituta
7	João Paulo Soares de Cortes	Doutor	Dedicação Exclusiva
8	João Revelino Caldas de Almeida	Mestre	Dedicação Exclusiva
9	Leandro Pansonato Cazula	Doutor	Dedicação Exclusiva
10	Márcio Júnior Benassuly Barros	Doutor	Dedicação Exclusiva
11	Maria Betanha Cardoso Barbosa	Doutora	Dedicação Exclusiva
12	Maria Júlia Veiga da Silva	Doutora	Dedicação Exclusiva
13	Maria Mirtes Cortinhas dos Santos	Doutora	Dedicação Exclusiva
14	Mizant Couto de Andrade Santana	Doutora	Dedicação Exclusiva
15	Rafael Zillio Fernandes	Doutor	Dedicação Exclusiva

O quadro acima demonstra o quantitativo de docentes por titulação, com um total de 16 docentes, apresenta atualmente 15 docentes com título de doutorado e um docente com título de mestre (cursando atualmente doutorado).

O corpo docente efetivo do curso de geografia da Ufopa tem um percentual de 100% com dedicação exclusiva para atender as variadas demandas do curso, dentre as quais destaca-se a reunião mensal do colegiado. Realiza-se constantemente por meio de encontros pedagógicos, avaliação coletiva dos componentes curriculares, apresentando como cerne dessa discussão, o perfil do egresso. Os encontros permitem coletivizar as experiências docentes em consonância com a articulação do teor teórico metodológico do curso com as necessidades e os objetivos eleitos para a formação docente em Geografia. Além, das reuniões mensais do colegiado do curso

Define-se como abordagem pedagógica dos componentes curriculares a concepção histórico-crítica (SAVIANI, 2012) no sentido de possibilitar uma leitura crítica e emancipatória da realidade e dos contextos problematizadores do contexto social, econômico e político que permeiam a contemporaneidade. Principalmente, tratando-se em formar professores em contextos diferenciados, como professores para escola do campo, com suas necessárias especificidades.

Há constante preocupação do corpo docente em permitir aos professores em formação inicial em Geografia o acesso a novas referências teóricas de seus componentes curriculares, correspondente por meio de artigos em revista científicas e livros dos

diversos campos de conhecimento da Geografia. Portanto, contemplando a preocupação dos docentes com a formação em Geografia, adiciona-se os grupos de pesquisa e de estudo que aprofundam questões da ciência geográfica e do ensino e docência em Geografia. Assim, o curso de Geografia conta com os seguintes Grupos e Núcleos de Pesquisa e Extensão: Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental – GEPPEA; Núcleo de Pesquisa sobre Ecologia Política, Dinâmicas, Processos e Práticas Espaciais urbanas e territoriais na Amazônia – NEPUAM; e o Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social – NEPES.

Desta forma, a participação nos grupos e núcleos de pesquisa e extensão contribui para desenvolver o exercício da pesquisa científica, como também, a abordagem de temáticas relacionadas às especificidades locais e regionais. Com isso, incentiva-se a produção de artigos científicos entre docentes do curso e dos professores em formação inicial, como meio de fomento para a publicação em eventos e revistas científicas e por conseguinte, incentivar uma produção científica dos professores em formação para além da sala de aula.

3.1.1 Distribuição de disciplinas por docente

Quadro 09 - Descrição das disciplinas atribuídas aos docentes do curso

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS
1	Alice Ferreira Rodrigues Dias	Doutora	- Didática da Geografia - Estágio Docente em Geografia I - Estágio Docente em Geografia II - Estágio Docente em Geografia III - Estágio Docente em Geografia IV - Estágio Docente em Geografia V - Estágio Docente em Geografia VI - Estágio Docente em Geografia VII - Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação - História do Pensamento Geográfico; - Metodologia do Ensino de Geografia - Metodologia do Trabalho Científico - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
2	Ednéa do Nascimento Carvalho	Doutora	- Didática da Geografia - Educação especial: sujeitos e culturas - Estágio Docente em Geografia I - Estágio Docente em Geografia II - Estágio Docente em Geografia III

			- Estágio Docente em Geografia IV - Estágio Docente em Geografia V - Estágio Docente em Geografia VI - Estágio Docente em Geografia VII - Formação de Professores de Geografia - História do Pensamento Geográfico; - Metodologia do Ensino de Geografia - Metodologia do Trabalho Científico - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
3	Eneias Guedes Barbosa	Doutor	- Geografia Agrária - Geografia da Amazônia - Geografia da Indústria - Geografia do Brasil I - Geografia do Brasil II - Geografia do Pará - Geografia Econômica - Geografia Política - Geografia Urbana - Pesquisa em Geografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
4	Gilber Cordovil Valério	Doutor	- Geografia Agrária - Geografia da Amazônia - Geografia da Indústria - Geografia do Brasil I - Geografia do Brasil II - Geografia do Pará - Geografia Econômica - Geografia Política - Geografia Urbana - Pesquisa em Geografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
5	Ivan Gomes da Silva Viana	Doutor	- Biogeografia - Cartografia I - Cartografia II - Climatologia - Fundamentos de Pedologia - Geografia Física - Geomorfologia - Hidrografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
6	Jacilene Cleice da Silva Rego	Mestre	- Geografia Agrária - Geografia da Amazônia

			- Geografia da Indústria - Geografia do Brasil I - Geografia do Brasil II - Geografia do Pará - Geografia Econômica - Geografia Política - Geografia Urbana - Pesquisa em Geografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
7	João Paulo Soares de Cortes	Doutor	- Biogeografia - Cartografia I - Cartografia II - Climatologia - Fundamentos de Pedologia - Geografia Física - Geomorfologia - Hidrografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
8	João Revelino Caldas de Almeida	Mestre	- Biogeografia - Cartografia I - Cartografia II - Climatologia - Fundamentos de Pedologia - Geografia Física - Geomorfologia - Hidrografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
9	Leandro Pansonato Cazula	Doutor	- Biogeografia - Cartografia I - Cartografia II - Climatologia - Fundamentos de Pedologia - Geografia Física - Geomorfologia - Hidrografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
10		Doutor	- Geografia Agrária - Geografia da Amazônia - Geografia da Indústria - Geografia do Brasil I - Geografia do Brasil II - Geografia do Pará

	Márcio Júnior Benassuly Barros		- Geografia Econômica - Geografia Política - Geografia Urbana - Pesquisa em Geografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
11	Maria Betanha Cardoso Barbosa	Doutora	- Didática da Geografia - Estágio Docente em Geografia I - Estágio Docente em Geografia II - Estágio Docente em Geografia III - Estágio Docente em Geografia IV - Estágio Docente em Geografia V - Estágio Docente em Geografia VI - Estágio Docente em Geografia VII - História do Pensamento Geográfico; - Metodologia do Ensino de Geografia - Metodologia do Trabalho Científico - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
12	Maria Júlia Veiga da Silva	Doutora	- Geografia Agrária - Geografia da Amazônia - Geografia da Indústria - Geografia do Brasil I - Geografia do Brasil II - Geografia do Pará - Geografia Econômica - Geografia Política - Geografia Urbana - Pesquisa em Geografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
13	Maria Mirtes Cortinhas dos Santos	Doutora	- Geografia Agrária - Geografia da Amazônia - Geografia da Indústria - Geografia do Brasil I - Geografia do Brasil II - Geografia do Pará - Geografia Econômica - Geografia Política - Geografia Urbana - Pesquisa em Geografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
14	Mizant Couto de Andrade Santana	Doutora	- Didática da Geografia - Educação especial: sujeitos e culturas - Estágio Docente em Geografia I

			- Estágio Docente em Geografia II - Estágio Docente em Geografia III - Estágio Docente em Geografia IV - Estágio Docente em Geografia V - Estágio Docente em Geografia VI - Estágio Docente em Geografia VII - Formação de Professores de Geografia - Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação - Metodologia do Ensino de Geografia - Metodologia do Trabalho Científico - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II
15	Rafael Zillio Fernandes	Doutor	- Geografia Agrária - Geografia da Amazônia - Geografia da Indústria - Geografia do Brasil I - Geografia do Brasil II - Geografia do Pará - Geografia Econômica - Geografia Política - Geografia Urbana - Pesquisa em Geografia - Práticas Integradoras de Extensão I a IV - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II

3.2 POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012. De acordo o art. 1º, §§ 1º e 2º desta Lei, a Carreira de Magistério Superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

- i. Classe A, com as denominações de: a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor; b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;
- ii. Classe B, com a denominação de Professor Assistente;
- iii. Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;
- iv. Classe D, com a denominação de Professor Associado; e
- v. Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo 12, o desenvolvimento

na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. Já a promoção, ocorrerá após o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, de acordo com algumas condições específicas para a passagem para cada classe.

3.3 CRITÉRIOS DE ADMISSÃO

A Resolução Ufopa/Consun nº 49, de 27 de março de 2014, disciplina a realização de concurso público para o ingresso na carreira de Magistério Superior nessa Instituição. A admissão em tal carreira se dá mediante a aprovação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa consta de 2 (duas) etapas:

I) Primeira etapa: a) Prova escrita: de caráter eliminatório e classificatório, nesta fase os critérios avaliados serão a apresentação (introdução, desenvolvimento e conclusão), o conteúdo e o desenvolvimento do tema (organização, coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade) e a linguagem (uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical). Esta prova, que versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo necessária a obtenção de nota mínima 7,0 (sete) para a classificação do candidato para a fase seguinte. b) Prova didática: também de caráter eliminatório e classificatório, essa etapa consiste na apresentação oral, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, pelo candidato, de um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso. Na prova didática, os critérios avaliados são a clareza de ideias, a atualização e a profundidade de conhecimentos do candidato na abordagem do tema, o planejamento e a organização da aula e os recursos didáticos utilizados. O peso para o cálculo da média final é 3 (três) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete). c) Prova prática ou experimental: essa etapa, de caráter classificatório e eliminatório, caso seja necessária, constará da realização de experimento, demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um projeto, no tempo máximo de 4 (quatro) horas.

II) Segunda etapa: a) Prova de memorial: nesta fase, de caráter classificatório, o candidato entrega à comissão de concurso um memorial contendo as atividades acadêmicas significativas realizadas e as que possam vir a ser desenvolvidas por ele na UFOPA. Esse memorial deve evidenciar a capacidade do candidato de refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, além de suas experiências e expectativas profissionais. Ainda, deve manifestar uma proposta de trabalho na Ufopa para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. Esse memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos; b) Julgamento de títulos: de caráter apenas classificatório, o julgamento dos títulos é realizado por meio do exame do currículo Lattes, devidamente comprovado, sendo considerados e pontuados os seguintes grupos de atividades: Formação Acadêmica, Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural, Atividades Didáticas e Atividades Técnico-Profissionais. Esta etapa tem peso 3 (três) para o cálculo da média final do concurso.

3.4 APOIO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Os docentes dos cursos de graduação da Ufopa, por meio do lançamento de editais pelas pró-reitorias, têm a oportunidade de requerer apoio financeiro para participar de eventos científicos nacionais e internacionais. Os recursos liberados têm a finalidade de custear passagens para o deslocamento do profissional, assim como o fornecimento de diárias, para suprir as despesas com hospedagem e alimentação. Cabe, principalmente, às seguintes pró-reitorias a disponibilização desses recursos: Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Proppit) e Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Proen).

O apoio, organização e realização de eventos no âmbito desta IFES, previstos para cada exercício, podem ainda ser viabilizados a partir dos recursos do Plano de Gestão Orçamentário (PGO) de cada instituto, no caso específico do Curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto de Ciências da Educação.

Ressalta-se que tem sido recorrente o apoio financeiro institucional ao corpo docente deste curso para a participação nos mais diversos eventos de cunho científico, na grande área da ciência geográfica, inclusive com deslocamentos internacionais.

3.5 INCENTIVO A FORMAÇÃO/ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS DOCENTES

É oportunizado a todos os docentes do Curso de Geografia a possibilidade de

aprimoramento profissional. O regimento geral da Ufopa em seu art. 217 estabelece que: *fica garantido aos docentes o direito à liberação de carga horária para realização de cursos de Pós-Graduação stricto sensu na própria Instituição ou em outra instituição de ensino superior, conforme Resolução do CONSEPE.*

Sobre a possibilidade de o docente ser contemplado com bolsa, o art. 218 do mesmo regimento complementa: *a Ufopa poderá destinar bolsa de capacitação e/ou qualificação, conforme disponibilidade de dotação orçamentária, aos docentes que cursarem Pós-Graduação stricto sensu.*

3.6 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Observa-se pela demonstração dos dados do quadro abaixo (quadro 10) que a maioria dos docentes apresentam experiência maior que dez anos na docência superior. Esses dados revelam um corpo docente em processo de consolidação da maturidade docente no ensino superior, com experiência que propicia um denso conhecimento do fazer docente em suas múltiplas variáveis: seleção de componentes curriculares, domínio do processo de ensino, escolha de tipos e instrumentos avaliativos que permitam elaborar avaliação diagnósticas sobre as turmas, metodologias de ensino em consonância com o nível de aprendizagem dos discentes e de suas especificidades como sujeitos sociais.

Quadro 10 - Tempo de trabalho no Ensino Superior

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	TEMPO DE TRABALHO NO ENSINO SUPERIOR
1	Alice Ferreira Rodrigues Dias	Doutora	12 anos
2	Ednéa do Nascimento Carvalho	Doutora	12 anos
3	Eneias Barbosa Guedes	Doutor	16 anos
4	Gilber Valério Cordovil	Doutor	11 anos
5	Ivan Gomes da Silva Viana	Doutor	13 anos
6	Jacilene Cleice da Silva Rego	Mestre	2 meses
7	João Paulo Soares de Cortes	Doutor	9 anos
8	João Revelino Caldas de Almeida	Mestre	21 anos
9	Leandro PansonatoCazula	Doutor	16 anos
10	Márcio Júnior Benassuly Barros	Doutor	11 anos
11	Maria Betanha Cardoso Barbosa	Doutora	24 anos
12	Maria Júlia Veiga da Silva	Doutora	17 anos
13	Maria Mirtes Cortinhas dos Santos	Doutora	24 anos
14	Mizant Couto de Andrade Santana	Doutora	16 anos
15	Rafael Zilio Fernandes	Doutor	8 anos

Em outra perspectiva de concepção de formação docente, entende-se que o conhecimento docente não se constrói na experiência, na rotina, no ofício, nesse momento

do exercício docente, eles se aprimoram. Pois entende-se a formação docente como um contínuo (MARCELO GARCIA, 1999; MIZUKAMI, 2010), a qual inicia-se com a memória dos docentes que tiveram na educação básica e continua na fase da formação continuada, ou seja, o docente acessa todos esses conhecimentos acumulados desde sua fase de aluno até a prática efetiva da docência para dispor de um repertório didático-pedagógico para conduzir a prática docente. Nesse sentido, o quadro docente do curso de Geografia apresenta professores com variadas experiências, que dominam e expressam conhecimentos específicos da ciência geográfica e conhecimentos didáticos pedagógicos, o que demonstra capacidade e habilidades para atender às demandas da rotina do processo de formativo.

3.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Quadro 11 - Experiência dos docentes do curso de Geografia na Educação Básica

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	TEMPO DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
1	Alice Ferreira Rodrigues Dias	Doutora	16 anos
2	Ednéa do Nascimento Carvalho	Doutora	8 anos
3	Eneias Barbosa Guedes	Doutor	7 anos
4	Gilber Valério Cordovil	Doutor	7 anos
5	Ivan Gomes da Silva Viana	Doutor	1 ano
6	Jacilene Cleice da Silva Rego	Mestre	3 anos
7	João Paulo Soares de Cortes	Doutor	-
8	João Revelino Caldas de Almeida	Mestre	-
9	Leandro Pansonato Cazula	Doutor	1 ano
10	Márcio Júnior Benassuly Barros	Doutor	8 anos
11	Maria Betanha Cardoso Barbosa	Doutora	12 anos
12	Maria Júlia Veiga da Silva	Doutora	8 anos
13	Maria Mirtes Cortinhas dos Santos	Doutora	12 anos
14	Mizant Couto de Andrade Santana	Doutora	8 anos
15	Rafael Zilio Fernandes	Doutor	8 meses

O corpo docente do curso de Geografia demonstra experiência na Educação Básica, o que possibilita compreender o processo de interação entre a base teórica da Geografia acadêmica e os conteúdos formulados para Geografia escolar, como também, de conhecer a dinâmica da Educação Básica, que inclui a vivência no ambiente escolar. Por isso, o conhecimento e o exercício da docência na educação básica cristalizado no grupo docente, aproxima as propostas de ensino e permite a interação entre teoria e prática. Por outro lado, adensa-se a relação universidade e escola, à medida que se

promove reflexão e construção de propostas de ensino para educação básica. Nesse sentido, a mediação didática em Geografia (CAVALCANTI, 2012) conduzida como prática nas aulas das disciplinas do curso, emerge como proposta de ensino que permeia a prática dos professores formadores e incide sobre os professores em formação um procedimento para desenvolver princípios científicos como: problematização, comparação, análise, dedução no intuito de significar os conteúdos escolares a partir do lugar do aluno e transformar em conhecimento geográfico. Portanto, é relevante nesse curso a trajetória dos docentes pela educação básica, como meio de conduzir a formação docente em Geografia, alinhada com as tessituras necessárias para a educação básica na atualidade.

3.8 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Quadro 12 - Produção científica cultural, artística ou tecnológica dos docentes do Curso de Geografia

Nº	DOCENTE	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES ACADEMICA NOS ULTIMOS 3 ANOS				
		9 PUBLI CAÇÕ ES	7 PUBLI CAÇÕ ES	4 PUBLI CAÇÕ ES	1 PUBLIC AÇÃO	NENH UMA
1	Alice Ferreira Rodrigues Dias		X			
2	Ednéa do Nascimento Carvalho					
3	Eneias Barbosa Guedes		X			
4	Gilber Valério Cordovil					
5	Ivan Gomes da Silva Viana		X			
6	Jacilene Cleice da Silva Rego			X		
7	João Paulo Soares de Cortes	X				
8	João Revelino Caldas de Almeida		X			
9	Leandro Pansonato Cazula	X				
10	Márcio Júnior Benassuly Barros	X				
11	Maria Betanha Cardoso Barbosa			X		
12	Maria Júlia Veiga da Silva	X				

13	Maria Mirtes Cortinhas dos Santos		X			
14	Mizant Couto de Andrade Santana			X		
15	Rafael Zilio Fernandes		X			

4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Neste momento de implantação, o curso de Licenciatura em Geografia voltado para a educação do Campo, por meio do Pronera, ainda não possui um Núcleo Docente Estruturante (NDE). Entretanto, possui uma Comissão de Trabalho para Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, cujas competências se assemelham aquelas relacionadas ao NDE. Assim que o curso for implantado, esta comissão será reformulada e receberá a função de NDE. A Comissão foi instituída por meio da Portaria nº 14 de 08 de fevereiro de 2022 - Iced/Ufopa.

Quadro 13 - Comissão de Trabalho para Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Ivan Gomes da Silva Viana	Coordenador Geral
Maria Júlia Veiga da Silva	Coordenadora Pedagógica
Gilber Valério Cordovil	Membro
Isis do Mar Marques Martins	Membro
Márcio Júnior Benassuly Barros	Membro
Mizant Couto de Andrade Santana	Membro
Rafael Zilio Fernandes	Membro

IV - INFRAESTRUTURA

1 INSTALAÇÕES GERAIS

O curso dispõe de instalações majoritariamente situadas na Unidade Rondon, onde localiza-se o Instituto de Ciências da Educação da Ufopa. Tais instalações estão a seguir discriminadas.

2 SALAS DE AULA

As aulas do Curso de Licenciatura em Geografia da Ufopa são comumente realizadas na Unidade Rondon, em salas que variam de 50 a 130 m², no Prédio H do Iced/Ufopa. Ao todo são 09 (nove) salas de aula, distribuídas nos três pavimentos que compõem o referido prédio, o qual apresenta, ainda, 03 (três) salas de informática que,

atualmente, podem ser utilizadas em aulas que envolvam atividade computacional (uso de *softwares*, simuladores e pacotes de multimídia) ou de rede.

Todas as salas dispõem de mobiliário novo (carteiras para alunos, mesa e cadeira para professor), excelentes condições de acústica, ventilação e iluminação. O prédio encontra-se em boas condições estrutural e estética. Os espaços são amplos e a limpeza é feita diariamente por empresa terceirizada.

A acessibilidade às salas de aula da unidade Rondon é possível por meio de 02 (duas) escadas independentes, uma em cada lateral do Prédio H, e de 02 (dois) elevadores.

Além das salas de aula do prédio H, o Iced ainda dispõe das salas R's, remanescentes das estruturas da UFPA. São pelo menos 06 (seis) salas de aula disponíveis para uso, das quais apenas a sala R10 se encontra com equipamentos multimídia instalados.

3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os gabinetes de trabalho dos professores localizam-se no segundo pavimento do prédio H da Unidade Rondon da Ufopa. Tais gabinetes são divididos em 3 amplas salas climatizadas, com iluminação natural e artificial. A limpeza é feita diariamente pelo serviço de apoio. O acesso às salas se dá por meio de 02 (duas) escadas e 02 (dois) elevadores. A Sala 1 possui 115,55m², comportando 10 (dez) gabinetes com 22 (vinte e duas) estações de trabalho; a Sala 2 possui 175,92m², comportando 11 (onze) gabinetes com 32 (trinta e duas) estações de trabalho; a Sala 03, de 70,5m², possui 7 (sete) gabinetes e 19 (dezenove) estações de trabalho. As três salas possuem 03 (três) gabinetes de orientação acadêmica, com 5,81m² cada.

Dentro de cada gabinete, as estações de trabalho são ligadas entre si, sendo que cada estação está equipada com uma bancada de 06 (seis) gavetas, 01 (um) armário para uso pessoal, 01 (uma) mesa em L com 02 (duas) gavetas, 01 (uma) cadeira e 01 (um) computador com acesso à internet (Wi-Fi, wireless).

4 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

No 3º pavimento do Prédio H, há uma sala, medindo 21,83m², de uso coletivo dos professores, que serve também para reuniões, a qual é equipada com 01 (uma) mesa e 08 (oito) cadeiras, bem climatizada, com iluminação artificial e natural satisfatórias.

5 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Geografia dispõe de uma sala de coordenação, de uso exclusivo, destinada aos atendimentos dos docentes e discentes do curso. Esta sala, com cerca de 15.89m², possui mobiliários (mesas, cadeiras e armários) novos e em ótimas condições, condizentes e necessárias para a atuação do secretário de curso, o coordenador e os bolsistas. As três mesas possuem computadores com acesso à rede de internet, permitindo pleno atendimento aos alunos. Uma impressora multifuncional, em rede, encontra-se próxima a esta sala (cerca de 10 metros), permitindo o uso em conjunto deste equipamento. O espaço citado apresenta excelentes condições de iluminação, ventilação e comodidade laboral.

6 AUDITÓRIOS

O curso de Licenciatura em Geografia dispõe de um auditório bem equipado localizado na entrada da Unidade Rondon, o auditório Maestro Wilson Fonseca.

7 BIBLIOTECA

A Biblioteca é um órgão suplementar, subordinado diretamente à Reitoria. O Sistema de Bibliotecas (SIBI) é composto por duas unidades na sede, Santarém, funcionando nas dependências da unidade Rondon (Biblioteca Central) e Tapajós (Biblioteca Setorial); uma Biblioteca no *campus* de Oriximiná em funcionamento, uma Biblioteca no campus de Óbidos. Uma Biblioteca no Campus de Juruti, uma Biblioteca no Campus de Monte Alegre, uma Biblioteca no Campus de Alenquer e uma Biblioteca no Campus de Itaituba. Como modelo de funcionamento sistêmico, em rede, o SIBI integra as Bibliotecas de todos os *campi* da Ufopa. No sistema SIGAA/Módulo biblioteca encontra-se os dados para gerenciamento dos serviços técnicos e para acesso aos usuários do SIBI.

O SIBI tem como principal objetivo coordenar as atividades e criar condições para o funcionamento sistêmico das bibliotecas da Ufopa, oferecendo suporte bibliográfico ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Para tanto, adota uma gestão compartilhada com todas as unidades do sistema, bem como partindo da integração entre as equipes, técnicas e de apoio que atuam com visão no atendimento ao usuário com o objetivo de oferecer serviços de informação de qualidade.

As Bibliotecas estão estruturadas para atendimento à comunidade de segunda à sexta das 8h às 22h e aos sábados das 8h às 12h.

De um modo geral, o acervo está dividido em: acervo de consulta local e acervo de circulação e disponível para empréstimo domiciliar, sendo ele compostos da seguinte forma: Livros (obras em geral, dicionários, enciclopédias, folhetos, etc.); Periódicos (revistas e jornais); Audiovisuais (DVD's, e CD's,); Produção Acadêmica. No ano de 2014, último levantamento, o acervo SIBI contava uma quantidade de 80.586 volumes.

Na unidade Rondon, onde funciona o curso de Licenciatura em Geografia está localizada a Biblioteca Central da Universidade Federal do Oeste do Pará. Dentre as atividades desenvolvidas estão: i) Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa); ii) Empréstimo domiciliar; iii) Orientação à pesquisa bibliográfica e *online*; iv) Serviço de guarda-volumes; v) Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos; vi) Estação de Pesquisas Acadêmicas (acesso à Internet e administração de e-mails); vii) Acesso às normas da ABNT *online*, através do link <http://www.abntcolecacao.com.br>; viii) Elaboração de ficha catalográfica; e ix) Acesso e orientação ao Portal de Periódicos Capes.

8 LABORATÓRIOS

8.1 POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS

A política de atualização dos laboratórios acompanha a política de atualização de infraestrutura da Universidade. São pleiteados equipamentos e materiais regularmente perante a Gestão Administrativa do Instituto de Ciências da Educação da UFOPA.

8.2 DADOS DOS LABORATÓRIOS

O curso Licenciatura em Geografia conta com um Laboratório próprio, especializado, denominado de Labgeo (Laboratório de Geografia), que compreende um espaço que atende à demanda de professores e alunos do curso. O espaço do laboratório é de entrada pública, estando localizado no bloco “02” térreo, próximo às salas de aula dos blocos “01” e “03”. Existem materiais disponíveis para empréstimo e outros para uso ou consulta. Para empréstimo o aluno ou docente deve assinar um termo de responsabilidade pelo material emprestado. Para a consulta de material e uso dos equipamentos do laboratório, o interessado deve se dirigir ao responsável (no turno) pelo laboratório que realizará o registro em livro específico. As regras gerais de uso estão no regimento interno do laboratório. A quantidade de equipamentos presentes no laboratório é satisfatória, existindo uma boa distribuição destes no espaço disponível.

O curso de Licenciatura em geografia também faz uso compartilhado dos laboratórios de Informática, em número de 03, designados pelos nomes Labin 01, Labin 02 e Labin 03. Esses laboratórios são espaços de apoio e destinam-se ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão. Estão diretamente vinculados ao Programa de Ciências Exatas do Iced, porém de livre acesso aos professores e alunos do Iced.

Além dos laboratórios supracitados, ainda é disponibilizado para uso pelo Curso de Geografia o Laboratório de Base Cartográfica, do Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef). Este laboratório está localizado na Unidade Tapajós do *campus* de Santarém da Ufopa e é coordenado atualmente pelo Prof. Dr. Eloi Gasparin.

8.2.1 Laboratório de Geografia –Labgeo

O Laboratório de Geografia, por se tratar de um espaço que visa concretizar a relação teórico-metodológica com a formação do discente de Geografia, possibilita o acesso às ferramentas utilizadas pelas pesquisas geográficas. Sendo assim, contribui para o exercício da pesquisa. O laboratório ainda disponibiliza recursos materiais para o estudo de temas que envolvem problemáticas relacionadas ao ensino-aprendizagem desta área de conhecimento na educação básica e superior, enriquecendo o acervo bibliográfico do laboratório. Os equipamentos presentes (como armários, computadores, mesas, cadeiras, etc.) são novos, confortáveis e encontram-se em excelentes condições.

O laboratório possui um espaço confortável e bem iluminado, de fácil acesso aos discentes e docentes. A manutenção dos equipamentos é constantemente realizada pelas unidades responsáveis, tais como: Sinfra/Ufopa e Ctic/Ufopa. Os insumos necessários são distribuídos regularmente, de acordo com a solicitação prévia para a Pró-reitoria de Planejamento (Proplan/Ufopa). A limpeza é realizada regularmente por empresa terceirizada.

O acesso às dependências do laboratório é feito diariamente, de segunda à sexta-feira, nos turnos matutino, vespertino e noturno, sempre com a presença de um encarregado, que pode ser o próprio professor coordenador do laboratório ou aluno bolsista. O laboratório possui 07 (sete) computadores – 02 (dois) para as atividades administrativas do espaço e 05 (cinco) destinados à utilização dos alunos em consultas a acervos on-line ou mesmo para as atividades desenvolvidas com softwares de geoprocessamento, cuja licença está a cargo deste espaço. Para as reuniões de docentes e discentes, o laboratório possui 02 (duas) mesas de reunião, além de 02 (duas) prateleiras

metálicas e 02 (dois) armários em MDF (para acomodar livros e documentos). O laboratório possui uma área aproximada de 25 m².

8.2.2 Laboratórios de Informática 01 e 02 – Labin 01 e 02

Os Laboratórios de Informática 01 e 02 possuem 25 (vinte e cinco) máquinas cada um, todas equipadas com dois sistemas operacionais, *Windows* com licença, e *Linux*. Em cada sistema há *softwares* destinados ao geoprocessamento, à matemática, engenharia, computação e educação. Todos têm acesso à internet *wireless* e são destinados a pesquisas ou a atividades que necessitem de computador. O público-alvo são todos os discentes da universidade, funcionando nos três turnos, matutino, vespertino e noturno.

Especialmente o Labin 01 vem sendo mais utilizado pelo curso de Geografia para aulas práticas de componentes curriculares que utilizam a Cartografia, o Sensoriamento e o Geoprocessamento.

8.2.3 Laboratório de Informática 3 – Labin 03

A descrição do Laboratório de Informática 3 é a mesma que se aplica para o Labin 01 assim como para o Labin 02, acima. Com exceção de que o Labin 03 possui 50 computadores disponíveis para uso pelos discentes.

8.2.4 Laboratório de Base Cartográfica

O Laboratório de Base Cartográfica do Ibef está situado na Unidade Tapajós do *campus* da Ufopa. Possui dimensão de 50 m² e está equipado com 30 (trinta) máquinas que utilizam o sistema operacional *Windows*, devidamente licenciado. Entre os *softwares* instalados têm-se ArcGIS 10.0, QGIS, BrOffice, Top.com e Top.ENVI. Assim como os Laboratórios de Informática, descritos acima, o Laboratório de Base Cartográfica também se destina à prática da Cartografia, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, como componentes curriculares do Curso de Geografia. Porém este laboratório pode ser utilizado por qualquer curso da Instituição, desde que previamente agendado e acompanhado de um tutor.

9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará atende as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A estrutura atual possui dois elevadores e rampas que permitem o acesso a todos os setores da instituição, dentre eles salas de aula, bibliotecas, auditórios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Os elevadores são submetidos à manutenção alternada garantindo o funcionamento permanente. Os banheiros são adaptados e seguem o padrão legal exigido. Para facilitar a mobilidade das pessoas com deficiência, especialmente as que apresentam baixa visão, foi implantado nas passarelas e corredores do Iced o piso tátil.

Neste ponto, auxiliando na acessibilidade metodológica e no acolhimento, como unidade de apoio e acompanhamento, destaca-se a importância do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, o qual também tem oferecido conhecimento teórico e prático, por meio de cursos de formação temáticos sobre acessibilidade para a comunidade acadêmica. A ação de formação é fundamental na identificação de demandas das pessoas com deficiência por espaços físicos adequados, melhor mobilidade, acessibilidade metodológica e acesso ao máximo do que a Universidade pode oferecer à comunidade interna e externa.

Ainda dentro dessa iniciativa, a Ufopa conta com profissionais especializados em Libras que acompanham os alunos que necessitam de acompanhamento de um tradutor durante todas as aulas da universidade, inclusive as aulas de campo. Além disso, o aluno pode solicitar avaliação diferenciada de maneira a atender suas especificidades.

Nas ações em conjunto do núcleo de acessibilidade com os cursos e unidades acadêmicas desenvolvem-se estratégias que visam resguardar os direitos da pessoa autista, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Neste contexto, as ações se iniciam desde o acolhimento no curso, sendo que discentes e professores podem contatar a coordenação do curso para que o Núcleo de Acessibilidade seja acionado e então desenvolva, com uma equipe multidisciplinar, um trabalho especializado de acompanhamento do aluno autista.

10 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A segurança da Ufopa, feita por empresa privada, está subordinada à Pró-Reitoria de Administração (Proad). A Coordenação de Segurança planeja, coordena, executa e avalia ações relativas à segurança patrimonial e comunitária da Ufopa.

Em relação à infraestrutura física, a Unidade Rondon é cercada por muros em todos os lados, os quais possuem cercas metálicas na parte superior, atingindo uma altura

de 2 metros. Há apenas duas formas de acesso à esta unidade. A entrada principal, pela Av. Marechal Rondon, na frente, possui guarita 24 horas e 2 (dois) portões, 1 (um) para entrada de pedestres e 1 (um) para acesso de veículos. Pelos fundos, pela Av. Presidente Vargas, há mais 1 (um) portão para entrada de veículos, sendo aberto pelos vigilantes apenas quando estritamente necessário.

Além disso, no intuito de contribuir para a segurança da instituição, foram instaladas na Unidade Rondon câmeras em diversos pontos, as quais são monitoradas por um servidor designado para tal tarefa.

Antes de descrever o funcionamento do serviço de vigilância na universidade, o qual é executado por empresa terceirizada, é importante mencionar a definição de posto de vigilância, o qual é aqui caracterizado como *a presença ostensiva de uma pessoa qualificada em vigília, em uma área específica, durante determinada quantidade de tempo, com o objetivo de desmotivar ações lesivas ao patrimônio físico da universidade e proporcionar segurança aos usuários do serviço público e servidores.*

De acordo com informações da Coordenação de Segurança, obtidas em maio de 2014, na guarita de acesso à Unidade Rondon, onde funciona o Curso de Geografia, há 2 (dois) postos de serviço, funcionando 24 horas, os quais envolvem 8 (oito) vigilantes armados, 2 (dois) por turno, trabalhando em jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso (regime 12 x 36).

Há, ainda, na Unidade Rondon, mais 2 (dois) postos de serviço, ocupados por 6 (seis) vigilantes armados: 1 (um) posto de 24 horas, fixo, e 1 (um) posto rondante de 12 horas (diurno), ambos com jornada de trabalho de 12 x 36 horas.

11 IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS

A Geografia é uma ciência que busca compreender como se dá os processos de organização espacial em suas múltiplas escalas geográficas e de como ocorre as relações preexistentes entre o ser humano e natureza e sociedade e espaço, levando em consideração os aspectos físicos, sociocultural, político-econômico que materializam e se reproduzem no espaço geográfico, produzindo assim, diferentes paisagens.

Aproximar a ciência geográfica com o contexto da Educação do/no Campo permite uma formação socioespacial e estimula uma reflexão socio-territorial para os sujeitos do campo, sem que estes saiam de seu próprio lugar de vivência para se ter uma educação de qualidade e que leve em consideração suas singularidades e particularidades que se disseminam nas áreas destinadas à reforma agrária. Portanto, uma abordagem de

desenvolvimento territorial e agrário no contexto educacional é necessária para contribuir com o processo de ensino e aprendizagem e despertar o interesse dos discentes do campo no desenvolvimento de suas competências e as habilidades no que tange as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sem que estes se desprendam de sua própria realidade de vivência.

Neste sentido, essa proposta pedagógica tem a pretensão de contribuir com a formação global do estudante oriundo das áreas de reforma agrária e proporcionar a estes uma melhor aproximação com seu lugar de vida que se materializam por meio dos enfrentamentos, lutas e resistências frente ao poder hegemônico no espaço agrário amazônico. Busca-se promover a articulação entre saberes científicos (universidade) e saberes populares (comunidade), visando substantivamente o alcance da qualificação profissional do discente e contribuir com a vida social e cultural dos sujeitos do campo.

Dessa forma, a construção desse projeto político pedagógico para o curso do PRONERA visa possibilitar espaços e estabelecer diálogos com os movimentos sociais, para que assim, os discentes oriundos das áreas de reforma agrária venham compor com outros movimentos, organizações, sindicatos e lideranças comunitárias, bem como os movimentos sociais da área em que atuam, a construção de um projeto coletivo e de uma prática de uma política educacional do/no campo que vise garantir a formação e os direitos humanos dos sujeitos no/do campo em áreas de reforma agrária. Ademais, esse projeto contribui ainda para a formação das lideranças sociais locais, sem que os povos do campo saiam do seu espaço de vivência e se desvincule de seu modo de vida campestre.

As territorialidades e as espacialidades devem estar contempladas nos componentes curriculares do curso, a fim de garantir a valorização desses sujeitos a partir de seu próprio espaço de vivência e de suas relações manifestadas no cotidiano do espaço agrário amazônico que tem a terra (campo), as águas (rios) e a floresta como condição substancial para reprodução social da vida e para o desenvolvimento do trabalho coletivo e em comunidade.

Espera-se que os futuros profissionais Licenciados em Geografia a partir do desenvolvimento e da dinâmica territorial e do espaço agrário, estejam capacitados às promover discussões, promoção de práticas e intervenções socio-territoriais no campo onde vivem, fortalecendo assim, não só a Educação do Campo, mas que também promova as discussões e decisões acerca da reforma agrária. Que essa Educação do/no Campo seja um instrumento de luta frente às superestruturas de poder hegemônicas conservadoras

que acaba subjugando, criminalizando, excluindo, ameaçando e se apropriando das terras nos territórios dos povos do campo.

O curso de Licenciatura em Geografia do Pronera objetiva formar profissionais que tenham capacidade de: entender o espaço enquanto totalidade e em suas diversas escalas espaciais (local, regional, nacional e global), a partir de um referencial teórico-metodológico interdisciplinar e investigativo; elaborar projetos e realizar pesquisas, tanto acadêmicas como de extensão e ensino, para que assim, possam levar em consideração as dinâmicas territoriais e agrárias voltadas para as especificidades da Educação do Campo cristalizadas nas áreas de reforma agrária.

12 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Quadro 14 – Descrição das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto do curso de Licenciatura em Geografia Ice/Ufopa – PRONERA em seus respectivos períodos

ATIVIDADES	PERÍODO				
	2025	2026	2027	2028	2029
Curso preparatório / planejamento das atividades semestral	Setembro	Março	Mar./Ago.	Mar./Ago.	Mar./Ago.
Processo Seletivo	Junho/julho	-	-	-	-
Atividades Complementares	Setembro de 2025 a agosto de 2029				
Atividades de extensão	Setembro de 2025 a agosto de 2029				
Tempo-Universidade	-	Abr-jun	Abr-jun	Abr-jun	Abr-jun
	Set-Dez	Set-Dez	Set-Dez	Set-Dez	
Tempo-Com. / Práticas int. de extensão	-	Jan/Fev/Mar	Jan/Fev/Mar	Jan/Fev/Mar	Jan/Fev/Mar
	-	Jul/ago/set	Jul/ago/set	Jul/ago/set	Jul/ago
Oficinas Pedagógicas	-	Mar	Mar	Mar	Mar
	Set	Ago	Ago	Ago	Ago
Reunião da coordenação		Jun	Jun	Jun	Jun
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez
Estágio Docente	-	Mar-ago	Mar-ago	Mar-Ago	Mar-Ago
	Set-Fev	Set-Fev	Set-Fev	Set-Fev	-
Trabalhos de Campo	-	Fev	Fev	Fev	Fev
	-	Ago	Ago	Ago	
Apresentação de TCC	-	-	-	-	Agosto

O curso preparatório e atividades de planejamento semestral, é uma atividade a ser desenvolvida visando o planejamento interdisciplinar envolvendo os docentes que atuarão a cada etapa do curso, sob a liderança da coordenação pedagógica do curso. Essa atividade contará com um momento de atualização no que se refere às perspectivas teórico-metodológica e prática da educação do campo baseada na Pedagogia da Alternância contando com a presença de profissionais qualificadas com experiências na educação do campo.

A atividade descrita anteriormente tem nas **Oficinas Pedagógicas** uma importante ferramenta, capaz de promover a formação continuada dos docentes e das docentes envolvidas no curso e permitirá a construção de conhecimentos de forma criativa e coletiva, tanto para os discentes e as discentes do curso quanto para as docentes e os

docentes do curso. Desse modo, as oficinas pedagógicas permitirão a articulação entre diferentes níveis de ensino e saberes, promovendo a inovação e a troca de experiências.

No curso de Licenciatura em Geografia, os **Trabalhos de Campo**, consistem em atividades práticas de observação da realidade com o objetivo de proporcionar ao discente a possibilidade de confrontar os conhecimentos teóricos-conceituais debatidos em sala de aula com o que se observa na realidade. Tal exercício permitirá ao licenciando a construção de objetos de conhecimento que articule teoria e empiria; além de permitir, tanto aos discentes, quanto aos docentes, a identificação das problemáticas que afligem as comunidades, o que lhes dará suporte para a construção de propostas de ação de extensão que possam promover a interação significativo e eficiente tanto para a Universidade quanto para a Comunidade. Portanto o trabalho de campo, se configura como uma ferramenta potente de articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIO, C. A.; LUCINI, M. Ensinar e Aprender na Educação do Campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Educação e Sociedade**, Campinas, Vol. 27, nº 72, p. 177-195, maio/agosto, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 25/05/2018.

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender com os movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003

_____. A educação básica e o movimento social do campo. In: _____. CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

_____. Políticas Educacionais e Desigualdades: a procura de novos significados. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, 27 de abril de 1999. Brasília: Gabinete da presidência da República Federativa do Brasil, 1999.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 4.281/2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências, 25 de junho de 2002. Brasília: Gabinete da presidência da República Federativa do Brasil, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 11.645/2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, 10 de março de 2008. Brasília: Gabinete da presidência da República Federativa do Brasil, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 11.778/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, 25 de setembro de 2008. Brasília: Gabinete da presidência da República Federativa do Brasil, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 12.085/2009**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da 141 Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências. Brasília, 5 de novembro de 2009.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.764/2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do artigo 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 27 de dezembro de 2012. Brasília: Gabinete da presidência da República Federativa do Brasil, 2012.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, 25 de junho de 2014. Brasília: Gabinete da presidência da República Federativa do Brasil, 2014.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CNE. **Parecer CNE/CP nº 8**. Define as Diretrizes Nacionais para a educação em direitos humanos, 6 de março de 2012. Brasília: Presidência do Conselho Nacional de Educação, 2012.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CNE. **Resolução CNE/CP nº 1**. Define as Diretrizes Nacionais para a educação em direitos humanos, 30 de maio de 2012. Brasília: Presidência do Conselho Nacional de Educação, 2012.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CNE. **Resolução CNE/CP nº 1**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências, 7 de janeiro de 2015. Brasília: Presidência do Conselho Nacional de Educação, 2015.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CNE. **Resolução CNE/CP nº 2**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 1º de julho de 2015. Brasília: Presidência do Conselho Nacional de Educação, 2015.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CNE. **Resolução CNE/CES nº 7/2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências, 18 de dezembro de 2018. Brasília: Presidência da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, 2018.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CNE. **Resolução CNE/CP nº 2.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 20 de dezembro de 2019. Brasília: Presidência do Conselho Nacional de Educação, 2019.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CNE. **Resolução CNE/CP nº 1.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior, 16 de agosto de 2023. Brasília: Presidência do Conselho Nacional de Educação, 2023.

CAVALCANTI, L. de S. **O ensino de geografia na escola.** Campinas (SP): Papirus, 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante:** saber pensar e intervir juntos. Série pesquisa em Educação, v.8, Brasília: Liber Livro ed., 2004, 140 p.

HESPANHOL, R. A. M. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo.** Brasília, DF, 2007a.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária 2004.** Brasília, DF, 2007b.

JESUS, J. N. de. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo do estado de Goiás. REVISTA NERA – ANO 14, Nº. 18 – JANEIRO/JUNHO DE 2011.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo, História, Práticas e Desafios no Âmbito das Políticas de Formação de Educadores Sobre o Pronera e Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>.

_____. A Educação do Campo e o Enfrentamento das Tendências das Atuais Políticas Públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

_____. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de Formação de Educadores. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 140, p.587-609, jul.-set., 2017.

NAWROSKI, A. Aproximações da Pedagogia da Alternância com a escola nova. **Anais do ANPED-Sul: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.** 2012

NOSELLA, P. **Educação do Campo:** Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.

SANCHES, A. C. D. M.; COSTA, E. J. I. da. O movimento como tema gerador para a prática pedagógica inter/trans/multidisciplinar. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.4 p.977-983, out./dez. 2010.

SAVIANI, D. Prefácio. In: NOSELLA, P. **Educação do Campo**: Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012. (p. 23-33)

SOBREIRA, M. F. C.; SILVA, L. H. Vida e Construção do Conhecimento na Pedagogia da Alternância. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 212-227, 2014. Disponível: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/915/336>.

SOUZA, M. A. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação e Sociedade**, Campinas, Vol. 29, nº 105, p. 1089-1111, set/dez, 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em 25/05/2018.

TITTON, M. Concepções de Educação na Educação do Campo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, local, v. 4, n. 1, p. 111-123, jun. 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi – 2. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 331-Consepe**. Institui o regimento de graduação, 28 de setembro de 2020. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 194.17-Consepe**. Aprova o projeto de formação básica indígena, 24 de abril de 2017. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 210.17-Consepe**. Aprova a política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará, 22 de agosto de 2017. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa – PDI-Ufopa 2019-2023**. Santarém-Pará: Gabinete da Reitoria, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 301-Consepe**. Regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), 26 de agosto de 2019. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 386 -Consepe**. Aprova a política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará, 22 de setembro de 2022. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 401-Consepe**. Regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), 07 de março de 2023. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa – PDI-Ufopa 2024-2031**. Santarém-Pará: Gabinete da Reitoria, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 311-Consun**. Aprova a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal do Oeste do Pará, 13 de dezembro de 2024. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 312-Consun**. Aprova a Política de Heteroidentificação de candidatos autodeclarados pretos e pardos, para fins de ingresso nos cursos de graduação e de pós-graduação e para provimento de vagas nos concursos públicos que utilizam reserva de vagas pelo sistema de cotas raciais no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará, 20 de dezembro de 2024. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 316 - Consun**. Aprova a Política de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal do Oeste do Pará, 31 de março de 2025. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA. **Resolução nº 448 - Consepe**. Aprova a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Oeste do Pará, 26 de fevereiro de 2025. Santarém: Gabinete da Reitoria, 2025.

ZITKOSKI, J. J.; LEMES, R. K. **O tema gerador segundo Freire**: base para a interdisciplinaridade. (mimeo).

ANEXO I - PORTARIA DA COMISSÃO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO ÂMBITO DO PRONERA.

09/02/2022 12:23 https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=542952



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



PORTARIA Nº 14 / 2022 - ICED (11.01.07)

Nº do Protocolo: 23204.001077/2022-20
Santarém-PA, 08 de fevereiro de 2022.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 732, de 14 de dezembro de 2018/Reitoria,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Comissão de trabalho para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), conforme descrito abaixo:
 Prof. Dr. Ivan Gomes da Silva Viana (Coordenador Geral);
 Profa. Dra. Maria Júlia Veiga da Silva (Coordenadora Pedagógica);
 Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros;
 Profa. Dra. Isis do Mar Marques Martins;
 Prof. Dr. Rafael Zílio Fernandes;
 Prof. Dr. Gilber Valério Cordovil.

Art. 2º Revogar a portaria nº 42, de 17 de maio de 2018.

(Assinado digitalmente em 08/02/2022 14:19)
EDILAN DE SANT ANA QUARESMA
DIRETOR - TITULAR
ICED (11.01.07)
Matricula: 324704

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **14**, ano: **2022**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **08/02/2022** e o código de verificação: **ae4f16d172**

ANEXO II – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC, NO ÂMBITO DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

26/04/2022 10:58

https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=562806

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



ATA Nº 63 / 2022 - ICED (11.01.07)

Nº do Protocolo: 23204.004071/2022-12

Santarém-PA, 25 de abril de 2022.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE GEOGRAFIA - ICED - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA). No dia treze de abril de dois mil e vinte e dois as 14:40 horas, por meio do aplicativo meet do google, em função da pandemia do coronavírus e suspensão das atividades presenciais da Universidade, na cidade de Santarém, estado do Pará. Presidência pelo coordenador Rafael Zilio Fernandes, com a presença dos seguintes membros: Gilber Valério Cordovil, Mizant Couto de Andrade Santana, Eneias Barbosa Guedes, Leandro Pansonato Cazula, Maria Julia Veiga da Silva, Alice Ferreira Rodrigues Dias, Maria Betanha Cardoso Barbosa. Técnica: Rita Maria Melo Neves. A discente Dayanny Barros. O coordenador saúda a todos os presentes e dá início à reunião com a pauta: **1. ABERTURA 2. APROVAÇÃO DAS FALTAS 3. INFORMES 4. PAUTAS: a) APROVAÇÃO DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, b) APROVAÇÃO DO PPC DE GEOGRAFIA PARFOR c) IN DE COORDENADOR E VICE-COORDENADOR DO CURSO DE GEOGRAFIA d) LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA. 5 O QUE OCORRER.** 2 Prof Rafael apresenta as justificativas de faltas, as quais são unanimemente aprovadas, são elas: Prof Ivan Viana e Profa. Maria Salomé, estão de licença saúde; Professoras Maria Mirtes e Isis do Mar. **3 INFORMES:** Profa Mizant fala sobre o Colóquio de Geografia, e informa que os convites já foram enviados; haverá curso de capacitação pra os voluntários; pede para os professor fazerem uma sinopse para ajudar no entendimento da proposta da mesa, e agradece o empenho de todos. Prof Rafael informa que chegou na Secretaria Acadêmica um convite da Câmara dos Vereadores, Professora Isis do Mar foi como representante e falou por cerca de 5 minutos, de acordo com o regulamento da audiência, Prof. Leandro também compareceu. Prof Rafael também alerta sobre as inscrições do II Simpósio nacional de geografia ambiente e território em Belém de 12/04 a 16/05. Prof Leandro pede que Prof Rafael provoque a turma 2020 a promover as ?quintas geográficas?. **4 PAUTAS: a) APROVAÇÃO DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA** o coordenador alerta que a Ata da reunião de fevereiro não está de acordo com o padrão do SIPAC. Profa Julia faz um resumo das alterações no novo PPC: carga horaria, que aumentou; *aprovado com unanimidade.* **b) APROVAÇÃO DO PPC DE GEOGRAFIA PRONERA** PPC no âmbito do PRONERA, os professores receberam o documento para apreciação, votação, prof. Maria Betanha se abstém, os demais votam pela aprovação: *PPC do PRONERA aprovado.* **c) IN DE COORDENADOR E VICE-COORDENADOR DO CURSO DE GEOGRAFIA** o coordenador informa que a IN foi enviada aos colegas para apreciação. Profa Betanha é contrária, pois entende que deve haver separação entre as coordenações dos cursos de licenciatura e do Parfor de Geografia. *Os demais aprovam a Instrução Normativa 01/2022 ? coordenação e vice coordenação do curso de licenciatura em Geografia.* **d) LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA:** Prof Leandro fala que prof Gilber enviou email para a Diretoria do ICED perguntando sobre a sala destinada ao Laboratório de Cartografia, pois não quer que o assunto seja esquecido, por isso levantou novamente o assunto. A proposta do colegiado é a solução diplomática, mas deve ser levada novamente ao conselho do Iced ou à Comissão de Espaço? A opinião do colegiado é aguardar o retorno da Comissão e apresentar novamente o assunto. O coordenador solicita que os professores apresentem suas demandas de espaço, que são: *Laboratório de Cartografia; Laboratório do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEPPEA), coordenado pela professora Maria Mirtes Cortinhas; laboratório do Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social (NEPES), coordenado pelo prof. Rafael Zilio; e espaço para o Centro Acadêmico dos estudantes da Geografia.* **e) O que mais houver:** Professor Leandro observa a falta dos representantes dos discentes, havendo apenas um na reunião. Prof Eneias dá alguns informes: o mesmo foi convidado a compor o conselho da RESEX, informa também que nos dias 23 a 25 de maio ocorrerá o Congresso Agrário de Geografia. Profa Julia informa que trouxe o professor Enilson da UFPA para ministrar uma aula de Metodologia do Ensino da Geografia e está gravada no canal do youtube do ICED.

(Assinado digitalmente em 25/04/2022 10:14)
ALICE FERREIRA RODRIGUES DIAS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.01.07)
Matrícula: 2164038

(Não Assinado)
ENEIAS BARBOSA GUEDES
FUNÇÃO INDEFINIDA
ICED (11.01.07)
Matrícula: 1796939

(Não Assinado) (Assinado digitalmente em 26/04/2022 08:10) GILBER VALERIO CORDOVIL
LEANDRO PANSONATO CAZULA
FUNÇÃO INDEFINIDA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ICED (11.01.07)
Matrícula: 2140156

ICED (11.01.07)
Matrícula: 1724908

https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=562806 1/2 26/04/2022 10:58
https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=562806

(Não Assinado)
MARIA BETANHA CARDOSO BARBOSA
FUNÇÃO INDEFINIDA
ICED (11.01.07)
Matrícula: 1330369

(Assinado digitalmente em 25/04/2022 15:47)
MARIA JULIA VEIGA DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.01.07)
Matrícula: 1822072

(Não Assinado)
MIZANT COUTO DE ANDRADE SANTANA
FUNÇÃO INDEFINIDA
ICED (11.01.07)
Matrícula: 1573446

(Assinado digitalmente em 25/04/2022 09:26)
RAFAEL ZILIO FERNANDES
COORDENADOR DE CURSO
CLGEO (11.01.07.21) Matrícula:
1739834

(Não Assinado)
RITA MARIA MELO NEVES
FUNÇÃO INDEFINIDA
ICED (11.01.07)
Matrícula: 1995312

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **63**, ano:
2022, tipo: **ATA**, data de emissão: **25/04/2022** e o código de verificação: **efdbe34ead**

ANEXO III – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC, NO ÂMBITO DO CONSELHO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



ATA DO CONSELHO Nº 16/2022 - ICED (11.01.07)

Nº do Protocolo: 23204.005869/2022-73

Santarém-PA, 27 de maio de 2022.

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (ICED) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA).

No décimo nono dia do mês de maio de dois mil e vinte dois, às oito horas e trinta e cinco minutos, reuniu-se sob a presidência do Diretor do Instituto, professor doutor Edilan de Sant'Ana Quaresma, o Conselho do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, por meio do site de conferência google meet, devido à pandemia do coronavírus e recomendações do Ministério de Saúde de evitar aglomerações, com a participação dos seguintes membros: professora doutora Ana Maria Vieira Silva – Vice-Diretora do Iced, professor doutor Elder Koei Itikawa – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras, professor doutor Luiz Percival Leme Britto – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, professor doutor Mário Tanaka Filho – Coordenador do Mestrado Profissional em Matemática, professor doutor João Roberto Pinto Feitosa - Coordenador do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física, professor doutor Zair Henrique dos Santos - Coordenador do Mestrado Profissional em Letras, professor doutor Gilberto Cesar Lopes Rodrigues – Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia, professor doutor Luiz Carlos Laurindo Junior – Coordenador do Curso de Licenciatura em História, professora mestre Katia Lais Schwade de Jesus Oliveira – Vice-Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras, professor doutor Gabriel Iketani Coelho – Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, professor doutor Rafael Zílio Fernandes – Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia, professor doutor Cassio André Sousa da Silva – Coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática e Física, professor doutor Joacir Stolarz de Oliveira – Coordenador do Curso de Licenciatura em Química, professor doutor José Antônio Oliveira Aquino – Coordenador do Curso de Licenciatura em Informática Educacional, Daniele Sales dos Santos – Representante técnica, Eulina Christyane Araújo Rocha – Representante técnica, Danielle Caroline Batista da Costa – Representante técnica, Yasmin Loyola Batista – Representante discente, Karolayne Carvalho dos Santos – Representante discente, Christ Helen de Sousa Carvalho – Representante discente, Adelaine Michela e Silva Figueira – Representante docente, Liviane Ponte Rego – Representante docente. Outros presentes: Vanice Siqueira de Melo – Coordenadora do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas. **1. ABERTURA.** O Diretor do Iced saudou a todos e deu os informes. **2. INFORMES . a)** Dia dezessete de maio ocorreu reunião da reitoria com diretores de unidades acadêmicas para apresentar a metodologia do planejamento para construção do Plano de Gestão; **b)** Dia vinte de maio ocorrerá live com o tema “Os impactos da Resolução número dois de dois mil e dezenove no Curso de Pedagogia e demais licenciaturas”, promovida pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) Norte, em parceria com várias Universidades, que será transmitida às dezoito horas pelo canal da Anfope Pará no youtube; **c)** No dia vinte de maio, às quinze horas, haverá reunião da Gestão Administrativa com as coordenações de curso para orientações de procedimentos do setor; **d)** De vinte e cinco a vinte e sete de maio o Curso de Licenciatura em Química receberá visita do Ministério da Educação (Mec) para reconhecimento do curso; **e)** No dia vinte e sete de maio, às dezenove horas, no canal do Cerimonial Ufopa no youtube, ocorrerá a solenidade de transmissão do cargo de reitor do professor Hugo Diniz para a professora Aldenize Xavier; **f)** A técnica em assuntos Educacionais Leilane Aguiar foi removida para a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil por meio de permuta de vaga com outro servidor e o servidor Flávio Amorim, assistente em administração, deverá assumir o cargo de Diretor de Registro Acadêmico, sem contrapartida de vaga para o Iced; **g)** O professor Joacir Oliveira informou que a visita do Mec para reconhecimento do Curso será de forma on line; **h)** A professora Ana Maria Vieira informou que com a oferta de várias turmas de graduação pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) haverá necessidade de mais um técnico para ajudar com as demandas porque a Carmem e a Soemira estão sobrecarregadas. **3. JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA.** Não houve justificativa de ausência. O professor Edilan Quaresma informou que recebeu duas solicitações de inclusão de ponto de pauta: apreciação do regimento do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas e apreciação do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O professor Luiz Laurindo sugeriu a inclusão do ponto de pauta para designação da comissão para estudo da resolução número dois de dois mil e dezenove. Os conselheiros aceitaram as três inclusões dos pontos de pauta. **4. ORDEM DO DIA: 4.1 ALTERAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO ICED PARA INCLUSÃO DO NOME DO PROFESSOR LUIZ PERCIVAL LEME BRITTO.** O professor Edilan Quaresma informou que recebeu solicitação da Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia para inclusão do nome do professor Luiz Percival para gozo de licença capacitação ainda em dois mil e vinte e dois. O professor

Luiz Percival informou que sua licença capacitação será para realização de curso na área de literatura infantil no período setembro a dezembro de dois mil e vinte e dois. O coordenador do Curso de Pedagogia, professor Gilberto Lopes, informou que não haverá prejuízo para o andamento do curso. Dessa forma, **os conselheiros votaram, unanimemente, favorável à alteração do plano de capacitação dos servidores do Iced para inclusão do nome do professor Luiz Percival Leme Britto para gozo de licença capacitação de setembro a dezembro de dois mil e vinte e dois na área de literatura infantil.**

4.2 PROJETOS DE EXTENSÃO. O professor Edilan Quaresma leu a lista de projetos enviada pela servidora Adriele da Pró-Reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão (Procce), com a respectiva solicitação de carga de horário. O professor João Feitosa perguntou se não seria mais viável que esses projetos passassem primeiramente pela Comissão de Extensão que os avaliaria e somente depois pelo Conselho; argumentou que fica bastante complicado aprovar carga horária para professores sem ter tido acesso aos projetos ou sem que eles tenham passado por uma avaliação pela comissão de extensão. A professora Katia Oliveira concordou que seria melhor submeter os projetos ao conselho depois da avaliação pela comissão de extensão. Outros professores se manifestaram concordando com a necessidade de avaliação prévia antes de os projetos serem submetidos ao conselho, como o professor Joacir Oliveira e

a professora Ana Maria Vieira. **Os conselheiros concordaram que os projetos devem primeiramente ser avaliados pela comissão de extensão e somente depois pelo conselho, de modo que o ponto foi retirado da pauta de discussão.**

4.3 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA COM ÊNFASE EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA. O professor Edilan Quaresma informou que o projeto foi analisado pelo técnico em assuntos educacionais Walter Lopes quanto à adequação à resolução número trezentos e setenta e quatro de dois mil e dois, o qual elaborou nota técnica que o professor leu durante a reunião. O professor Rafael Zílio informou que foi instituída uma comissão para organizar a pós-graduação na área de Geografia, inicialmente com a especialização, contando com um corpo docente de quinze doutores, também com a colaboração de outros Institutos, com a intenção de posteriormente criar um curso de mestrado. O professor Edilan Quaresma perguntou se o curso estava previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O professor Rafael Zílio não soube responder. O professor Edilan Quaresma propôs que o projeto fosse devolvido para que pudesse ser feita as adequações sugeridas no parecer e que posteriormente o projeto fosse apreciado pelo conselho. **Os conselheiros concordaram unanimemente com a proposta do professor Edilan Quaresma.**

4.4. DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA DO INSTITUTO. O professor Edilan Quaresma informou que o professor Alan Moraes saiu da comissão e entrará o professor Everaldo Almeida do Carmo, ficando a comissão composta da seguinte forma: Gisele Afonso Bento Mello (presidente), Gefferson Ramos Rodrigues, Ednea do Nascimento Carvalho, Alfredo Pedroso dos Santos Júnior, Rodrigo Medeiros dos Santos, Heliud Luis Maia Moura, Gilson Cruz Junior, Everaldo Machado Portela, Karlúcio Heleno Castro Castelo Branco e Everaldo Almeida do Carmo. O Diretor ressaltou que a professora Gisele Bento está de licença saúde e na sua ausência nenhum dos membros aceitou assumir a liderança do grupo; sugeriu a aprovação da comissão, permanecendo a professora Gisele Bento como presidente e todos os outros, como membros titulares; informou ainda, que o secretário executivo, Sérgio de Palma, tem feito os encaminhamentos da comissão na ausência da professora Gisele. Os professores Joacir Oliveira e Liviane Ponte perguntaram como era feita constituição da comissão. O professor Edilan Quaresma informou que costuma consultar os coordenadores para que eles indiquem os representantes de cada curso. **Realizou-se a votação, tendo sido a comissão aprovada, conforme indicação do Diretor, com dezessete votos favoráveis e uma abstenção.**

O professor Gilberto Rodrigues justificou sua abstenção pelo fato de ter passado a demanda da representatividade em reunião do colegiado e ninguém ter se proposto a assumir e agora viu a indicação do professor Everaldo do Carmo que faz parte do curso de Pedagogia.

4.5 HOMOLOGAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO DO INSTITUTO DESIGNADA POR MEIO DA PORTARIA NÚMERO TRINTA E NOVE DE DOIS MIL E DOIS.

O professor Edilan Quaresma informou que o professor Elder Tanaka saiu da comissão e entrará no seu lugar o professor Odenildo Queiroz de Sousa, ficando a comissão composta da seguinte forma: Eveline Almeida de Sousa, Maria Salomé Lopes Fredrich, Maria Aldenira Reis Scalabrin, Marcos Gervânio de Azevedo Melo, Fábio Rogério Rodrigues dos Santos, Everaldo Almeida do Carmo, Gisele Afonso Bento Mello, Odenildo Queiroz de Souza; sendo a professora Eveline Sousa presidente e os demais membros titulares. O professor Joacir Oliveira sugeriu que fosse retirado o nome da professora Gisele Mello da comissão porque ela está de licença saúde; se comprometeu a consultar o colegiado do curso para verificar se outro professor poderia integrar a referida comissão. O professor Rafael Zílio também sugeriu retirar o nome da professora Salomé Fredrich porque ela está de licença saúde sem previsão de retorno ainda; também ficou de consultar o colegiado para verificar outro membro para a comissão. A professora Liviane Pontes Rego informou que tinha aceitado compor a referida comissão, porém nunca foi portariada; o antigo coordenador, professor Gilson Cruz inclusive enviou a ela um print no qual consta que ele solicitou a inclusão da professora na referida comissão. O professor Edilan Quaresma agradeceu a professora e informou que ela fará parte da comissão. Ficou assim a proposta de composição da Comissão de Extensão: Eveline Almeida de Sousa, Maria Aldenira Reis Scalabrin, Marcos Gervânio de Azevedo Melo, Fábio Rogério Rodrigues dos Santos, Everaldo Almeida do Carmo, Odenildo Queiroz de Souza; Liviane Ponte Rego; sendo a professora Eveline Sousa presidente e os demais membros titulares. Feitos os esclarecimentos, **os conselheiros votaram unanimemente favorável à composição da comissão conforme proposta.** Será emitida uma nova portaria com os membros, conforme aprovado.

4.6 REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO BAIXO AMAZONAS (CDHBA).

O professor Edilan Quaresma falou um pouco sobre o procedimento de aprovação de normativas no âmbito da Ufopa e passou a palavra para a professora Vanice Siqueira, coordenadora do CDHBA, que falou em linhas gerais sobre as seções que compõem o regimento e sobre a importância do centro. O professor Luiz Laurindo ressaltou que o regimento foi aprovado no colegiado do curso de História. O professor Joacir Oliveira argumentou que seria importante os conselheiros terem acesso ao documento antes de votarem; sugeriu que a professora Vanice Siqueira apresentasse o documento. A professora Vanice Siqueira informou que o documento foi enviado com antecedência para a Direção do Iced e somente hoje, no dia da reunião, ficou sabendo que a

demanda foi incluída como ponto de pauta, inclusive teve de remarcar um compromisso para estar presente na reunião; a professora compartilhou o regimento com os conselheiros e foi comentando cada sessão. O professor Joacir Oliveira questionou a atribuição da carga horária de vinte horas para o coordenador e dez para o vice-coordenador, considerando que se o regimento for aprovado, significa que o conselho está concordando com essa atribuição de carga horária que, segundo ele, equivaleria a uma coordenação e vicecoordenação de curso. O professor João Feitosa chamou atenção para a formatação do documento que deve ser corrigida. O professor Joacir Oliveira disse que entende a questão da atribuição da carga horária e perguntou se havia previsão de designação de função comissionada por conta dos termos “carga de direção” e “carga de vice-direção” para os líderes do centro. O professor Edilan Quaresma concordou que o uso desses termos daria a entender a criação de um cargo de direção comissionado, que seria bom rever os termos. O professor Luiz Laurindo defendeu a atribuição da carga horária, pois demanda muito dos servidores que assumem a tarefa; mencionou que o CDHBA foi pensado de forma semelhante a outros centros que desenvolvem o mesmo tipo de trabalho como o Centro de Memória da Amazônia, vinculado à Universidade Federal do Pará, cuja direção tem quarenta horas de atribuição de carga horária e inclusive com designação de função comissionada, embora o CDHBA não esteja solicitando função comissionada, apenas a carga horária para o desenvolvimento do trabalho. O professor José Aquino perguntou se houve algum estudo sobre o impacto da atribuição da carga horária no curso de História; também questionou as nomenclaturas “carga de direção” e “carga de vice-direção”. O professor Edilan Quaresma informou que nos últimos sete anos a atribuição de carga horária tem ficado a critério de cada coordenação de curso; defendeu que a menos que o Conselho mude o posicionamento, a autonomia das coordenações de cursos deve ser mantida. A professora Vanice Siqueira ressaltou que a atribuição de carga horária é necessária para desenvolver as atividades do centro sem precarizar o trabalho dos professores, até porque não há no centro servidores técnicos e todo o trabalho é desenvolvido pelos líderes, bolsistas e voluntários; informou que a oferta do Curso de História não foi prejudicada, pois os professores que estiveram na liderança do centro e os que estão agora seguem cumprindo com as obrigações de ensino, pesquisa e extensão; concluiu afirmando que em nenhum momento foi solicitada função comissionada, que inclusive há uma cláusula no convênio assinado entre o Tribunal de Justiça e a Ufopa (número trinta e cinco de dois mil e treze) que proíbe o pagamento de gratificação, consultoria ou qualquer espécie de remuneração não prevista em contrato de emprego de pessoal vinculado ao centro. A representante técnica, Danielle Costa, sugeriu a troca das nomenclaturas de “carga de direção” e “carga de vice-direção” para “coordenador” e “vicecoordenador”, a fim de evitar a possível interpretação equivocada de criação de função comissionada. A professora Vanice Siqueira concordou com a mudança de nomenclatura e adequação da formatação. O professor Edilan Quaresma propôs votação com a mudança de nomenclatura e uma revisão da formatação, conforme sugerido.

Os conselheiros aprovaram o regimento do CDHBA por unanimidade, com a alteração da nomenclatura de “carga de direção” para “Coordenador” e de “vice-direção” para “vice-coordenador” e recomendação de revisão da formatação.

4.7 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO ÂMBITO DO PRONERA. O professor Edilan Quaresma informou que os PPC’s costumam ser elaborados pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, com assessoria dos técnicos em assuntos educacionais da gestão acadêmica; ressaltou que após passar pelo colegiado e pelo conselho é feita uma avaliação especializada no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e também pela Câmara de Ensino de Graduação que designa alguém para avaliar; sugeriu aprovação do documento conforme proposto já que o documento foi construído coletivamente e que depois será feita uma avaliação mais minuciosa. O professor Rafael Zílio esclareceu que o PPC do curso foi aprovado em dois mil e dezoito por todas as instâncias da Universidade e também tramitou junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já que é um curso a ser ofertado para assentados da reforma agrária registrados, com recurso próprio, tendo sido enviada para o Ministério da Educação (MEC) toda a documentação do referido curso; porém, segundo o professor Rafael Zílio, o processo ficou parado todo esse tempo e, alguns meses atrás, teve notícia de que a Ufopa recebeu uma verba específica do Pronera, por isso, os professores do Curso de Geografia trabalharam para atualizar o PPC e estão seguindo novamente o fluxo estipulado pela Universidade e pelo INCRA. **Os conselheiros votaram, por unanimidade, a aprovação do PPC do Curso de Licenciatura em Geografia, conforme proposto, a ser ofertado no âmbito do Pronera.** O professor Edilan Quaresma sugeriu retirada do ponto de pauta referente à criação da comissão para estudo da resolução número dois e propôs que os colegiados enviassem os representantes para que a Direção emitisse portaria. O professor Luiz Laurindo concordou e retirou o ponto de pauta. Os demais conselheiros concordaram com a retirada.

5. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Diretor Instituto encerrou a reunião às doze horas e quinze minutos. Foi lavrada a presente ata por mim, Danielle Caroline Batista da Costa, secretária executiva, que será assinada pelo presidente do Conselho, por mim e demais presentes.

(Assinado digitalmente em 10/06/2022 15:46) ADELAINE

MICHELA E SILVA FIGUEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ICED (11.01.07)

Matrícula: 1782336

(Assinado digitalmente em 13/06/2022 10:56)

ANA MARIA VIEIRA SILVA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ICED (11.01.07)

Matrícula: 1190534

(Assinado digitalmente em 13/06/2022 08:22)

CASSIO ANDRE SOUSA DA SILVA

COORDENADOR DE CURSO

ICED (11.01.07)

Matrícula: 1190562

(Assinado digitalmente em 10/06/2022 18:30)

DANIELE SALES DOS SANTOS

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

ICED (11.01.07)

Matrícula: 3222313

(Assinado digitalmente em 01/06/2022 11:33)
 DANIELLE CAROLINE BATISTA DA COSTA
 SECRETARIO EXECUTIVO
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 1677989

(Assinado digitalmente em 13/06/2022 00:46)
 EDILAN DE SANT ANA QUARESMA
 DIRETOR - TITULAR
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 324704

(Assinado digitalmente em 10/06/2022 13:56)
 ELDER KOEI ITIKAWA TANAKA
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 2385427

(Assinado digitalmente em 10/06/2022 16:24)
 GABRIEL IKETANI COELHO
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 1987988

(Assinado digitalmente em 10/06/2022 11:54)

GILBERTO CESAR LOPES RODRIGUES
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 1777381

(Assinado digitalmente em 10/06/2022 14:11)

JOACIR STOLARZ DE OLIVEIRA
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 1684515

(Assinado digitalmente em 21/06/2022 08:38)

JOAO ROBERTO PINTO FEITOSA
 COORDENADOR
 MNPEF (11.01.07.13)
 Matrícula: 1250014

(Assinado digitalmente em 10/06/2022
 12:39)

EULINA CHRISTYANE ARAUJO
 ROCHA
 SECRETARIO EXECUTIVO
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 1833604

(Assinado digitalmente em 16/06/2022 08:07)

JOSE ANTONIO OLIVEIRA AQUINO
 COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 1190506

(Assinado digitalmente em 13/06/2022 10:09)

LUIZ CARLOS LAURINDO JUNIOR
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 1618765

(Assinado digitalmente em 20/06/2022 11:27)

MARIO TANAKA FILHO
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
 ICED (11.01.07)
 Matrícula: 1426002

(Assinado digitalmente em 10/06/2022 15:44)

VANICE SIQUEIRA DE MELO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.01.07)
Matrícula: 2087058

(Assinado digitalmente em 20/06/2022 14:25)

CHRIST HELEN DE SOUSA CARVALHO
DISCENTE
Matrícula: 2021008416

(Assinado digitalmente em 12/06/2022 05:03)

ZAIR HENRIQUE SANTOS
COORDENADOR DE POS-GRADUACAO
(Assinado digitalmente em 13/06/2022 08:11)
ICED (11.01.07)
Matrícula: 12926001
KAROLAYNE CARVALHO DOS SANTOS
DISCENTE
Matrícula: 201800102

(Assinado digitalmente em 11/06/2022 10:30)

YASMIN LOYOLA BATISTA
DISCENTE
Matrícula: 2021001792

**ANEXO IV: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 18 DE NOVEMBRO DE 2019 –
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as normas para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso no Curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Santarém da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA

**REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

CAPÍTULO 1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão do Curso no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), componente curricular obrigatório e indispensável à obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão constitui uma forma de comunicação dos resultados de pesquisa individual e orientada, em qualquer área do conhecimento geográfico desenvolvida ao longo do curso de Licenciatura em Geografia, e apresentada necessariamente sob a forma de monografia.

Art. 3º. Os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso consistem em propiciar aos discentes do curso de Geografia a oportunidade para expressarem as competências, atitudes e habilidades adquiridas no decorrer da graduação, mediante a realização de um trabalho acadêmico temático e com relativa densidade teórica e empírica, assim como a capacidade de produção científica, compreensão de bibliografia geral e especializada, interpretação e crítica da Geografia.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I - DO COLEGIADO DO CURSO E GEOGRAFIA

Art. 4º. Compete ao Colegiado do Curso de Geografia:

- I— analisar, em grau de recurso, as matérias atinentes ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- II — resolver os casos omissos neste Regulamento e interpretar seus dispositivos;
- II — tomar decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;
- IV — analisar e aprovar alterações neste Regulamento.

Seção II - DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Art. 5º. A Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia é a unidade administrativa responsável pela gestão de todas as atividades referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso, atribuição esta que, no entanto, a critério de seu responsável ou por decisão do Colegiado, pode ser delegada a um dos docentes que integram o quadro de servidores vinculados a referido curso.

Art. 6º. Compete à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia:

- I — elaborar, em consonância com o colegiado do curso de licenciatura em Geografia e com os prazos estabelecidos pelo Ufopa e outros setores da Ufopa, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso, em especial o cronograma de depósitos e defesas das monografias;
- II — atender os discentes em fase de elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, nos horários de funcionamento da coordenação conforme agendamento prévio;
- III — proporcionar, com a colaboração dos professores das disciplinas TCC I e TCC II a orientação básica aos discentes em fase de elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV — convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e discentes que estejam desenvolvendo Trabalho de Conclusão de Curso;
- V— indicar professores orientadores para os discentes que não os tiverem;
- VI - manter arquivo contendo as atas das reuniões das bancas examinadoras;
- VII — consolidar as bancas de defesa de monografia;

VII — divulgar a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinadas às defesas;

IX — providenciar o encaminhamento à Gestão Acadêmica do Ufopa /Ufopa de cópias das monografias aprovadas;

X — solucionar, em primeira instância, os casos não previstos nesse regulamento, cabendo recurso de suas decisões ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia;

XI — tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

XII – providenciar reserva de sala para o evento de defesa e a ata de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo único: O docente a quem forem delegadas as atribuições da Coordenação do curso relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso, desde que manifeste expressa aceitação da função, passa, automaticamente, a acumular as competências descritas neste artigo, sem prejuízo das responsabilidades do(a) Coordenador(a) do curso de licenciatura em Geografia.

Seção III - DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 7º. O Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido sob a orientação de um professor do curso de Licenciatura em Geografia, sendo, contudo, admitida a orientação por docentes externos, desde que integrem o quadro de servidores da Ufopa e manifestem expressa anuência, ouvida a Coordenação, esta encaminha ao colegiado, cabendo ao Colegiado do curso decidir a necessidade de orientador externo ao curso

Art. 8º. O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte da carga horária dos professores à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da Ufopa.

Art. 9º Cabe ao discente escolher o professor orientador, devendo, para tanto, realizar convite pessoal e solicitar a formalização da orientação junto à Coordenação do curso de licenciatura em Geografia, mediante requerimento, que será encaminhado ao orientador indicado para manifestar sua anuência ou não à indicação.

Parágrafo único: A formalização da orientação somente será considerada consumada após manifesto assentimento por parte do docente indicado como orientador.

Art. 10º. Não encontrando o estudante nenhum professor que se disponha a assumir sua orientação, deve ele solicitar à Coordenação do curso que lhe indique um orientador.

Parágrafo único: Na indicação de professores orientadores, a Coordenação do curso de licenciatura em Geografia observará os Planos Acadêmicos dos docentes, as atividades que realizam no semestre e seus regimes de trabalho na Ufopa, levando em consideração, sempre que possível, suas áreas de pesquisa, qualificação e atuação profissional.

Art. 11. Cada professor pode orientar, concomitantemente, tantos discentes quanto sua carga horária disponível lhe propiciar acompanhar, levando-se em conta seu regime de trabalho na instituição, as demais atividades realizadas no semestre, sua expressa anuência e a necessidade de se garantir a qualidade das orientações, individualmente consideradas.

Parágrafo único: A carga horária semanal, por estudante, destinada à orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, para fins de cômputo no Plano Acadêmico do docente, obedece à normas específicas em vigor na Ufopa.

Parágrafo único. O professor orientador, em caso de desistência, deve comunicar o fato à Coordenação do curso de licenciatura em Geografia, que indicará novo orientador.

Art. 12. O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I – orientar e avaliar o trabalho do estudante;

II – frequentar as reuniões convocadas pela Coordenação do curso de licenciatura em Geografia, relativas aos Trabalhos de Curso;

III – atender a seus orientandos em horário previamente estabelecido;

IV – assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, as fichas de avaliação das monografias e as atas finais das sessões de defesa;

V – cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Seção IV - DOS DISCENTES EM FASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 14. É considerado discente em fase de elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso todos os alunos do curso de licenciatura em Geografia da Ufopa regularmente matriculados e que tiverem orientações formalizadas junto à Coordenação do curso de licenciatura em Geografia, os quais deverão ter concluído as disciplinas Metodologia da Pesquisa em Geografia e TCC I, que integram a estrutura curricular do curso de Geografia.

Art. 15. O discente em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I – frequentar as reuniões convocadas pela Coordenação do curso de licenciatura em Geografia ou por seu orientador, tocantes ao Trabalho de Conclusão de Curso;

II – frequentar as aulas presenciais de monografia, devendo ter assiduidade mínima de 75%;

- III – manter contato regular com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
- IV – cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do curso de licenciatura em Geografia para depósito e entrega da monografia, em sua versão parcial (que será submetida à banca examinadora);
- V – comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender sua monografia;
- VI – cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III - DA MONOGRAFIA

Art. 16. A monografia é de responsabilidade integral do estudante e deve ser elaborada considerando:

- I — em sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT relativas a trabalhos desta natureza;
- II — em seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 3º deste Regulamento, buscando sempre a excelência na abordagem do tema pesquisado.

Art. 17. Após formalizada a orientação da monografia, a mudança de tema apenas será admitida mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I — haver tempo hábil para se iniciar novo processo de elaboração da monografia, considerados os prazos para depósito e defesa da versão parcial, estipulados pela Coordenação do curso de licenciatura em Geografia, assim como a data em que finda o período letivo;
- II — existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;
- III — ser comunicada a Coordenação do curso de licenciatura em Geografia.

Parágrafo único: Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com autorização do orientador.

Art. 18. A versão parcial da monografia será encadernada em espiral, possuindo, no mínimo, 40 (quarenta) páginas, dos elementos pré-textuais às referências, devendo ser entregue em três vias para defesa.

CAPÍTULO IV - DA BANCA EXAMINADORA

Art. 19. A monografia será defendida pelo estudante perante banca examinadora composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo um o professor orientador, que a preside, e o outro um membro interno do colegiado do curso de licenciatura em Geografia e outro membro externo indicado pelo professor orientador.

Art. 20. Pode fazer parte da banca examinadora um membro escolhido entre os professores de outros programas e cursos da Ufopa, com interesse na área de abrangência da pesquisa, ou de cursos de outras instituições de educação superior.

Parágrafo único. Excepcionalmente, admitir-se-á a participação em bancas examinadoras de profissionais que não atuam no campo acadêmico, priorizando-se aqueles que possuem diploma de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).

Art. 21. A banca examinadora somente poderá executar seus trabalhos com a presença de, 3 (três) membros que a compõem.

Parágrafo único. Não havendo o comparecimento do número mínimo de membros da banca examinadora, esta deverá ser remarcada para nova data, a mais próxima possível da data original.

Art. 22. Todos os professores do curso de licenciatura em Geografia podem ser convidados para ser orientadores de monografias, bem como para participar de bancas examinadoras, mediante os procedimentos indicados neste regulamento.

Parágrafo único: Sempre que possível, deve ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor bancas examinadoras, respeitando-se também a disponibilidade dos docentes e as demais atividades acadêmicas por eles realizados, no período em que ocorrerão as defesas.

CAPÍTULO V - DA APRESENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 23. A apresentação da monografia é obrigatória e deve ser realizada em sessões públicas e abertas à comunidade acadêmica, assim como a interessados externos à Ufopa.

Art. 24. Na defesa, o discente terá até 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora ao menos 15 (quinze) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de, no mínimo, 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

CAPÍTULO VI - DA AVALIAÇÃO

Art. 25. A avaliação da monografia será realizada pelos membros da banca examinadora, através de fichas individuais de avaliação, onde cada avaliador aporá uma nota para cada um dos critérios a serem considerados.

§1º. Serão considerados, para avaliação da monografia, aspectos de conteúdo, de metodologia, de forma e de apresentação oral.

§2º. A nota final da monografia corresponderá ao resultado da soma das notas atribuídas pelos avaliadores.

§3º. Competirá aos orientadores a coleta, junto aos avaliadores, e entrega à Coordenação do curso de licenciatura em Geografia as avaliações realizadas pelas bancas examinadoras.

Art. 26. A banca examinadora poderá reunir-se antes da sessão de defesa pública e, se entender que a monografia não alcança as condições para a defesa, devolvê-la para reformulações, determinando prazo para novo exame, não excedente a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Na hipótese tratada neste artigo, o prazo concedido ao discente não poderá extrapolar a data em que finaliza o período letivo, bem como o dia imediatamente anterior ao predefinido pela Ufopa para o encerramento do lançamento de notas.

CAPÍTULO VII - DA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DA MONOGRAFIA

Art. 27. A versão final da monografia, após as devidas revisões sugeridas pela banca examinadora, deve ser encaminhada a Gestão Acadêmica em 1 (uma) cópia em CD em até 30 dias após a data de defesa.

Parágrafo único: A entrega da versão final da monografia é requisito para a obtenção do grau licenciado em Geografia, devendo ser efetuada no prazo determinado neste Regulamento.

Art. 28. Depois da aprovação da banca examinadora e já com as devidas revisões efetuadas pelo discente, a monografia deve ser entregue à Gestão acadêmica.

Art. 29. O prazo para interpor recurso que questione a avaliação de banca examinadora será o mesmo adotado pela Ufopa para o requerimento de revisão de quaisquer outras avaliações disciplinares.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO V: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 18 NOVEMBRO DE 2019 –
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 18 NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as normas das atividades complementares no Curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Santarém da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA

CAPÍTULO I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º — O presente regulamento estabelece normas de acompanhamento, registro, arquivo e validade das atividades complementares do licenciado em Geografia da Ufopa, de conformidade com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO II — DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º — As atividades Complementares são consideradas componentes curriculares que visam à formação do perfil profissional, constituídas de ações voltadas para o fortalecimento das competências e enriquecimento das habilidades do discente.

Parágrafo único — O fim precípua das Atividades Complementares é flexibilizar o currículo pleno do curso e proporcionar aos discentes a possibilidade de aprofundamento temático e multidisciplinar.

Art. 3º - As Atividades Complementares possuem carga horária total de 200 horas, integrantes do currículo do Curso de Geografia, sendo distribuídas e exigidas a cada semestre ao longo do curso.

Art. 4º — O cumprimento integral das Atividades Complementares é requisito indispensável para que o discente conclua o curso e receba o grau competente, devendo ser realizadas e computadas no período em que o discente estiver matriculado.

Art. 5º — Por ser requisito obrigatório, nenhum discente poderá ser dispensado das Atividades Complementares ou de parte do conteúdo ali ofertado.

CAPÍTULO III — DAS ATIVIDADES EM SI:

Art. 6º — As atividades complementares estão divididas em três tipos com atividades diferenciadas, assim estabelecidas:

I — Conhecimentos extracurriculares: disciplinas eletivas cursadas em outros cursos da Instituição, conferências, palestras, congressos e seminários assistidos, cursos de extensão realizados.

II — Pesquisa e ensino: participação em pesquisa institucional, monitoria, estágio remunerado, participação em outras atividades didático-pedagógicas e culturais analisadas e autorizadas pela Coordenação de Curso, Coordenação de Atividades Complementares.

III — Produção e/ou apresentação de trabalhos acadêmicos: publicação de artigos relacionados ao curso de Geografia publicados em revistas acadêmicas e jornais, apresentação de trabalhos relacionados ao curso citado em eventos científicos, participação como ouvinte em defesas de monografias com trabalhos sobre temas da geografia.

Art. 7º - O aproveitamento da carga horária seguirá os critérios abaixo estabelecidos:

Congressos, seminários, conferências e palestras e cursos de extensão: até 40 horas

Monitoria: Até 20 horas

Pesquisa Institucional: Até 40 horas

Trabalhos em eventos científicos: Até 40 horas

Artigos publicados: Até 20 horas

Outras atividades didático-pedagógicas e culturais: Até 10 horas

Parágrafo Único — As Atividades Complementares estão divididas nas seguintes atividades:

I — Participação em eventos: são consideradas Atividades de diferentes tipologias como cursos simpósios, seminários, congressos, conferências, palestras, oficinas e outros eventos de abrangência dos cursos de graduação. Considera-se Curso de extensão a participação em cursos de línguas estrangeiras e cursos de aperfeiçoamento profissional.

II — Monitoria: o programa de Monitoria objetiva permitir aos alunos das classes mais avançadas a trabalhar mais próximos de seus professores e participar de discussões programáticas e do estudo da literatura específica pela qual se interessam mais, bem como apoiar acadêmicos dos semestres iniciais no desenvolvimento de seus estudos e projetos.

III — Pesquisa Institucional: trata-se de pesquisas promovidas por iniciativa da Ufopa.

IV — Outras Atividades Didático-Pedagógicas Culturais e Comunitárias: considera-se a participação em musicais, grupos de teatros, atividades literárias, bem como qualquer atividade que propicie o desenvolvimento social e intelectual dos acadêmicos da instituição, a critério do Coordenador de Curso e de Atividades Complementares.

§1º — A carga horária relativa às atividades comunitárias poderá ser cumprida pelos acadêmicos na participação em projetos, campanhas e atividades de cunho comunitário, assim compreendidas: participação em atividade filantrópica, em campanhas da defesa civil ou de caridade e demais eventos de caráter comunitário.

CAPÍTULO IV - DA OFERTA

Art. 8º — As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas na própria universidade, no âmbito do curso de Geografia da Ufopa, ou ainda em outras Instituições públicas ou privadas, desde que promovam o complemento da formação do discente assegurando o alcance das finalidades previstas neste Regulamento.

Art. 9º — Durante o ano letivo, a Ufopa, a Coordenação do Curso e/ou a Coordenação de Atividades Complementares poderão oferecer, a título oneroso ou gratuito, aos discentes, as atividades complementares previstas neste regulamento, e outras como: ciclo de palestras, colóquio e socialização de TCC assistido, etc.

CAPÍTULO V — DOS PRAZOS

Art. 10º — Os documentos comprobatórios do cumprimento das Atividades Complementares deverão ser encaminhados à Gestão Acadêmica do Ufopa através de requerimento, até o penúltimo dia do final do período em que o discente estiver matriculado.

CAPÍTULO VI — DO REGISTRO

Art. 11º — Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares serão arquivados na pasta das atividades realizadas no período correspondente, sendo ali organizadas em blocos, por ordem alfabética dos alunos.

Art. 12º — O controle das Atividades Complementares é responsabilidade do Coordenador de Atividades Complementares, a quem cabe organizar o arquivo dos documentos, bem como avaliar os certificados, atestados, relatórios e outros apresentados pelo discente. Os documentos devem ser entregues em cópia.

Art. 13º — É de exclusiva competência da Coordenação de Atividades Complementares a atribuição das horas de atividades complementares de cada aluno.

CAPÍTULO VII - DA TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS

Art. 14º — Os alunos transferidos de outras instituições de ensino para a Ufopa, deverão apresentar, através de requerimento à Coordenação de Atividades Complementares, os comprovantes das Atividades Complementares cumpridas na instituição de origem.

Parágrafo único: Serão validadas as horas cumpridas pelo discente durante o período cursado na instituição de origem, desde que estejam comprovadas na documentação de transferência, caso contrário, deverá completá-las dentro do prazo de conclusão do curso.

CAPÍTULO VIII - DAS COMPETÊNCIAS DO ALUNO

Art. 15º — Compete ao aluno:

- a) informar-se sobre as atividades oferecidas dentro ou fora da Universidade;
- b) inscrever-se nas atividades programadas e delas participar efetivamente;
- c) providenciar a documentação que comprove sua participação na(s) atividade(s) e apresentá-la(s) ao Coordenador das Atividades Complementares, dentro do prazo estipulado;
- d) acompanhar, a cada semestre, o total consolidado de horas de Atividades Complementares cumpridas.

CAPÍTULO IV — DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º — Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador de Atividades Complementares, ouvidos, quando for o caso, os Professores, o Coordenador de Curso e a Direção Geral da Pro Reitoria de Ensino da Ufopa.

Art. 17º — Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO VI: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 18 NOVEMBRO DE 2019 –
REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 18 NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as normas do Estágio curricular obrigatório no Curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Santarém da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA

A coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Santarém/ Ufopa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria Nº 533 de 2018 - , considerando a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata do estágio de estudantes; a Resolução Nº 2, de 01/07/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; a Resolução Nº 177 de 20 de janeiro de 2017, que institui o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, especificamente o Capítulo VII – Do Estágio – Art. 128 a 133; a Instrução Normativa Nº 006 de 10 de novembro de 2010, que dispõe sobre o estágio de estudantes da Ufopa e; consoante o Projeto Pedagógico do Curso, que prevê o estágio como atividade curricular obrigatória resolve expedir a presente **INSTRUÇÃO NORMATIVA** para disciplinar a organização dos estágios curriculares do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus de Santarém da Universidade Federal do Oeste do Pará-Ufopa

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 1º O estágio docente no Curso de Licenciatura em Geografia, por força da legislação vigente, é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo dos discentes, de acordo com a Instrução normativa Ufopa (apoiada na **LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008**). Sendo uma atividade obrigatória específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico, como orienta a Resolução Nº 2/2015.

Art. 2º São objetivos do estágio docente Curso de Licenciatura em Geografia:

I – a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de

contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho;

II - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;

III - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação;

IV - desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional.

Art. 3º Para os fins desta Instrução consideram-se:

I - Estágio Docente em Geografia: atividade curricular **obrigatória** que busca a articulação teoria e prática nas escolas da educação básica, focando a prática profissional (aspectos pedagógicos e administrativos) do futuro professor, cuja carga horária é requisito para aprovação, para a integralização curricular e para a obtenção de diploma.

II - Estágio Não Obrigatório: atividade de caráter facultativo, registrado no histórico escolar, podendo ser mediada por agente de integração com convênio com a Ufopa, remunerada e/ou não remunerada, com o propósito de ampliar a formação acadêmica por meio da vivência profissional em escolas da educação básica.

III - Campo de Estágio: escola onde se realiza o estágio.

IV - Professor Orientador: professor da disciplina Estágio Docente em Geografia I, II, III.

V - Professor Supervisor: professor do campo de Estágio.

VI - Estudante-estagiário: aluno matriculado na disciplina Estágio Docente em Geografia I, II, III.

VI - Coordenador do Estágio: docente do curso de Geografia da Ufopa responsável pela coordenação geral das atividades dos estágios da Licenciatura em Geografia, indicado pelo colegiado de curso.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 4º O curso de Licenciatura em Geografia ofertará disciplinas didático-pedagógicas distribuídas na primeira metade do curso, na perspectiva de permitir um diálogo com as

disciplinas do núcleo específico do curso e possibilitar a integração da teoria e prática, assim contemplando uma formação inicial estruturada na coesão dos conhecimentos específicos da geografia e dos conhecimentos pedagógicos.

Art. 5º O Estágio Docente obrigatório em Geografia deverá conduzir os discentes para conhecerem a realidade educacional das escolas urbanas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas e camponesas da região, visando conhecer cada modelo de escola amazônica, as condições de formação e de trabalho dos professores e o currículo, em especial, de Geografia.

Art. 6º O Estágio Docente em Geografia será efetivado por meio da oferta dos componentes curriculares Estágio Docente em Geografia I, Estágio Docente em Geografia II, Estágio Docente em Geografia III, que ocorrerá do 5º ao 7º período letivo do curso.

§ 1º. Os Estágios Docente em Geografia I e Estágio Docente em Geografia II terão a carga horária de 140h e o Estágio Docente em Geografia III, a carga horária de 120h.

I – Os Estágios Docentes em Geografia I e II terão a seguinte distribuição: 05h de orientação, 75h de prática na escola e 60h de atividade teórica na Universidade.

II – O Estágio Docente em Geografia III distribui-se com 05h de orientação, 65h de prática e 50h de carga horária teórica na Universidade.

§ 2º Os componentes dos estágios serão conduzidos por professores de Estágio Docente em Geografia.

§ 3º O Estágio Docente em Geografia I é pré-requisito para o Estágio Docente em Geografia II; e o Estágio Docente em Geografia II para o Estágio Docente em Geografia III.

§ 4º O Estágio Docente em Geografia será desenvolvido em três fases: a fase de observação, a fase de monitoria e semirregência e a fase de regência.

Art. 7º Ao final do Estágio Docente em Geografia III, deverá ocorrer o Seminário de Estágio Docente em Geografia, sob a organização e execução dos alunos concluintes e o professor orientador de estágio, com auxílio da Coordenação do Estágio do curso.

Art. 8º Recomenda-se que o Estágio Docente em Geografia ocorra no sistema de ensino público municipal, estadual e federal, na educação básica, no município de Santarém/PA.

Art. 9º O Estágio Docente em Geografia pode ser organizado na forma de duplas, não sendo permitida a participação de mais de uma dupla por série em cada escola, observando, também, as exigências das instituições escolares.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Art. 10. No Estágio Docente em Geografia I serão desenvolvidas das seguintes atividades:

- I - Escolha das escolas para o Estágio;
- II - Observação e monitoria na escola campo;
- III - Introdução à prática de estágio;
- IV - Desenvolvimento de atividades didáticas no laboratório de ensino de Geografia;
- V - Contatos com projetos curriculares das redes de ensino;
- VI - Discussão do projeto de Estágio;
- VII - Contato com ambientes de formação;
- VIII - Verificação dos Projetos Curriculares e dos Projetos de Estágio do Sistema de Ensino;
- IX - Elaboração de planos de aulas;
- X - Análise dos documentos oficiais para o ensino de Geografia (Nacionais, regionais, locais);
- XI - Elaboração de um artigo teórico sobre a importância do estágio no ensino de Geografia para compor a apresentação do relatório de estágio;
- XII- Elaboração do relatório de Estágio II.

Art. 11. No Estágio Docente em Geografia II serão desenvolvidas das seguintes atividades:

- I - Observação, monitoria, semirregência na escola campo;
- II - Visitas as escolas ribeirinhas, quilombolas, camponesas e indígenas;
- III - Apreensão e problematização da realidade em escolas de Santarém (urbanas, ribeirinhas, quilombolas, camponesas e indígenas);
- IV - Elaboração do projeto de ensino na escola campo.
- V - Pré-Projeto de Intervenção Pedagógica.
- VI - Análise do Projeto Político Pedagógico do plano de ensino da disciplina de Geografia e do plano de aula do professor de Geografia da escola campo.
- VII - Elaboração do relatório de Estágio II.

Art. 12. No Estágio Docente em Geografia III serão desenvolvidas das seguintes atividades:

- I - Observação, monitoria semirregência e regência;
- II - Aplicação do Projeto de Intervenção Pedagógica.
- III - Elaboração do relatório final do estágio.
- IV - Apresentação e debate dos resultados da intervenção na escola campo: o ensino e a

pesquisa. Apresentação de uma aula-modelo.

V - Escrita de um artigo teórico envolvendo o ensino-aprendizagem em Geografia.

VI - Relatório final de Estágio

VII - Seminário de Estágio Docente em Geografia.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art.13. Consideram-se agentes do estágio: Coordenador de estágio, professor orientador da disciplina de estágio, professor supervisor da escola, estudante-estagiário.

Art. 14. À Coordenação de estágio cabe:

I - Fazer contato com as escolas para a recepção dos estudantes-estagiários;

II - Promover a comunicação e a articulação das disciplinas específicas e pedagógicas com o Estágio Docente em Geografia;

III - Promover junto aos professores, estudos e debates sobre o estágio Docente em Geografia, para decidir sobre a organização do processo didático-pedagógico no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE);

IV - Reunir periodicamente os professores do Estágio Docente em Geografia para discutir os programas de disciplina, bem como a atuação dos estagiários na escola;

V - Responder diante da coordenação de estágio da Proen (Pró-Reitoria de Ensino), pelo Estágio Docente em Geografia (licenciatura) no curso de Geografia;

VI - Organizar e coordenar o Seminário de estágio.

VII - Assegurar o cumprimento das exigências legais educativas ligadas ao estágio.

VIII - Manter atualizado e dinâmico o cadastro dos estagiários.

IX - Proceder o encaminhamento formal do estagiário para o campo de estágio, acompanhado do termo de compromisso e disponibilizar o cadastro de seguro e os demais documentos necessários para formalização do estágio;

X - Acompanhar, junto às instituições, o desempenho dos estagiários de modo a assegurar o seu êxito em toda a dinâmica do estágio.

XI - Providenciar, em tempo hábil, comunicação escrita à instituição, informando sobre a interrupção do estágio e/ou desligamento do estagiário do curso.

XII - Manter organizado o arquivo de dados referentes ao Estágio e zelar pela documentação dos estágios supervisionados referente aos últimos cinco anos;

Art. 15. As responsabilidades do professor Orientador do Estágio Supervisionado são:

- I - Elaborar programas disciplinares que contemplem conteúdos como: as diferentes concepções de estágio, o estágio e a prática da pesquisa, o universo escolar, o estágio de Geografia e as especificidades da pesquisa geográfica no ensino;
- II - Disponibilizar para os estagiários, já no Estágio Docente em Geografia I, o Projeto de Estágio para discussão;
- III - Disponibilizar para os professores das escolas selecionadas o plano de atividades semestrais;
- IV - Entrar em contato com as escolas e professores para facilitar a comunicação com os estagiários de forma articulada com a coordenação de estágio do curso;
- V - Planejar as visitas em ambientes de educação formal e informal durante o Estágio Docente em Geografia;
- VI - Orientar o pré-projeto e o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP);
- VII - Acompanhar nas escolas e elaboração e aplicação do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP).
- VIII - Auxiliar o estagiário na elaboração do Plano de Estágio e no planejamento das monitorias e regências;
- IX - Estabelecer instrumentos de avaliação para as fases do estágio;

Art. 16. Ao professor supervisor da escola compete:

- I - Disponibilizar o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Ensino para análise dos estagiários;
- II - Comunicar aos estagiários o calendário de reuniões pedagógicas e dias de planejamento escolar;
- III - Auxiliar os estagiários no planejamento das atividades em sala de aula, seja na fase de monitoria, regência ou mesmo no Projeto de Intervenção Pedagógica.

Art. 17. Ao estudante estagiário cabe:

- I - Frequentar o estágio com assiduidade e compromisso ético e moral, perfazendo 100% de presença;
- II - Elaborar, segundo orientação do professor do Estágio Docente em Geografia, o Plano de Estágio;
- III - Elaborar conjuntamente com o professor de estágio e o professor supervisor da escola o pré-projeto e Projeto de Intervenção Pedagógica e apresentá-lo;

- IV - Executar a observação, as monitorias, as regências a partir de um planejamento prévio, sob orientação dos professores da escola e do Estágio Docente em Geografia;
- V - Comunicar ao professor do Estágio Docente em Geografia eventuais problemas com o estágio;
- VI - Elaborar, segundo calendário semestral, relatório final do estágio contendo os resultados sobre a experiência, atividades desenvolvidas e do Projeto de Intervenção Pedagógica;
- VII - Planejar e executar em conjunto com o coordenador de estágio do curso, de acordo com calendário, o seminário de estágio;
- VIII - Apresentar os resultados do Estágio Docente em Geografia no seminário de estágio.

CAPÍTULO V

ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 18. Estágio não obrigatório trata-se do estágio realizado por livre iniciativa do estagiário, junto a uma instituição externa à Ufopa em que seja aceito ou nas dependências da própria Ufopa inclusive junto aos Laboratórios e Núcleos ou Grupos de Estudo do curso de Geografia.

§ 1º O estágio não-obrigatório poderá ser admitido como atividade complementar;

§ 2º O estágio curricular não-obrigatório não deve interferir no período estabelecido para a conclusão da graduação.

Art. 19. O discente que desejar realizar Estágio não obrigatório deve preencher formulário próprio, fornecido pelo pretense Campo de Estágio, ou instituição interveniente, e apresentar ou anexar os documentos por eles exigidos, tais como ficha de cadastro e outros, quando solicitados.

§ 1º O formulário deverá ser assinado pelo Profissional Supervisor ou quem de direito, pelo Estagiário e pelo Coordenador de Estágios e uma cópia desse formulário deverá ser entregue à Coordenação de Estágios da Licenciatura do curso de Geografia.

§ 2º A carga horária de estágio será acordada entre as partes envolvidas.

§ 3º Não haverá professor orientador para esta modalidade de estágio, apenas Profissional Supervisor.

Art. 20. Os estágios oriundos de agências com convênios firmados com a Ufopa seguirão as normas estabelecidas por estes agentes.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Eventuais omissões serão apreciadas pela coordenação de estágio do curso e/ou colegiado do curso, a depender do caso em análises